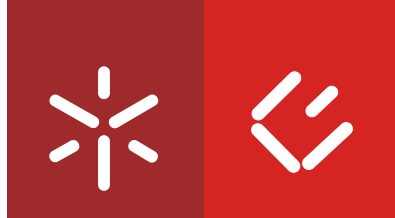


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Maria Tereza de Medeiros Barros

A Relevância do livro razão de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos para a História da Contabilidade na cidade de Braga (Período 1787 a 1810)



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Maria Tereza de Medeiros Barros

**A Relevância do livro razão de João Luís
Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos
para a História da Contabilidade na cidade
de Braga (Período 1787 a 1810)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Delfina Rosa Rocha Gomes

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho acadêmico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceitas, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição

CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Minha GRATIDÃO infinda à Deus, por não ter soltado minhas mãos!

Meu sincero e humilde agradecimento a minha orientadora, Prof^a. Dr^a Delfina Rosa Rocha Gomes, que se fez presente e contribuiu muito com seu apoio, orientação e incentivo. Suas contribuições me fizeram enxergar uma nova perspectiva para a Contabilidade.

À minha mãe, *in memoriam*, meu exemplo absoluto de coragem e determinação!

Agradeço a minha irmã, Prof^a. Dr^a Alvanira Lúcia de Barros que acreditou mim e a nobre Ana Clara Barros de Souza por seu amor grandioso e fidelidade.

Agradeço imenso pelo amor, atenção e generosidade ao longo dos anos de Paulo Germano e Magda Ângela Ribeiro Coutinho, por terem me escolhido e feito de sua família a minha.

Agradeço as nobres irmãs Maria Elisabete Merchx de Bivar Branco Jacome Ramos e a Prof^a. Dra. Maria Francisca Merchx Bivar Branco Xavier, *in memoriam*, por terem feito de suas casas a minha e acima de tudo, estabelecer laços para o infinito.

Agradeço à Portugal que me presentiu com uma patriota em terras luso, Prof^a Dr^a Eneida Dornelas pela atenção, gentileza e colaboração.

Agradeço a atenção e gentileza de Dr^a Ana Maria Macedo, autora do livro **“Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”** que tornou visível o legado deixado pelo fidalgo João Luís Jácome e de sua família através dos ego-documentos para a contemporaneidade.

Agradeço aos colaboradores da Universidade do Minho, do Arquivo Distrital de Braga, em especial ao Sr. Luís Araújo, a Biblioteca Pública de Braga e Biblioteca Lúcio Craveiro que prontamente me atenderam e se dispuseram a ajudar.

Agradeço aos professores do Mestrado em Contabilidade, que se dispuseram em compartilhar seus conhecimentos e tempo, mesmo fora de seus horários de expedientes.

Aos demais amigos que construí, em especial Aline Fogaça e Jacira Paulino Melo, todos os seus gestos me influenciaram para meu crescimento pessoal.

À todos a minha eterna GRATIDÃO!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A relevância do livro razão de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos para a História da Contabilidade na cidade de Braga (1787 a 1810)

RESUMO

Neste trabalho abordamos os ego-documentos, tendo como foco de discussão o livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”, do fidalgo João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos e sua importância para a História da Contabilidade. Nosso objetivo é descrever e compreender o processo da contabilidade doméstica utilizada pelo referido, considerando o gerenciamento patrimonial dos bens no ambiente da organização familiar com a prestação de contas, a tomada de decisão face à influência dos códigos sociais, neste caso *accountability* hierárquica e *self*.

Trata-se de uma investigação biográfica que tem oportunizado grandes contribuições para a História da Contabilidade. Entre as quais destaca-se a demonstração de que algumas práticas adotadas na atualidade não são exclusividade do mundo moderno e que estes arquivos possuem um vasto campo a ser explorados dentro do universo contábil. A metodologia adotada para a realização desta investigação seguirá uma perspectiva qualitativa, interpretativa, através da análise de registros históricos em arquivos. Nossa recolha de dados será uma combinação de natureza primária, que corresponde aos manuscritos de João Luís Jácome de Vasconcelos, seu contexto, como também, de natureza secundária, que corresponde ao livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”. Esta investigação faz parte da perspectiva adotada pela nova história da contabilidade.

Sob essa ótica, esta pesquisa mostra-se relevante por trazer à luz contribuições dos diários íntimos ou ego-documentos para a história da contabilidade, bem como os documentos primários e secundários produzidos pelo fidalgo João Luís Jácome. O resultado da investigação comprovou que o fidalgo dedicou os últimos anos de sua vida para registrar, principalmente a administração patrimonial da Casa do Avelar, reforçando seu comprometimento com a prática da *accountability* ora hierárquica, ora *self*, além de deixar um legado como memorialista do Norte de Portugal.

Palavras-chave: *accountability self*; *accountability*; contabilidade doméstica; diário íntimo; história da contabilidade.

The relevance of the book “Razão” from João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vansconcelos for the history of accounting in the city of Braga (from 1787 to 1810)

ABSTRACT

In this work, we approach the ego-documents, focusing on the book “Memoirs and intimate diary of a nobleman from Braga”, by the nobleman João Luís Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos and its importance for the History of Accounting. Our objective is to describe and understand the domestic accounting process by the aforementioned, considering the management of assents in the environment of the family organization with accountability, decision-making in the face of the influence of social codes, in this case hierarchical accountability and self.

This is a biographical investigation that has provided great contributions to the History of Accounting. Among which stands out the demonstration that some practices adopted today are not exclusive to the modern world and that these files have a vast field to be explored within the accounting universe. The methodology adopted to carry out this investigation will follow a qualitative, interpretive perspective, through the analysis of historical records in archives. Our data collection will be a combination of a primary nature, which corresponds to the manuscripts of João Luís Jácome, its context, as well as of a secondary nature, which corresponds to the book “Memoirs and intimate diary of a nobleman from Braga”. This investigation is part of the perspective adopted by the new history of accounting.

From this perspective, this research is relevant for revealing contributions from intimate diaries or ego-documents to the history of accounting, as well as the primary and secondary documents produced by the nobleman João Luís Jácome. The result of the investigation proved that the nobleman dedicated the last years of his life to register, mainly the patrimonial administration of “Casa do Avelar”, reinforcing his commitment to the practice of accountability, sometimes hierarchical, sometimes self, in addition to leaving a legacy as a memorialist in the North from Portugal

Keywords: accountability self; accountability; accounting history; domestic accounting; intimate diary.

ÍNDICE

<i>Licença concedida aos utilizadores deste trabalho</i>	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	x
ÍNDICE DE FIGURAS	x
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Justificativa do estudo	1
1.2 Objetivos do Estudo e Questões- chave	3
1.3 Metodologia e Fontes de Arquivo	4
2 REVISÃO DE LITERATURA	6
2.1 Contabilidade e fontes contabilísticas	6
2.1.1 Desenvolvimento dos Ego- Documentos	6
2.1.2 Legitimidade e <i>Accountability</i>	9
2.1.3 O diário do fidalgo na perspectiva da Nova História da Contabilidade	14
2.2 Resumo	26
3 METODOLOGIA	28
3.1.1 Estudo Qualitativo	28
3.1.2 Estudo Interpretativo	30
3.1.3 Estudo biográfico	31
3.1.4 Fonte de Arquivo	32
3.2 Recolha de dados	33
3.3 Resumo	34
4. O CONTEXTO DA CIDADE DE BRAGA	35
4.1 As características econômica, política e social da cidade de Braga nos séc. XVIII e XIX,	35
4.2 A influência e o poder da religiosidade no Séc. XIX	39
5. Quem foi João Luís Jacome de Vasconcelos	51
5.1 Personagem João Luís Jácome	51
5.2 A Casa do Avelar e sua representação	55
5.3 Análise e interpretação da atuação do fidalgo João Luís Jácome	62
5.4 Resumo	69
6. CONCLUSÃO	71
6.1 Considerações finais	71

6.2. Contribuições	74
6.3. Limitações	74
6.4. Sugestão de investigação futura.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
PUBLICAÇÕES OFICIAIS	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACA – Arquivo Casa do Avelar

ADB – Arquivo Distrital de Braga

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AHJ – Accounting Historians Journal

SCMB – Santa Casa da Misericórdia de Braga

Se - Braga – Tesouro Museu da Sé de Braga

UM – Universidade do Minho

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1:.....	67
----------------	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Histórico de quatro gerações dos Jácome de Vasconcelos na Câmara de Braga.....	52
Figura 2: Mapa da Cidade de Braga.....	62

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa do estudo

Neste trabalho, abordamos os ego-documentos tendo como foco de nossa discussão, o livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”, um livro inspirado em seus manuscritos, escritos no século XVIII, pelo fidalgo João Luís Jácome de Vasconcelos, sobre o qual descrevemos as contribuições dos diários íntimos ou ego documentos, ou textos biográficos, para análises de questões atuais da Contabilidade.

No primeiro momento tratamos da definição da terminologia ego-documentos, que teve sua divulgação por parte do historiador holandês Jacob Presser por volta da década de 1950. Por um lado, desperta interesse por parte da sociedade para com esses documentos. Por outro lado, causa uma certa resistência em muitos historiadores que acreditam ser muito adequado e oportuno a escrita de (auto)biografias, diários e cartas, como meio de criar uma crença num personagem que não existiu ou existe, como abordado por Dekker (2002).

Quanto à investigação em estudos biográficos, sua divulgação deu-se na Europa a partir do séc. XIX, de acordo com Moreira (2007). Porém, sua valorização ocorre em especial depois da 2ª Guerra Mundial (ver Pardal, 2011). A História da Contabilidade mostra que a apropriação destes documentos consiste uma relevante opção para analisar e demonstrar que algumas práticas adotadas na atualidade não são exclusividade do mundo contemporâneo. Com essa esserção condizem Carnegie e Napier (1996), quando destacam a força que os arquivos têm para a pesquisa em história da contabilidade, como também para definir paradigmas aplicáveis, teorias e métodos usados na investigação científica desse campo.

Neste sentido, os arquivos possuem um vasto campo a ser explorado, servindo não apenas para análise dos historiadores contábeis, mas inspirando pesquisadores de outras linhas de pesquisa, com as mentes abertas a despertarem para novos horizontes, envolvendo questões do passado e contemporâneas.

Assim, encontram-se diversos autores que abordam a fuga dos rótulos (Carmona et al. 2006; Carmona et al. 2010; Rodrigues et al. 2015; Pinto e West, 2017) tratando do papel da contabilidade dentro da pesquisa em documentos primários e secundários, envolvendo o comércio escravocrata e os tratados comerciais da Europa nos séculos XVIII até XIX. Estes arquivos tratam da política de

colonização das Américas e as empresas pombalinas, destacando o domínio daquelas atividades pelo gênero masculino.

Raymundo (2005) pesquisou a companhia pombalina Grão- Pará e Maranhão através das correspondências (Instruções Régias Públicas e Secretas) enviadas pelo Governador e Capitão- General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para seu meio irmão, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Tais correspondências representam a comprovação de uma investigação científica em documentos primários, como forma de demonstrar as lutas entre os colonos e religiosos. Em especial, a luta dos jesuítas que disputavam a tutela dos indígenas, como estratégia de aquisição de mão-de -obra. O que resultou, como sequência, em uma das premissas para a criação da referida companhia pombalina de comércio.

Sampaio et al. (2017) destacam a contabilidade no gênero feminino como forma de emancipação do referido gênero. Essa nova perspectiva faz parte dos parâmetros adotados pela nova história da contabilidade para a investigação em documentos primários e secundários, conforme anteriormente destacado por Carnegie e Napier (1996).

Tais exemplos nos ajudam a constatar e entender questões atuais que, se no passado, muitas vezes, só eram confidenciadas em um diário como prática de escrita, de registro das aflições e emoções do profissional contábil ou do ser humano, na atualidade são aceitas documentos de valor contábil. Portanto, é de considerar como importantes os documentos primários e secundários produzidos pelo fidalgo João Luís Jácome, tendo em vista que, em se tratando de manuscritos de caráter único, destacam os acontecimentos envolvendo a gestão de seu patrimônio, ou os diferentes relatos de personagens marcantes no âmbito da história do Norte de Portugal e isso é um papel particular seu, exercendo sua veia como memorialista, inclusive este exemplo é referido por Macedo e Jácome (2013, p. 22) quando afirma:

“Isto torna-se particularmente relevante com D. Gaspar, cujas cerimónias fúnebres ocorrem ao longo de cinco dias, por janeiro de 1789, e que são objeto de um minucioso relato chancelado pelo nosso memorialista”.

A relevância da investigação sobre os registros do fidalgo avoluma-se, levando-se em consideração que, no tocante à contabilidade, o século XVIII possuía exigências mínimas de prestação de contas das pessoas singulares. Desse modo, a adoção praticada por parte do fidalgo João Luís Jácome, de forma doméstica, registando os movimentos de ganhos ou diminuição de patrimônio na época, torna-o

diferenciado. O resultado dessa prática culminou num legado de diários manuscritos, escritos numa época em que não havia as facilidades do mundo moderno, tal como a informática, para o auxiliar nesses registos feitos de certo modo despreocupado, e que, no entanto, resultaram em documentos de valor histórico e contábil.

A contabilidade possuiu adotou uma metodologia de sistematizações, administrados por entidades e influenciada pela sociedade, fato este que estabeleceu o reconhecimento como ciência social (Coliath, 2014).

Carmona *et al* (2004) pontuam que as investigações na nova história da Contabilidade para o futuro serão realçadas sempre que possível através dos documentos primários. Diante do exposto acima, deduz-se a validade da investigação sobre os manuscritos produzidos pelo fidalgo João Luís Jácome.

Diante do exposto, o presente trabalho mostra-se relevante por demonstrar as contribuições dos diários íntimos para a história da contabilidade. Frente a essa problemática, o trabalho descreve o diário íntimo, ou ego-documento, ou biográfico, termos sinônimos, e sua contribuição para a história da contabilidade, tendo como referência as “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”, produzido pelo fidalgo João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos.

1.2 Objetivos do Estudo e Questões-chave

Nossa pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo da contabilidade realizada pelo fidalgo João Luís Jácome de Vasconcelos, como prestação de contas pessoal e sua importância para a história da contabilidade. Especificamente, a investigação aspira,

- compreender como o fidalgo, em vários momentos das anotações no livro diário, faz o gerenciamento patrimonial dos bens no ambiente da organização familiar;
- analisar a prática do referido fidalgo, em relação à tomada de decisão face à influência dos códigos sociais, neste caso, *accountability* hierárquica e *self*, tendo em vista que o mesmo exerce o cargo de vereador, como também de Provedor da Misericórdia de Braga, na cidade de Braga, à época;
- correlacionar as anotações contábeis realizadas pelo fidalgo e verificar sua contribuição para a História da Contabilidade.

Para alcançar os objetivos a que nos propomos, este estudo norteia-se pelas seguintes questões-chave:

- a) Quem foi João Luís Jacome de Vasconcelos e qual foi o seu papel na sociedade Bracarense no decurso de sua vida?
- b) Como e por que João Luís Jácome de Vasconcelos usa a prestação de contas através do Livro Diário da sua vida em diferentes dimensões?

1.3 Metodologia e Fontes de Arquivo

Segundo Vieira e Major (2017), a investigação social em estudos interpretativos tem a finalidade de analisar e compreender o meio social em que aconteceram os fatos, propondo descortinar as influências do meio para tomada de decisões. Esta última, consequência da construção da sociedade. Partindo desta premissa, nossa investigação caracteriza-se por assumir uma perspectiva qualitativa, uma vez que explica e descreve as ações sociais através da observação e interpretação dos dados históricos.

Desse modo, nossa linha de investigação configura uma perspectiva interpretativa, com base em um estudo biográfico no que resultou dos manuscritos do “Diário”, como também do seu “Diário e Caderno de Notas sobre a questão jurídica que manteve com Luís Alberto Lançóis” produzido pelo fidalgo João Luís Jácome de Vasconcelos. Desse conjunto documental nasceu o que é hoje o livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”. A recolha de dados históricos, chamados documentos primários e secundários, ocorreu nos seguintes lugares: Arquivo Distrital de Braga - ADB, no Arquivo Nacional Torre do Tombo- ANTT, Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Lúcio Craveiro e Santa Casa da Misericórdia de Braga- SCMB.

Dessa pesquisa, do trabalho de análise e embasamento teórico acerca do autor e obra citada, resultou o trabalho ora apresentado, que se estrutura como descrito a seguir:

No primeiro capítulo, tratando-se da introdução, é feita uma breve explanação sobre o direcionamento do estudo a ser apresentado, ocasião em que apresentamos a justificativa para o referido, situamos o tema, os objetivos, questões-chave e o tipo de metodologia adotada.

O segundo capítulo corresponde à revisão da literatura envolvendo o conceito de ego – documentos e pesquisa biográfica, por tratar do livro produzido pelo fidalgo, a teoria da legitimidade e *accountability* como forma de prestação de contas e *accountability self*. Para tanto, apoiamos-nos em estudos que comprovam como a contabilidade é capaz de analisar os dados da contabilidade doméstica, como meio social, político e a influência dos códigos sociais na tomada de decisões.

No terceiro capítulo descrevemos a metodologia adotada para o processo de recolha dos dados da referida investigação, embasada numa perspectiva interpretativa dos documentos arquivos primários e secundários do estudo biográfico.

No quarto capítulo, é feita uma exposição acerca do ambiente físico em que nosso objeto de pesquisa está situado, na cidade de Braga. O conjunto documental está depositado no Arquivo Distrital de Braga, onde se encontra o material que fora doado pelos descendentes do fidalgo e que mais tarde parte dele culminou no livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”. Será feita também uma explanação sobre o tempo em que viveu o fidalgo João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, que corresponde aos séculos XVIII e XIX, uma contextualização da economia, da política, da religiosidade e do ambiente social que influenciaram a sociedade bracarense em decorrência do momento vivido por Portugal à época.

No quinto capítulo, é feito um estudo acerca da vida do fidalgo João Luís Jácome, sua influência na cidade e na região norte, seu legado como esposo, pai, político e cristão. É analisado o significado da representação do título de nobreza herdado pelo mesmo, neste caso A Casa do Avelar. Como também, a análise e interpretação da atuação do fidalgo fazendo uma correlação com os documentos apresentados na revisão da literatura.

No último capítulo, concluímos com as possíveis perspectivas de novas investigações. São feitas as considerações acerca das contribuições do diário produzido pelo fidalgo João Luís Jácome e as limitações oriundas da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo dos anos, a contabilidade foi estabelecendo feitos cada vez mais importantes no meio social, tornando-se essencial não apenas para o simples cidadão que faz o acompanhamento de sua contabilidade doméstica, de acordo com Carnegie e Walker (2007), mas também para alcançar um espaço dentro das grandes corporações, instituições, sejam de caráter econômico ou religioso. E a sua padronização passou a ser difundida por mestres que dominaram a arte das partidas dobradas a partir do séc. XV, conforme abordado por Ludicibus et al. (2005).

A classe acadêmica verificou as mudanças que a contabilidade proporcionou no meio social, e que ocorreram em decorrência das decisões adotadas pela contabilidade financeira e de gestão. Conseqüentemente, analisou a contabilidade doméstica como meio da transformação patrimonial nos séculos passados através de manuscritos de pequenos administradores de subsistências, agricultores e pequenos comerciantes. Como o faz, nessa perspectiva, Sampaio et al. (2017) que abordam, sob a ótica da Nova História da Contabilidade, a contabilidade doméstica praticada por Anna Jansen, no Brasil colônia, para efeitos de controle de seu patrimônio e também como emancipação do gênero feminino.

Assim, considerando todos os processos e etapas alcançadas pela contabilidade, nossa revisão da literatura será direcionada pelas seguintes divisões: no primeiro momento a força dos ego-documentos, ou diários, que também são utilizados como fontes contabilísticas para controle patrimonial. Apresentamos um panorama geral da história da contabilidade e da contabilidade doméstica através de estudos biográficos, tendo em vista estar aí incluído nosso objeto de estudo. Fazemos uma breve passagem pelas civilizações antigas, até o século passado. Num segundo momento, apresentamos a questão dos códigos sociais através da legitimidade, e a *accountability* como forma de direção para padronização da sociedade imposta pelo Estado e sociedade. Por último, realizamos um resumo das divisões do capítulo.

2.1 Contabilidade e fontes contabilísticas

2.1.1 Desenvolvimento dos Ego- Documentos

O termo ego-documentos esteve adormecido até metade do século passado, quando o historiador holandês Jacob Presser, nos anos de 1950, passou a conceituar e identificá-los, como sendo os textos que falavam do “EU”, tais como os diários, as (auto) biografias, as cartas, não descartando a pluralidade de expressões externadas do homem individual, suas memórias e emoções. Para Dekker

(2002, p. 18), não há uma definição exata registrada em livro sobre o assunto e suas variações: “Ele nunca chegou a escrever um livro, mas seus arquivos pessoais contêm uma grande quantidade de recortes, resenhas e anotações sobre o assunto”.

Essa diversidade de textos biográficos só comprova a dinâmica de possibilidades de sua investigação na história da contabilidade. Em um primeiro momento, boa parte dos historiadores, de acordo com Dekker (2002), levantaram vários questionamentos sobre os ego-documentos, demonstrando como sendo muito agradável falar de determinadas categorias e classes por parte dos detentores de poder econômico, uma vez que eles possuíam um universo de elementos favoráveis para impor uma (auto) biografia, diários e cartas da forma que lhes fossem convenientes e favoráveis em seu benefício.

Os ego-documentos prestam uma contribuição inegalável para a humanidade são inegáveis, pois é através desses manuscritos que foram e são divulgados para a sociedade as emoções vividas pelo homem, seja de forma positiva, ou não, como foi o caso no Diário de Anne Frank. Neste, a autora assim se expressou: “durante uns dias não escrevi nada porque, primeiro quis pensar seriamente na finalidade e no sentido de um diário” Frank (2002, p. 19).

A ideia de divulgar o diário de Anne Frank foi de iniciativa do pai, depois de ler em suas anotações o desejo de ser escritora e jornalista. O mesmo fora o único sobrevivente dos campos de concentração de Auschwitz da família Frank (Anne Frank House, 2019).¹

Esse tipo de gênero textual, diário doméstico, é uma variação do diário pessoal, de acordo com Moreira (2007). No diário de Anne Frank há um relato histórico biográfico do momento vivido pelo povo judeu durante a segunda guerra mundial e que ficou muito conhecido através da riqueza de detalhes desenvolvida pela autora no referido diário.

Os “ideais” dos opressores e práticas adotadas pelo homem, como a perseguição ideológica, racial e religiosa, deixou evidenciado que qualquer meio que possa ser manipulado, está suscetível de erro. Com destaque para, “durante uns dias não escrevi nada porque, primeiro quis pensar seriamente na finalidade e no sentido de um diário” Frank (2002, p. 19).

O diário doméstico não possui valor contábil para pesquisa em história da contabilidade, mas abre um rol da diversidade de diários que serviram para registrar os bens (jóias, obras de arte, dinheiro em espécie e muitos outros tipos de ativos) dos judeus apreendidos pelo governo alemão e que talvez

¹ Disponível em: <https://www.annefrank.org/en>. Acedido em 02/03/2019.

tenham ficado perdidos, sem se saber ao certo quão volumoso seria esse montante (ver Funnell, 1998).

Os manuscritos do fidalgo João Luís Jácome não foram feitos com a intenção de torná-los públicos, mas dadas as circunstâncias de sua morte, eles tornam-se públicos para além dos interessados nas questões patrimoniais, conforme interpretação dos responsáveis pela transcrição dos manuscritos:

(...) o Testamento, ao longo das suas 41 páginas, para além das formalidades específicas ligadas à disposição dos bens de alma e à sucessão dos prazos, também ele configura uma verdadeira história de vida da família relatada e julgada pelo seu próprio representante cerca de um ano antes de falecer... (Macedo e Jácome, 2013, p. 18)

O diário produzido pelo fidalgo tem um valor bastante significativo para a sociedade bracarense, por tratar-se de um membro de uma família tradicional, apegada à conservação dos valores da época e, principalmente, ao título de “nobreza”, Macedo e Jácome (2013, p. 16). Por estas (e as seguintes) referências, não há como negar o papel do fidalgo João Luís Jácome na sociedade, por registar informações de nascimentos precisos de cidadãos, mortes, anotações de venda de imóveis com datas, nome de rua, número de casa, valores, eventos que aconteciam na cidade e circunvizinhança conforme, como destacado a seguir:

Fundadores do Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga são os seguintes e escrituras o doutor Giraldo Gomes foi Conego de Braga desde 1588 até o seu falecimento, e seu irmão o doutor Francisco Gomes, foi o Reitor de Santa Maria do adufe na comarca de Vila Real ambos fundarão o Convento Nossa Senhora da Conceição desta cidade de Braga. (Macedo e Jácome, 2013, p. 95)

Passados alguns séculos, os ego-documentos expandiram-se enormemente, atendendo às necessidades humanas e sócio-culturais dos tempos em cada época Dekker (2002). Tomaram outra direção, permanecendo o mesmo objetivo: manifestação das emoções e das incertezas do homem em dada circunstância.

Atualmente, com a era tecnológica e suas ferramentas, os cadernos de diários foram substituídos pelas novas ferramentas tecnológicas como: blogs pessoais, contas em redes sociais, Facebook, Instagram e You Tube. Os mais variados textos são aí expostos em velocidade real, para acesso de milhares de pessoas através da plataforma de internet, cujos autores muitas vezes se desconhecem, mas que possuem algum tipo de interesse, relação ou ligação social (Pereira, 2014). Esta relação de

interesses abre a possibilidade de geração de receitas, conseqüentemente novos negócios comerciais e na seqüência de suas ramificações a contabilidade acompanha esta troca.

Essa versão contemporânea dos egos-documentos evidencia que fazer arquivo da própria vida faz parte da história humana, do poder de mostrar seu legado seja íntimo ou não, (Artières, 1998), seja através de uma *selfie* colocada em uma rede social ou através de um diário de viagens. Nas duas práticas, a antiga e atual, ocorre a auto exposição, ficando evidente que ambas são formas de confissões das emoções ou das incertezas, bem como de tornar público ou concentrar em si as luzes do teatro da vida.

2.1.2 Legitimidade e *Accountability*

A prática da *accountability*, que traduzindo para o português seria responsabilidade ou prestação de contas, funciona como a união dos sistemas sociais nas organizações formais.

Quando falamos em contabilidade, pensamos imediatamente em seguir procedimentos para que o objetivo seja cumprido dentro das normas impostas pelo Estado e pela ética. Desta forma, esses procedimentos institucionais são utilizados nos vários tipos de segmentos empresariais, que sofrem pequenas modificações diárias e isso acarretou na padronização mundial atual dos procedimentos contábeis.

O marco para a reestruturação no setor de administração foi a década de 1970 e a consequência disso resulta na divisão da Antiga Teoria Institucional, emergindo a Nova Economia Institucional. Esse termo passou a ser usado para dissociar o novo do neoclássico. Para a Nova Economia Institucional, o desempenho dos aspectos econômicos e a eficiência das transações são relevantes e servem como ferramenta para a construção de códigos sociais revisados Menezes (2009). Segundo Parker e Gould (1999), há uma mudança na mentalidade do setor público e, conseqüentemente, exige-se mais do profissional envolvido para que a engrenagem funcione e torne-se menos rígida e burocrática. Assim, as práticas antigas são reformuladas, admitidas e legitimadas pelo sistema público e Estado e passam a ser modelo de sucesso que o setor privado e a sociedade já conheciam.

Lawrence et al. (2011) abordam o estudo institucional nas organizações, ou a percepção dos esforços coordenados dos personagens envolvidos com a instituição, e verifica que as pressões institucionais de diferentes direções acompanham esses personagens independentes do tempo, os quais respondem de forma criativa, gradual e reflexiva a essas forças.

Numa abordagem semelhante a essa nova reestruturação do setor, Frink e Klimoski (2004) enfatizam os acordos que há entre os sistemas sociais, pois orientam o comportamento. E isto é inerente ao sistema. Logo, esse sistema, exige meios para obter mecanismos de controle formais, tais como relatórios, avaliações de desempenho, contrato de trabalho, monitoramento de desempenho, sistemas de recompensas, procedimentos disciplinares, manuais de pessoal e etc.

A partir de tais considerações, os autores acima citados argumentam que *accountability* envolve um agente e seu contexto social que está em avaliação e observação por parte de determinados públicos, não deixando de mencionar o próprio agente. Neste último caso, será chamada de *accountability self*, como também as comparações, crenças e os questionamentos que o agente necessita responder a respeito de suas decisões ou comportamentos. Diante disso, é importante que o resultado de seu comportamento seja passível de punição ou recompensas, tendo em vista que é o objetivo dos mecanismos de responsabilização implantados nas organizações.

Para Mark (2010), *accountability* destaca-se como uma qualidade, virtude e de uma forma mais global. Tem conotação positivista nas organizações num discurso sugestivo de transparência, confiabilidade, promessa do justo, ou um mecanismo social.

Segundo Menezes (2009), o ambiente organizacional sofre influências significativas com o desempenho das ações causadas por seus gestores. Powell e Dimaggio (1999, p. 81), enfatizam que as estruturas organizacionais influenciam as pessoas como mecanismo de construção de regras, condutas e crenças. A legitimação ocorre através dos “programas e procedimentos das organizações modernas e cumpridos graças à opinião pública” que exercem a influência através de “cidadãos com saberes”, “prestígio social”, “leis” e muitas outras influências e condutas.

Desta forma, fica evidente que a legitimação da opinião pública, posição social e de organizações de diversos segmentos, fortalece o discurso de aprovação dos códigos sociais, principalmente para disfarçar a imposição do Estado e utilizar personagens destacados dentro da sociedade como propagadores de defesa do tema em questão, como também as pessoas passarão a se espelhar neles e a querer copiar sua conduta Powell e Dimaggio (1999).

Para Parker e Gould (1999), a *accountability* começou a ser difundida em especial pelo setor público para a chamada Nova Gestão Pública, tendo em vista que sua fonte germinadora foi o setor privado, adotando como foco a qualidade, avaliação de desempenho, gerenciamento das políticas e implementação da eficiência e eficácia.

Segundo Carmona e Ezzamel (2007), a accountability já se destacava como uma prática da economia na sociedade, quando foi adotada pelas civilizações antigas, e através dela se incutia a ideia de prestação de contas a si próprio ou para outras pessoas. Dentro destes contextos, portanto, o foco seria a contabilidade de responsabilidade e as consequências dos códigos sociais e morais dentro destes contextos.

Nessa perspectiva, os autores acima citados abordam a questão da accountability nas civilizações antigas da Mesopotâmia e Egito. Os autores destacam três esferas de accountability: hierárquica, envolve superiores e subordinados, através da prestação de contas; horizontal, corresponde a dois lados fora da estrutura formal de poder, e.g. duas pessoas que realizam um contrato de arrendamento de gado; e self, enfatiza noções de moralidade e identidade do indivíduo.

As práticas de contabilidade e accountability adotadas nestas duas civilizações eram exercidas por escribas altamente treinados em técnicas e perícias contábeis Carmona e Ezzamel (2007). Os registros eram feitos em placas de argila, através de figuras cuneiformes. Tais figuras eram utilizados para identificar as trocas comerciais. Essas placas possuíam duas vias, com identificação do responsável pelo serviço e pelos bens em seu poder. Diante disso, os autores argumentam que a contabilidade exerceu um papel de destaque e que os níveis de responsabilidade estavam embasados pelas normas da religião, ou seja, do modus operandi social e suas crenças.

No seguimento do processo de legitimidade das normas sociais como prática de organização, Johnson et al. (2006) abordam esse processo sob a ótica da psicologia social e institucional. Eles compreendem as teorias e a legitimidade dos grupos, comportamentos e valores, que desencadearam um conjunto de regras, independente de anuência do indivíduo.

De acordo com Johnson et al. (2006), a prática da legitimidade é construída, compartilhada e defendida por outros em situação local ou amplamente, dentro de uma comunidade, e.g. uma organização. Nas palavras de Suchman (1995, p. 575), “ legitimidade é dependente de uma audiência coletiva, mas ainda assim independente de observadores particulares”.

Considerando o poder da instituição e sua legitimidade sobre as pessoas, Lawrence e Suddaby (1984) abordam os efeitos intrínsecos causados pelas reflexões e sentimentos no ambiente em que os atores estão inseridos, sejam individuais ou coletivos. Assim, os controles de validade exercidos sobre os cidadãos de um modo geral acabam por coagi-los a se enquadrarem dentro dos padrões impostos devido à auto reflexão.

E numa forma de uniformização de padrões dentro do que é considerado legítimo, como também de abordar a diversidade de definição para accountability, Sinclair, (1995, p. 221) sintetiza que accountability não é estática, possui vários “linguagens” como agente da “ideologia” para formação da pesquisa, “do tempo e motivos”, apresentando nuances multifacetadas.

Partindo dessa multiplicidade de “linguagens” para accountability, destacada por Sinclair, (1995, p. 211), nos detemos-nos em apenas duas formas, que são a accountability self e a hierárquica, por se tratar de fazerem parte do nosso objeto de estudo e estarem intrinsecamente ligadas ao personagem do fidalgo João Luís Jácome.

As práticas adotadas pela self accountability e a accountability hierárquica são intrínsecas às questões de aprovação dos códigos sociais. Estes são fomentados pelo governo como forma de manobra e manipulação do que é considerado aceitável, principalmente, através da construção da imagem do correto e perfeito dentro deste contexto.

A esse respeito, Foucault (2003) chama a atenção para a necessidade de se estudar o poder “a partir das técnicas e táticas de dominação”. Estas se mantêm em vigor, graças ao “princípio organizador dos grandes códigos jurídicos” herdados da Teoria da Soberania, conforme Foucault (2003, p. 188):

A teoria da soberania e organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepor aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação, e garantia o exercício dos direitos soberanos de um através da soberania do Estado. Os sistemas jurídicos – teorias ou códigos – permitiram uma democratização da soberania, através da constituição de um direito público articulado com a soberania coletiva, no exato momento em que esta democratização fixava-se profundamente, através dos mecanismos de coerção disciplinar. (Foucault, 2003, p. 167-191)

Segundo Menezes (2009), para o poder que o Estado exerce, há a cultura de repreensão e a prática da tecnologia do eu, abordados nas obras de Foucault. Menezes (2009, p. 37) acrescenta:

(...) a contabilidade está inscrita em um conjunto de tecnologias de controle que os governos usam para exercer o poder e intervir na sociedade para implementar suas políticas e alcançar os resultados que pretendem.

Considerando as práticas abordadas acima, verifica-se que o Estado necessita manter a ordem da sociedade e isso ocorre através da imposição de normas, regras e leis que a sociedade cumpre, como critério para ser considerado aceito. O personagem que está fora desse padrão é considerado infrator.

Dose e Klimoski (1995) evidenciam a necessidade de se cumprir um cronograma coordenado, através de decisões, opiniões, questões de ética e moral. Para Mulgan (2000) tal necessidade é realizada através da accountability, numa relação de hierarquia, ou seja, um superior e um subordinado, onde os agentes, ou subordinados, serão chamados a prestar esclarecimentos sobre seus atos, como também, para receber instruções de seus superiores. Destaca-se também que os acordos de accountability acontecem nas instituições públicas, em empresas que são grandes proprietárias, ou de pequeno porte, mas com a existência dos laços formais.

Na mesma perspectiva, Willmott e Wray-Bliss (1996, p. 81) reiteram que a responsabilidade é hierárquica, por ser propagada por “especialistas autoproclamados”, quando “marca uma reafirmação do pensamento mecanicista” e não foge do previsível que são os negócios, os números, os resultados, em um mundo pós globalização num sistema de recompensas.

Diante deste sistema de recompensas, de “construção da importância” e de um ideal para a accountability, Roberts (2009, p. 968) e Menezes (2009, p.32) abordam a questão do ego como um reforço da transparência do self, usando mais um artifício do que é julgado pelo “eu” como ideal, “perfeito”, e reforçando o “reconhecimento autorizado”, como forma de bônus pelo “trabalho duro”.

Segundo Menezes (2009, p. 40), accountability self tem a capacidade de tornar visível o que estava obscuro, para que se faça o julgamento das ações da organização, e isso necessariamente não é a “verdade”, mas uma forma de divulgar o que precisa ser modificado na visão do governo e, através deste movimento, fazer surgir as mudanças adequadas para o mesmo.

A accountability é o reforço fundamental para a “sobrevivência do sistema”, pois “legítima” e exalta a eficiência Bracci (2009, p. 294). Essa exaltação do que é aceitável para tornar uma entidade ou pessoa com conduta moral e ética são os critérios, tendo em vista que ele foi julgado pelo sistema de accountability self e como recompensa por ter cumprido, ou não, a accountability hierárquica.

Desta forma, quando há a desaprovação dentro deste universo de legitimação por algum motivo, ocorre a desconstrução de personagens que antes enquadravam-se dentro dos parâmetros da organização. Caso haja algum erro nesta desaprovação, pode-se destruir a identidade do personagem e a reparação provavelmente será impossível de acontecer dados os danos incalculáveis ao redor da

imagem, como também, desencadear problemas de convívio social e psicológicas, Gendron e Spira (2010).

E como forma de comprovar o papel da construção da identidade da accountability self, temos a visão dos ex- profissionais da Arthur Andersen que trata sobre a um estudo foi feito exclusivamente, no Reino Unido e Canadá com 25 entrevistas destes profissionais e mostrando a repercussão do que o colapso de suas identidades lhes trouxe, Gendron e Spira (2010).

Para Gendron e Spira (2010) a crise na biografia profissional e organizacional, como o ocorrido na Arthur Andersen, desestrutura emocionalmente o homem e isso torna-se crucial diante da construção da narrativa biográfica. Destacam que fica evidente a dificuldade de saber lidar com uma biografia manchada pela mídia e com o fato de que os erros cometidos não são suavizados, ao contrário, evidenciam a ruína profissional em meio à cultura de celebração de desempenho. Não há um trabalho para que saber lidar com a desilusão, os ressentimentos, a racionalização e a esperança diante dos padrões dos códigos sociais impostos. Esses padrões impostos contribuem como mais um obstáculo enfrentado pelos profissionais, Gendron e Spira (2010, p.276).

Os autores concluem que os desconfortos individuais testemunhados podem não gerar mudanças significativas nas empresas de contabilidade. Talvez, em virtude da forte influência do comércio que gira ao seu redor, como também ressalva a análise dos discursos intrínsecos sobre os indivíduos, quando na construção de ameaça da identidade do self.

2.1.3 O diário do fidalgo na perspectiva da Nova História da Contabilidade

A história da contabilidade sofreu ao longo do tempo muitas mudanças e esses acontecimentos acompanhados da necessidade da sociedade fizeram surgir o aperfeiçoamento das técnicas iniciadas nos primórdios das civilizações.

Para Carnegie e Napier (1996), recorrer às origens da história da contabilidade através de aplicações diversas, ou limitadas, como é o caso da contabilidade de dupla entrada, alimentou e auxiliou variados feitos, mas não foi o único.

Como destacado por Napier (1989), o conhecimento do passado, conjuntamente com suas descobertas e contribuições, caminham conjuntamente. Assim, é necessário desprender de qualquer rótulo como também não pensar em história da contabilidade na visão positivista, econômica, mas estudar a própria história da contabilidade alinhando o “contexto social e organizacional” para enriquecimento da contabilidade como ciência social, Napier (1989, p. 244).

A história da contabilidade requer dos novos historiadores uma amplitude maior e estar aberto é precisamente o essencial para a descoberta das novas fontes, muitas vezes, esquecidas em arquivos em meio aos documentos primários e secundários, antes rotulados como sem valor algum a ser agregado à contemporaneidade. Por isso, aprofundar o conhecimento nos registros contábeis primários, como também nos secundários, possibilita verificar como a contabilidade foi e é usada, conforme depreendemos a seguir:

... a contabilidade, antes de ciência, foi, em seus inícios, um sistema completo de escrituração. O método das partidas dobradas, base do sistema, encontra seus registros iniciais já em 1299- 1300 em uma empresa de mercadores de Florença e uma forma mais completa, em 1340, na cidade de Gênova. (Iudicibus et al. 2005, p. 9)

Paralelamente a isso, muitos acontecimentos revolucionaram o mundo econômico e, como consequência, a prática contábil. Desta forma, a adoção das partidas dobradas por parte dos italianos, a revolução industrial no séc XVIII, a necessidade de relatórios mais filtrados, a aplicação de auditorias (internas e externas) e a profissionalização do contador foram alguns dos elementos de que os historiadores de contabilidade tradicional se apropriaram para fundamentar suas teorias.

Para Gomes (2008), os acadêmicos que apreciam a contabilidade como técnica prática, estão tranquilos em relação à história contábil tradicional. Já os acadêmicos que vêem contabilidade como prática social, estão mais propensos a escreverem com os novos historiadores contábeis, e neste caso em particular, ela tem sido claramente relatada como prática social em seu contexto.

Neste sentido, Carmona et al. (2004) realçam que para os tradicionais, o foco é a visão objetiva. A contabilidade é uma prática particular de dupla entrada: teoria da demanda- resposta, embora a dupla entrada não tenha sido o único grande feito da contabilidade em sua história.

A proposta de uma nova dimensão em história da contabilidade aconteceu a partir da década de 1970. Alguns eventos consolidaram este ramo da pesquisa acadêmica, como o primeiro Congresso Mundial de Historiadores de Contabilidade em Bruxelas, organizado por Ernest Stevelink, confira Carmona (2017).

Na sequência das inovações em história da contabilidade, em 1974, ocorreu a criação do The Accounting Historians Journal (AHJ), com sede nos EUA e a criação da primeira academia, de acordo com Carnegie et al. (2020). Dentre os novos temas, destacam-se: a questão do gênero, a contabilidade e o Estado, a contabilidade em nações nativas, novas configurações e observações de períodos, bem

como, a própria História da Contabilidade, que passou a ser adotada como disciplina acadêmica Carmona (2017).

Diante desse contexto, vários autores(Carnegie e Napier, 1996; Napier,1996; Carmona, 2017) afirmam que a pesquisa em história da contabilidade aperfeiçoa o conhecimento científico e reforça o embasamento teórico da contabilidade.

Para Fleischman e Radcliffe (2005), a emancipação da história em contabilidade é reflexo da extensão de diversas investigações publicadas. Acrescentam que isso é observado a partir do número de revistas que passaram a adotar esse tema e do número crescente de estudos da disciplina, principalmente na década de 1990, e num intervalo menor de tempo.

Tais publicações dão conta das novas perspectivas de estudos, cujos autores citados são representativos. Mas verifica-se que nessas perspectivas há uma predominância de publicações em línguas anglo-americanas, (ver Baldarelli et al. 2019) e, paralelamente, que há poucas publicações em línguas de origem latina. No entanto, há justificadas razões para publicações da prática da história contábil local, regional a fim de, principalmente, cultivar e espalhar as diferenças culturais a nível de mundo (Carmona et al 2004; Gomes et al 2015; Baldarelli et al 2019).

Seguindo a prática de recorrer às fontes da história da contabilidade, Coronella et al (2019) investigam a evolução das publicações feitas no jornal mais antigo de contabilidade na Itália, a Rivista Italiana di Ragioneria, correspondendo ao período de 1901–2015. Esta investigação aborda a forte e duradoura tradição em publicações na Itália, deixando de fora autores não italianos, como também, demonstrando a carência, por parte dos autores italianos em publicar em periódicos internacionais de língua inglesa. Fatos esses, corroborados por Antonelli e Sargiacomo, (2015, p. 122): a “barreira da língua limita a possibilidade de realização de pesquisas historiográficas tanto para italianos ou para acadêmicos estrangeiros com bons conhecimentos de italiano”.

Nessa perspectiva das diferenças culturais a serem exploradas foram destacadas por Carnegie e Napier (1996): o amadurecimento dos estudos de diferentes grupos e perspectivas antes rotulados: foucauldianos, pós-modernos, tradicionais e outros, os quais nos fazem refletir sobre a pluralidade em pesquisa em história da contabilidade e repelir rótulos considerados rígidos.

Nesse sentido, semelhante à diversidade de interpretações, Fleischman e Radcliffe (2005), argumentam que a exposição de ideias relativas aos paradigmas por parte dos historiadores, muitas vezes cautelosos, acrescentou a essa permuta a direção para que a disciplina seguisse em frente.

Dentre outros autores preocupados com o tema, Gomes, (2008) aborda a contabilidade também como um sistema para mensurar transações econômicas e sua realidade, e isso é um componente importante para a contabilidade como disciplina. Parker (1999) comunga da relevância para questões de prática contábil e política, destaca o aumento de pesquisa em história da contabilidade e contabilidade de gestão, como também, que suas práticas acentuaram-se no final do século passado. Gomes et al. (2011) levantam o questionamento da importância da materialidade dos arquivos e da difícil tarefa da comunidade acadêmica em considerar os arquivos históricos como significativos. Não excluindo o fato da pesquisa histórica ser erroneamente relegada por alguns pesquisadores, como estando fora dos padrões de análises quantitativas e sem contribuições do contexto histórico em análise.

Elencadas todas essas novas perspectivas de abordagem, consideramos o gênero textual produzido pelo fidalgo João Luís Jácome, o livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”, representa um estudo em história contábil na perspectiva qualitativa interpretativa.

Para a perspectiva da nova história da contabilidade, emergem questões norteadoras como as colocadas por Carnegie e Napier (1996, p. 8): “o que constitui o arquivo? Quais são os assuntos apropriados para a pesquisa em contabilidade? Quais são os paradigmas e teorias mais aplicáveis? O que provará os métodos de pesquisa mais frutíferos?”

Tais questionamentos devem ser considerados tanto pelos historiadores das escolas tradicionais, como pelos novos historiadores em contabilidade.

Para os autores acima citados, há uma preocupação com o futuro em pesquisa da história da contabilidade. Isso acontece em diversos campos de pesquisa, quando se dá uma visão inapropriada de uma cultura ou circunstância, negligenciando-se o que é diferente.

Desta forma, no intuito de realizar investigação em contabilidade sob uma nova ótica, têm sido desenvolvidos trabalhos pelos novos historiadores de contabilidade, através de registros de arquivos. Seguindo essa vertente, Anes (1994) investiga o método de dupla entrada em documentos primários na empresa estatal espanhola Cajas Reales de Indias, no séc. XVI até o séc. XVII. Na mesma direção, incluem-se Carmona et al. (1997) que investigaram a adoção das partidas dobradas na empresa estatal Real Fábrica de Tabaco, desde sua produção até a distribuição. Este estudo trouxe à tona um dado importante que foi o monitoramento acompanhado da demanda realizado pela empresa. Tal

monitoramente, resultou na mudança de suas instalações para um prédio que acompanhasse as necessidades do produto.

O reconhecimento de que a contabilidade não foi, ou é apenas uma técnica no trato de dados, e galgou degraus lentamente ao longo da história, o que é evidente devido ao aperfeiçoamento das etapas que foram sendo vencidas diante das necessidades do mercado e da sociedade Carmona et al. (1997).

Logo, há embasamento de que a história da contabilidade não é ciência isolada e sem associação de conhecimento para seu enriquecimento, conforme abordado por Carnegie et al. (2020, p. 3). A história da contabilidade comprova que há uma permuta entre “organizações e sociedade” e no “comportamento humano”, a ser considerada e isso é benéfico para ambos os lados nesta simbiose.

De acordo com Napier (2006), fica evidente que dada a mudança do objeto de estudo, os pesquisadores têm a tarefa de provar a contabilidade e até mesmo a sua ausência dentro de um contexto particular.

Esta constatação de que a contabilidade precisa demonstrar para a história contábil é um fator evidente, pois a ação do tempo nos documentos encontrados é um entrave a mais, como também a questão da abordagem adotada na época, ou seja, como se enxergava a contabilidade na época. E, trazer esse modelo de contabilidade para a atualidade é um desafio para os pesquisadores.

Gomes et al. (2011, p. 392) evidenciam que “contadores que foram treinados para pensar que o “que é passado é um custo irrecuperável” e que a contabilidade é fundamentalmente orientada para o futuro, não atribuirão valor à história da contabilidade.

Carnegie e Napier (1996), por sua vez, argumentam que, ao longo do tempo, as adoções contábeis da época dos tradicionais historiadores foram rotuladas como retrógradas, provando na atualidade a importância que os arquivos têm a dizer, a partir de sua interpretação e análise de suas narrativas.

Para que haja uma pesquisa harmônica do histórico com o material em questão a ser investigado, de acordo com Gomes et al. (2011), será necessário ressignificar o valor da descoberta em história contábil para a atualidade. Sendo esses textos contextualizados, enriquecidos com informações de pesquisas diversas, bem como em outras comunidades de áreas diversificadas.

Para essa perspectiva de agregação de conteúdos diversificados da contabilidade e de seu poder emancipatório, temos exemplos significativos de mulheres pioneras. Sampaio et al. (2017) destacam o papel da Rainha do Maranhão, Anna Jansen, que se impõe como uma grande administradora do seu patrimônio. Ela foi uma mulher de impacto e pulso forte na política, desempenhando uma notável capacidade como acumuladora de uma das maiores fortunas da região norte-nordeste do Brasil colônia, depois que torna-se viúva do 1º marido. Esse trabalho suscitou a importância da necessidade do resgate do passado histórico acerca da mulher. Suas administrações patrimoniais, sejam no contexto doméstico ou empresarial, e do reconhecimento das barreiras que foram ultrapassadas ao longo da história.

O não reconhecimento da participação gerencial do gênero feminino nas sociedades contemporânea ou antiga, está registrado em arquivos ou guardado por famílias. Esses documentos revelam o pioneirismo feminino na contabilidade. Tais documentos retratam também os enfrentamentos sociais e éticos aos quais estavam submetidas, mas que o poder econômico as tornou mulheres à frente de seu tempo, no comando de seus negócios (Almeida, 2008; Sampaio et al. 2017).

Destacamos o poder feminino, numa investigação biográfica em história econômica no período de 1780 a 1830, na cidade de Itu, São Paulo, referenciando as “Senhoras do Açúcar”, como sendo proprietárias dos engenhos de cana de açúcar, ou esposas dos proprietários de engenhos (Almeida, 2008). Esta pesquisa revelou o poder social dos que trabalhavam com a lavoura canavieira no sudeste do Brasil, exclusivamente administradas por mulheres que herdaram as propriedades ou tinham poder de decisão juntamente com seus maridos. A produção superava o Nordeste e isto estava representado em 40% (quarenta por cento) de todo Estado de São Paulo, sendo este volume para exportação. Ressaltamos que a mão de obra era de escravos (Almeida, 2008).

Como mais uma contribuição dos documentos biográficos na questão do gênero feminino, Walker (2006) aborda a filantropia exercida por Octavia Hill, no séc. XIX, na Grã Bretanha. São relevantes seus conhecimentos na administração organizacional, responsabilidade hierárquica, a prática da contabilidade através da movimentação em livros, o emprego de relatórios contábeis, como também, os conhecimentos da aritmética. Sua prática representa uma colaboração para o sucesso da administração habitacional britânica.

A história pontua que os conflitos de gênero independem de nacionalidade, cor, idade, habilidades acadêmicas entre outros. Além disso, são conflitos herdados de comportamentos sociais ao longo da história do homem, muitas vezes, sem fundamentação plausível, como “as mulheres sofreram

discriminação generalizada no passado e continuam a enfrentarem em alguns setores atualmente”(Pinker, 2004, p. 478).

Fora do contexto do padrão de língua anglo-americana e percebido dentro da contabilidade italiana, Baldarelli et al. (2019) investigam a produtividade científica e os processos de carreiras das mulheres acadêmicas em contabilidade, na Itália, no período de 1970 a 2000.

Para Baldarelli et al. (2019, p. 67) há uma limitação da participação feminina dentro da academia, em virtude de uma cultura de procedimentos voltados para o “acadêmico masculino” e o “aluno masculino”, caminhando conjuntamente com a “cultura científica”, desta forma, diminuindo o interesse da mulher pela academia.

Uma outra contribuição para a contabilidade e com a participação feminina, diz respeito ao acesso de uma mulher como técnica contábil, Mary Addison Hamilton (Cooper, 2008, p. 136) pelo Institute of Accountants and Auditors of Western Australia, em 1915. Entretanto, apenas com sua morte, em 1969, houve o reconhecimento de que a mesma foi a primeira mulher qualificada como auditora da comunidade Britânica.

O fato de ter uma mulher atuando nessa área, não a isentou da discriminação de gênero. Situação semelhante, por exemplo, ocorreu com outras mulheres, com a omissão de seus nomes nos registros relativos à profissionalização da contabilidade australiana no início do séc. XIX. Mary Addison não levantou bandeira pela igualdade de gênero, porém há registros de envolvimento em grupos que possuíam vínculos pela igualdade feminina, como também “na formação de jovens aspirantes a contadores e suas contribuições para a sociedade” (Cooper, 2008, p. 155)

No contexto de variação de perspectiva do gênero feminino, mas sendo a abordagem semelhante ao estudo da prática adotada pelo fidalgo João Luís Jácome; o diário de administração doméstica. Clavier (2020) aborda a investigação nas contas do Sir Thomas Myddelton, período de 1642 a 1666, na Grã Bretanha, escrita por seu fiel servo Thomas Prichard.

Nesta investigação, o material analisado das contas financeiras de Sir Thomas Myddelton, abrangem mais de 10 (dez) volumes, rascunhos e anotações diversas que revelam contabilidade doméstica agrupadas por grupo, com grande riqueza de detalhes, e algumas questões idênticas a prática feito pelo fidalgo João Luís Jácome, tais como ideia de continuidade histórica da família Myddelton e a figura da *accountability self*, sendo praticada através de caridade, religiosidade, gentileza.

Para Clavier (2020, p. 466), trata-se de reconhecer o papel da investigação em autobiografia ou documento biográfico para história da contabilidade. Este estudo revela muito do que fora retratado no valor das contas financeiras, não se tratando apenas os números, entradas e despesas, mas abrangendo todo o contexto social envolvido, através de contas diárias anotadas em livros contábeis do Sir Thomas Myddelton, dados “ricos, medianos e pobres”.

Considerando o contexto da contabilidade em pesquisa biográfica e evidenciando as contribuições de personagens que fomentaram as variedades de perspectivas do profissional contábil, Previts e Robinson (1996) tratam do estudo biográfico de Samuel J. Broads e suas contribuições à profissão contábil, em especial aos padrões profissionais, como auditorias independentes com princípios contábeis e relatórios financeiros para uma profissão, pós- Segunda Guerra Mundial.

Para Previts e Robinson (1996, p. 15), Samuel Broads era possuidor de uma visão muito além, “superior” ao mundo contábil. Ele enxegou nas políticas públicas contábeis, negócios, não apenas o patrimônio, tudo de forma muito prática, “eficaz”, “inteligente” e numa linguagem desconhecida para a categoria na época.

Nesta mesma corrente, Lee (2002) defende como revelante a história de personagens individuais. Neste caso, do primeiro professor universitário em tempo integral de contabilidade nos Estados Unidos da América, Henry R. Hatfield. O referido autor, traz à tona os passos da prática contábil, os fracassos, quais atores estiveram presentes, como também parte da história da contabilidade, e como isso pode ensinar a superar problemas. O autor cita o exemplo da Enron em 2002 e das contribuições do passado para entender o escândalo envolvendo esta conceituada empresa na época.

Desta forma, o legado dos profissionais que contribuíram para a profissionalização da contabilidade no mundo está evidenciado em vários países, numa diversidade de línguas, e está sendo resgatado pela história da contabilidade Carnegie e Williams (2001).

Merece ainda destaque a investigação de Richardson (2000) quando aborda sobre George Edwards, suas contribuições ao desenvolvimento da profissão contábil no Canadá, no final do séc. XIX e meio do séc. XX. O foco da investigação de Richardson (2000, p. 4) foi o desenvolvimento que a profissão contábil teve em 35 anos, correspondendo ao período de 1890 a 1925, culminando com a criação de uma variedade de “associações” da categoria. A profissionalização da categoria dentro da educação universitária, trouxe uma padronização da prática e o código de ética. No entanto, para o investigado, George Edwards, o universo da contabilidade não incluía o trabalho feminino e sua

capacidade, fato que expõe a visão de uma geração. O ingresso das mulheres no exercício da profissão ocorre em 1929, através da lei canadense de oportunidade para os dois gêneros. A investigação de Richardson (2000) acima aborda duas questões já pontuadas anteriormente; a questão do gênero e os códigos sociais como forma de legitimação.

Numa outra vertente, temos o estudo sobre personagens pouco notáveis que contribuíram para a contabilidade como “membros fundadores”, ou “membros de órgãos de contabilidade”, ou simples contadores, que por motivos diversos, permaneceram no anonimato ou não atingiram grandes destaques profissionais. Dentro deste contexto, fica evidente que é difícil pesquisar atores que não tiveram destaque, ao contrário dos que atingiram o ápice profissional e tem seu legado reconhecido e acessível. Entretanto, o legado dos poucos relevantes têm como prova cabal de passagem pela história, registros em livros oficiais e que na ausência destes registros e provas, ficariam esquecidos, como pontuam Carnegie et al. (2000, p. 372).

Neste contexto, Carnegie et al. (2000) pontuam a vida de John Spence Ogilvy, que no séc. XIX migrou para Melbourne, vindo de Edimburgo em 1856. Ele foi um dos membros fundadores da Society of Accountants in Edinburgh, na Escócia. Esta sociedade foi o primeiro órgão de contabilidade profissional em Edimburgo, anterior ao de Londres.

Os autores realçam que nessa época, como não havia registros de nenhum auditor antes de 1880 em Melbourne, John Spence foi o primeiro, dentro desta categoria. Ele emigrou para Austrália, como também, permaneceu como membro até o final de sua vida da Society of Accountants in Edinburgh. O destaque profissional de John Spence aconteceu apenas na Igreja Presbiteriana onde exerceu atividades como tesoureiro em diversas divisões da referida igreja e a contabilidade foi exercida de forma pouco relevante em parceria com o escritório de advocacia de um irmão que também havia emigrado para Melbourne.

A importância da pluralidade de documentos primários que necessitam ser explorados em contabilidade, já abordados por diversos autores (Carmona, 2004; Sargiacomo et al. 2012; Gomes et al. 2015; Baldarelli et al. 2019), reforça o potencial dos documentos que ainda estão esquecidos nos arquivos e necessitam fazer surgir sua história. Isso se faz importante para difundir para a sociedade a contribuição dos muitos personagens que realizaram um trabalho meticuloso e que, de alguma forma, contribuem, ou contribuíram para o desenvolvimento da contabilidade.

Nesse sentido, destaca-se a investigação, no berço da contabilidade mundial, a Itália, com base em um estudo biográfico feito por Sargiacomo et al. (2012). Sua pesquisa aborda a contabilidade através das obras do italiano Fabio Besta, correspondente ao período de 1845 a 1922. Para Sargiacomo et al. (2012) houve negligência em não se investigar Fabio Besta, tendo em vista que o mesmo influenciou a educação contábil na Itália; fomentou o estudo em história da contabilidade com bolsa de estudos e isso reforça o seu papel de complementamento, enxergando a contabilidade contemporânea com a compreensão do passado. Suas contribuições estão em “documentar, divulgar e reproduzir os documentos primários encontradas em Veneza”, como também, estabelecer a base para elaboração e difusão do sistema patrimonial, ou seja, a contabilidade patrimonial mundial se deve ao exímio Fabio Besta, (Sargiacomo et al. 2012, p. 262).

A pesquisa em história contábil na Itália tem uma vastidão de documentos primários e secundários a serem investigados. As dificuldades que a Itália enfrenta não são apenas relativas à língua, mas principalmente pela situação física destes documentos, devido à ação do tempo e estado de conservação, sendo a pesquisa um desafio, mas não exclusivo da comunidade italiana. Sendo estes, um dos desafios não exclusivos da Itália.

Outra perspectiva de análise para história da contabilidade é a diversidade de personagens que ajudaram na construção da contabilidade para o mundo contemporâneo, ora como contadores, ora como acadêmicos, incluindo o corpo técnico de funcionários, entre outros (Sargiacomo et al. 2012).

Seguindo o processo de continuidade de construção dos personagens da contabilidade na Itália, temos uma investigação biográfica sobre Alberto Ceccherelli que foi discípulo de Fabio Besta, porém aquele rompeu com a escola deste (Antonelli e Sargiacomo, 2015).

O pensador Alberto Ceccherelli foi o pioneiro em contabilidade prática. Um propagador e pioneiro de história da contabilidade internacional, contribuindo para a germinação e influência nas Escolas de Contabilidade na Toscana, Pisa e Siena (Antonelli e Sargiacomo, 2015).

Essa solidificação da história da contabilidade acontece por obra dos fundadores da revista italiana que investiga história contábil, como também dos dirigentes da *Italian Society of Accounting History*. Alberto Ceccherelli foi membro da “*Chartered Professional Accountants Order of Florence* desde a sua fundação”, de acordo com Antonelli e Sargiacomo, (2015, p. 125).

Acadêmico e autor de mais de 60 livros de contabilidade, de acordo com Alberto Ceccherelli, “Luca Pacioli não foi o inventor do método da partida de dupla entrada, nem tão pouco o primeiro a

lidar com este método”. Essa consideração foi feita com base na análise feita nos livros do Banco Medici, para quem, a “origem do método deve estar em Veneza, com os registados em 1406 pelos irmãos Soranzos”, ver Antonelli e Sargiacomo (2015, p. 128).

O destaque dos personagens italianos dentro da história da contabilidade para a atualidade reacende debates a respeito de questões sobre como e quais foram as descobertas mais importantes? Neste caso, alguns investigadores consideram o método da partida de dupla entrada. E, Luca Pacioli, como o grã mestre da contabilidade. Desta forma, a necessidade de se estudar a diversidade em idiomas e escolas, se completa com as variedades das contribuições dos diversos atores desta prática tão antiga conforme abordado por diversos autores(Sargiacomo et al. 2012; Antonelli e Sargiacomo, 2015).

Merece realce também, o estudioso Lorenzo de Minico, por ser talvez o mais “ influente da pesquisa contábil na Itália”, do séc. XX (ver Fiume, 2007, p. 34). Segundo Fiume (2007, p. 47), provavelmente Lorenzo de Minico ficou esquecido por duas questões muito comuns à comunidade acadêmica; “seguidores de escolas de pesquisas” diferentes e “falta de reconhecimento dos seus” aprendizes. O autor destaca que há a necessidade de que “os historiadores precisam ler documentos e escritos originais com a mente aberta”, acentuando e incentivando discussões anteriores a respeito da importância dos arquivos, documentos primários e secundários para o mundo contábil contemporâneo.

Diante do exposto, entendemos que a pluralidade de investigações nos últimos trinta anos em história da contabilidade comprova o vasto campo que há para ser explorado. Sem necessariamente seguir padrões de paradigma Napier (2006).

Clarke (2005) aborda a investigação biográfica na trajetória do primeiro professor no Reino Unido, Bernard F. Shields, em contabilidade, em tempo integral, pela *University College*, Galway, em 1914. Nesta época Galway fazia parte do Reino Unido Clarke (2005).

Numa perspectiva semelhante das contribuições biográficas, Cobbin e Burrows (2020) abordam o legado produzido por Sir Edwin Van-Der-Vord Nixon. Sua relevância para o desenvolvimento no surgimento da profissão contábil, na Austrália. Considerado um homem singular, fez parte da academia da *University of Melbourne* como professor em contabilidade. Defendeu o código de ética profissional dentro dos órgãos profissionais da Austrália. Seu legado está dentro do “panteão dos eminentes contadores australianos do séc. XX” (Cobbin e Burrows, 2020, p. 151).

Carnegie (2016, p. 420) investigou a vida do “educador”, “pesquisador” e “editor de história da contabilidade”, o australiano Robert William Gibson, por sua vasta colaboração à contabilidade em geral.

O destaque de Gibson acontece como professor da *University of Melbourne* em 1962. Posteriormente, leciona a disciplina de estudos de negócios como professor principal em 1977, na *Deakin University*. Depois, através de sua dissertação de mestrado, contribui com os esboços do que seriam os requisitos e padrões obrigatórios para serem adotados pelas empresas australianas na divulgação das demonstrações financeiras periódicas.

Portanto, Gibson era possuidor de um excepcional currículo, incluindo PHD em contabilidade. Dedicou mais de três décadas à pesquisa em história da contabilidade, conforme publicações em variados periódicos. Ou seja, um pesquisador comprometido com as responsabilidades dos profissionais contábeis e com as questões de acessibilidade das informações para a sociedade (Carnegie, 2016).

Carnegie e Williams (2001) esclarecem que, nos últimos anos, muitos dos novos investigadores em história da contabilidade exploram o universo da “origem”, ou “primeiros”. Tais investigações ignoraram outras possibilidades para “compreender a contabilidade nos contextos em que atuou”, como também as consequências e contribuições desses legados gerados através de outra direção e perspectiva (Carnegie e Williams, 2001, p. 105).

Outro investigador, educador e profissional de destaque é Allan Douglas Barton, com várias publicações acadêmicas e livros, sendo o seu livro mais relevante *The Anatomy of Accounting*, do ano de 1975, adotado didaticamente na Austrália, Nova Zelândia e Reino Unido (ver Shelton e Jacobs, 2015, p. 26). Para Barton, é preciso acumular as três “funções” de educador, profissional e investigador, pois não há isolamento intelectual.

Segundo Shelton e Jacobs (2015, p. 22), Barton estabeleceu, assim, uma co-relação estreita entre “a contabilidade e a economia”. Barton teve um papel relevante ao alavancar a contabilidade privada e pública, diante da crise de altas inflações na década de 1970 no mundo. Ele antecipou que o profissional contábil precisava ter uma visão além do presente e passado. Essa contribuição iria fortalecer a tomada de decisão, conseqüentemente o planejamento do futuro. A partir de então, o contador passa a ter um papel de relevo dentro das entidades organizacionais. Seu argumento foi baseado na teoria econômica (Shelton e Jacobs, 2015).

A abordagem acima direciona o contador a ter uma visão baseada em planejamento, como forma de fortalecimento dos dados gerados através de uma contabilidade real. A tomada de decisão será baseada na segurança dos números. Isso produz uma contabilidade com ética. A partir daí, uma cadeia de fatos ocorrerão em virtude desse movimento, resultando na creditação profissional da contabilidade.

2.2 Resumo

As investigações abordadas neste capítulo tratam num primeiro momento, da conceituação do que é *accountability*, como também da questão da legitimidade, *accountability e accountability self*. Destaca, quais as contribuições dos códigos sociais para o cotidiano individual de cada cidadão e dos profissionais da contabilidade dentro das instituições corporativas, como também, para a tomada de decisão individual.

Verifica-se que há colaboração dessas contribuições de forma positiva para a sociedade, confirmadas em diferentes contextos: profissional, acadêmicos, de gênero feminino e domésticos por diversos autores (Carnegie et al. 2000; Richardson, 2000; Lee, 2002; Clarke, 2005; Walker, 2006; Menezes, 2009; Carnegie e Napier, 2010; 2013; Sampaio et al. 2017 Baldarelli et al. 2019; Clavier, 2020).

Na segunda parte, temos a história da contabilidade com suas ramificações na perspectiva da contabilidade biográfica em variados contextos. Seja no passado, ou recentemente, através dos trabalhos que foram desenvolvidos em diversos países, com muito mais frequência em língua anglo-americana (Carmona et al. 2004; Gomes et al. 2015; Baldarelli et al. 2019).

Dá-se destaque para as contribuições e investigações relativas ao passado da contabilidade, como as barreiras enfrentadas em regiões e países diferentes, conforme abordado por Carnegie e Williams, (2001).

Por último, apresentamos as contribuições dos manuscritos feitos sem intenção de divulgação, ou como prática de atividade de acompanhamento da contabilidade mercantil e suas variações. E por conseguinte, quais as contribuições da diversidade que os diários trazem para a humanidade como foi o exemplo do diário produzido por Anne Frank que revelou ao mundo as atrocidades cometidas pela Alemanha nazista e contribuiu para que a humanidade não permita novamente as práticas adotadas pelos nazistas, ou por pseudo “líderes” disfarçados de ditadores com ideais de supremacia.

Assim, aproveitando a diversidade de fontes de pesquisas e suas contribuições para a contabilidade, temos o diário doméstico produzido pelo fidalgo João Luís Jácome. Esse diário que assume papel relevante por tratar-se de um manuscrito contendo dados pessoais, além de dados de outros cidadãos e transações comerciais variadas em Portugal. Tudo isso numa época que havia ausência de tecnologia para o auxiliar nesses trabalhos, bem como leis que o exigissem ao cumprimento de tais obrigações.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização desta investigação seguirá uma perspectiva qualitativa, interpretativa, através da análise de registos históricos em arquivos. Nossa recolha de dados será uma combinação de natureza primária, que corresponde aos manuscritos de João Luís Jácome de Vasconcelos e seu contexto. Como também de natureza secundária, que corresponde ao livro Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense.

No sentido, de enquadrar os métodos mais adequados para investigação qualitativa, que corresponde ao conceito de metodologia alinhado com a investigação científica, Zanella, (2012, p. 59) diz: “metodologia é o caminho que o pesquisador percorre em busca da compreensão da realidade, do fato, do fenômeno”. Assim, a metodologia não é prática de métodos exatos, mas uma variação de informações que se encaixam para a construção do saber.

Desta forma, neste capítulo são expostos o conceito de metodologia relativo à investigação adotada. Seu embasamento teórico acontece através da captação de artigos divulgados em revistas científicas, com ponto de vista de autores diversos através de publicação em livros, monografias e teses.

3.1.1 Estudo Qualitativo

A investigação em contabilidade qualitativa estuda os eventos que a sociedade vivenciou dentro de um contexto, as circunstâncias de mudanças e suas variáveis. Vieira e Major (2017) consideram que há uma sincronização entre o meio social e as ações dos cidadãos com todo o contexto e as mudanças. “Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico- empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade” (Zanella, 2012, p.73).

Segundo Moreira (2007), a premissa da abordagem qualitativa corresponde ao mundo social em construção, com seus símbolos e significados. Com a flexibilidade em aceitar as informações sociais da vida natural, ocorre a consolidação dessa construção.

Paralelamente, Hopwood (1990) destaca que o meio corporativo e acadêmico estão conscientes de que a contabilidade sofre modificações à medida que há mudanças na economia e nas organizações. Portanto, a contabilidade sai da posição do conservadorismo imposto até então, e passa a considerar outros parâmetros como forma de intervenção ao meio técnico. Logo, o estudo qualitativo pretende descrever os eventos que acarretam as mudanças sociais para que a partir daí haja uma interpretação de todo o contexto. Isso possibilita ter informações de uma análise crítica e independente das pessoas

envolvidas, do seu meio e de como ocorria o trato dos vestígios, sem precisar obedecer aos padrões de técnicas absolutas. Desta forma,

(...) o processo de análise dos elementos recolhidos não se baseia no domínio da técnica estatística, mas sim na sua capacidade em analisar a evidência seguindo procedimentos mais ou menos estabelecidos e em articulá-la com a teoria adotada no estudo. Vieira e Major (2017, p. 167)

Logo, o foco central em investigação em ciência sociais, numa perspectiva qualitativa é que haja um interesse do pesquisador em saber o que investigar. Para isso é necessário cautela durante o processo de interpretação dos métodos que foram adotados, em relação aos dados, tais como entrevistas, registo de áudio e vídeo, textos e documentos. Com base nos métodos adotados, temos:

A investigação qualitativa adota uma orientação holística, permitindo compreender, interpretar e explicar em profundidade as práticas sociais, onde se incluem as práticas de contabilidade, atendendo a um contexto organizacional e social mais alargado, no qual estas práticas se desenvolvem. (Vieira e Major, 2017, p. 141)

Segundo MacLean (2013), a pesquisa qualitativa refere-se aos dados não quantificáveis que podem ter vários elementos. A análise dos dados acontece através de abordagem dedutiva e indutiva, como um quebra-cabeça, de forma simples e por categorias, para que sejam identificadas as relações entre as categorias. Portanto, temos de forma pragmática, “a análise de dados qualitativos envolve um processo exigente e não deve ser vista como uma "opção fácil".” (MacLean, 2013, p. 484)

Para Quivy e Campenhoudt (1998), na investigação em ciências sociais, a abordagem não é vista pela obediência a métodos e técnicas estereotipadas que bastaria serem aplicadas e apresentadas, para se atingir a exatidão numa ordem imutável, mas sim, pela a avaliação de um conjunto que culminará na construção da investigação.

Com a construção do processo, há a necessidade de isolar a “influência do pesquisador ao máximo”, para que não comprometa a formação social e cultural dos envolvidos”. (Flick, 2004, p. 19).

Portanto, a pesquisa a ser apresentada trata-se de uma investigação numa perspectiva qualitativa interpretativa. O método adotado será um estudo bibliográfico, onde nossa recolha de dados será através de documentos primárias e secundárias.

3.1.2 Estudo Interpretativo

O método de investigação interpretativa corresponde à análise do cenário em que o homem está inserido, enquanto ser de interação social, econômica e organizacional.

A investigação social transfere a interpretação para a observação e a usa como ferramenta para o conhecimento científico Moreira (2007). Partindo desta premissa, "...os aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos devem ser considerados no processo..."(Previts et al. 1990, p. 150).

Na fuga da despadroneização e olhando pela direção da diversidade a ser analisado, interpretado e lido, Zanella (2012) diz que a leitura do meio ambiente e suas variáveis na ótica do investigador, não traz uma fórmula exata para resultados perfeitos.

Já Lehman (2011) salienta que a pesquisa contábil interpretativa tem que analisar os aspectos do contexto sociocultural, ambiental, e não ficar limitada ao procedimento da técnica nas informações da contabilidade de gestão. E a influência desses aspectos transforma a contabilidade ao longo dos tempos. A história da contabilidade nos permite acompanhar esse percurso decorrido através dos arquivos, com destaque para a "... compreensão de como a contabilidade molda seu ambiente e de como, por sua vez, o ambiente molda a contabilidade" (Gomes, 2008, p. 480).

Portanto, "a realidade social é emergente, criada subjetivamente e objetivada pela interação humana" Chua (1986, p. 615). O autor conclui que a pesquisa interpretativa tem como premissa entender as ações das pessoas, seja do ponto de vista organizacional, ou social. Destaque também para Vieira e Major (2017) que potencializam as colocações de Chua, (1986), ao afirmarem que:

O objetivo não é encontrar leis universais e generalizações mas sim compreender os acontecimentos diários, as estruturas sociais e também os significados que as pessoas atribuem aos seus comportamentos e aos dos outros. (Vieira e Major, 2017, p. 18)

Assim, para a investigação em pesquisa interpretativa biográfica, a finalidade é identificar quais os pontos e instituições sociais que influenciaram a contabilidade, através da exploração dos documentos primários em especial.

Para Previts et al. (1990), a pesquisa em biografia é uma das áreas de investigação em história da contabilidade. O referido autor endossa a relevância das interpretações do passado, trabalho, caráter,

contexto social, econômico e os antecedentes, que servem como alicerce para a contabilidade e contribuições para embasamento da teoria.

3.1.3 Estudo biográfico

A investigação qualitativa possui várias técnicas para geração de informações. Para Yin (2010), a investigação em ciência social pode ser realizada de diferentes modos. Nesta variação de métodos para a pesquisa qualitativa, temos o estudo biográfico. Para esse estudo, segundo Vieira e Major (2017, p. 229), diz: “a fonte a ser analisada será correspondência pessoal do objeto de investigação, trabalhos publicados e discursos, assim como material de arquivos que possam existir”.

Nas considerações sobre os estudos biográficos Moreira (2007, p. 221) diz que “o relato de sua vida própria ou alheia alcançou o estatuto de gênero, pelo reflexo dos moldes estilísticos elaborados em determinados contextos”.

A estratégia de pesquisa em estudo biográfico deve ser baseada em riqueza de informações de contexto social, não sofrendo interferências de grupos ou manipulação. Logo, para que a credibilidade seja alcançada, o embasamento precisa ser real, fundamentado em teoria, devendo haver o maior número de informações possíveis em função das questões de investigação, devendo ser utilizada uma variedade de técnicas, dados e evidências, para que seja analisada a complexidade do caso, e seja construída a teoria que possa explicar o caso investigado, conforme destacado por Previts et al. (1990).

Segundo Vieira e Major (2017), devemos lembrar que a investigação em contabilidade abrange também a pesquisa oral, feita através de entrevistas com os personagens representantes da área, como outra modalidade de investigação. Esta, parte de perguntas elaboradas voltadas para questões ligadas aos “trabalhos publicados e discursos”, nas quais são analisados o contexto social, político, religioso, ético, as influências sofridas e “os impactos na contabilidade”(ver Previts et al. 1990, p. 137).

Nesta direção de pesquisa oral de teor biográfico Flick (2004, p. 90) aborda o “guia da entrevista”, analisando os seguintes detalhes: o não direcionamento, a especificidade, o aspecto e a profundidade do contexto pessoal revelados pelo entrevistado.

Previts et al. (1990) afirmam que se faz necessário o critério do conteúdo das informações da investigação interpretativa, sendo essencial a validade dos testes e avaliação dos métodos adotados quanto às evidências de caráter primário ou secundário, para que seja comprovada a sua confiabilidade.

Neste sentido, nossa investigação acontece obedecendo ao estudo biográfico de relato único, por se tratar de escritos feitos pelo próprio autor. Logo, usaremos os métodos exploratório e descritivo, para compreender as influências organizacionais em decorrência dos códigos sociais. E, para que haja validação, será feita a triangulação dos dados através da observação e a interpretação das evidências, neste caso os documentos primários e secundários.

3.1.4 Fonte de Arquivo

A investigação em arquivo corresponde a uma das várias fontes na perspectiva qualitativa, sendo considerado o contexto e tempo. Carnegie e Napier (1996) enfatizam sua importância e realçam que o início básico da investigação será exatamente o arquivo. Este constitui um campo para análise. Não se amparando a registros de negócios, mas em organizações sem fins lucrativos, setor público e outras entidades. E, principalmente, que tenha o papel de acolher outros tipos de registros para verificar o impacto dentro da contabilidade.

Na mesma corrente, da importância do arquivo, dos fatos e da comunicação entre eles, Walker (2004) diz que o exercício de coleta de dados no arquivo é uma atividade que caracteriza o historiador, diferenciando-o de outros pesquisadores de contabilidade. Ressalta que a referida pesquisa não deve ser a reconstrução puramente descritiva do passado, da prática ou da técnica, mas da importância de sincronia com a literatura, visto que, na ausência da técnica, ela tende a ser ficção. O mesmo conclui que os projetos sem fundamentação teórica, hipóteses ou questões de pesquisas são os que têm uma forte tendência a serem mal sucedidos. Portanto, faz-se necessário a busca incessante por indícios que ratifiquem os dados, como também, ser metuculoso com a análise e interpretação do passado com o presente.

Diante das colocações já expostas, nossa pesquisa documental trata de uma análise de dados em arquivos históricos, correspondente aos séc. XVIII e XIX, com ênfase para o livro diário produzido pelo fidalgo João Luís Jácome e seus manuscritos. Esses arquivos são essencialmente utilizados como documentos primários. A versão publicada do livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense” trata-se de uma fonte secundária. Desta forma, a análise e interpretação destas duas fontes servirão para que haja uma sinergia dos respectivos materiais com todo o contexto em que está inserida a investigação.

3.2 Recolha de dados

A coleta de dados de um estudo biográfico em ciências sociais acontece de diferentes fontes e são detalhadas as mais importantes. Para Yin (2010), as evidências são seis; documentação, entrevistas, observação direta, registros em arquivo, observação participante e artefatos físicos. Deste modo, procuraremos nos manter fiéis ao longo da investigação, às evidências das fontes adotadas conjuntamente, que são: os documentos, registros em arquivo e observação direta.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), a trajetória de observar os dados compõe a fonte do objeto a ser examinado. Por isso, as evidências das fontes têm relevância devido a terem sido produzidos para dois tipos de públicos específicos. Primeiro, para os profissionais da contabilidade. E segundo, para deleite da família Jácome de Vasconcelos, através da preservação do seu legado pelas gerações seguintes, na região do norte de Portugal.

Em nossa investigação são utilizados documentos primários e secundários, os quais servirão de subsídios para os vínculos apresentados entre os dados coletados e as questões do estudo.

O embasamento acontece através dos artigos que abordam investigação em pesquisa biográfica no âmbito da história da contabilidade, com temas como: contabilidade e as colônias; contabilidade e o gênero feminino; o desenvolvimento da profissionalização da contabilidade; a contabilidade e *accountability*. Por último, a contabilidade e o holocausto, culminando com a montagem das peças que possibilitaram a revisão bibliográfica. As referências foram artigos coletados de diversas revistas da área de contabilidade que são elas: *Accounting Organizations and Society*, *Accounting Historians Journal*, *Accounting History*, *Accounting History Review*, *Critical Perspectives on Accounting*, *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, *Spanish Journal of Accounting History*, como também dissertações, teses de doutorados diversos e livros.

Para reunião dos dados de documentos primários e secundários, foram feitas buscas no Arquivo Distrital de Braga - ADB, incluindo a Casa do Avelar que faz parte do referido arquivo, na Biblioteca Pública de Braga - BPB, Biblioteca Lúcio Craveiro - BLCS e no Arquivo Nacional Torre do Tombo - ANTT. Este último, localizado em Lisboa, onde foi coletado a Carta aos Donatários, expedida pela rainha Maria I e que impactou a vida da também família Jácome de Vasconcelos tendo em vista que esta se manteve durante tanto tempo usufruindo das benesses geradas pela monarquia.

Usamos também, como fonte de recolha de dados, os registros feitos na Santa Casa da Misericórdia de Braga - SCMB, tendo em vista que o fidalgo João Luís Jácome foi seu provedor, no

século XVIII. Servindo esta, como mais um indício das práticas de *accountability* e do seu alto comprometimento com os códigos sociais.

Para a próxima subsecção, teremos um resumo da metodologia adotada.

3.3 Resumo

Neste capítulo foi apresentada a metodologia empregada para recolha de dados para nossa pesquisa qualitativa. A investigação numa perspectiva interpretativa tem como fonte de informações um estudo biográfico único, onde foram analisados a descrição e informações dos movimentos que envolveram o fidalgo João Luís Jácome, seu contexto social histórico e os registos produzidos. A abordagem utilizada foi dos novos historiadores em história da contabilidade.

Por fim, a investigação tem como base as fontes históricas que derivam do Arquivo Distrital de Braga – ADB, Biblioteca Pública de Braga – BPB, Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva – BLCS, Santa Casa da Misericórdia de Braga - SCMB e Arquivo Nacional da Torre do Tombo – ANTT, correspondendo aos períodos de 1787 a 1810.

Para o próximo capítulo, temos a contextualização da cidade de Braga, a influência e o poder da religiosidade nos sécs. XVIII e XIX, finalizando com a representação e importância da Casa do Avelar para a referida cidade.

4. O CONTEXTO DA CIDADE DE BRAGA

Nesta seção tem-se a intenção de situar o período compreendido da pesquisa que corresponde aos anos de 1787 a 1810, na cidade de Braga em Portugal, considerando a vida social, religiosidade, política e econômica, fatos estes que ajudarão a entender muitas das ações e decisões de nosso personagem para com a sociedade. Desta forma, o capítulo está dividido em duas subseções. Na primeira subseção será apresentada uma perspectiva geral da cidade de Braga em relação à religiosidade, à economia, à política e à vida social. Assim, contribuindo para a segmentação de grupos políticos dos quais o fidalgo João Luís fez parte. Na segunda subseção, temos o resultado da visão geral da segmentação dos grupos e da importância desses acontecimentos para a sociedade bracarense.

4.1 As características econômica, política e social da cidade de Braga nos séc. XVIII e XIX,

Fundada pelo império romano, provavelmente entre os anos de 27 e 12 a.c, Bracara Augusta no passado, e atualmente denominada apenas Braga. A mesma cultiva o misto das civilizações antigas através de seus sítios arqueológicos, de acordo com Martins e Carvalho (2017), demonstrando as várias facetas de cidades que ainda estão por “serem descobertas e que estão sob nossos olhos” Craveiro (2006, p. 5).

Falar da arquitetura da cidade de Braga e não falar do Arcebispo D. Gaspar de Bragança, último Senhor de Braga, seria isentar o papel da igreja na cidade, tendo em vista que D. Gaspar é um conjunto, na versão do fidalgo João Luís Jácome, de “sangue real que lhe adornava as suas veias”, com “um Prelado que nunca fez mal aos seus súditos” Macedo e Jácome (2013, p. 115). Com base nesta afirmação por parte do fidalgo João Luís Jácome, a confirmação da nomeação deste Arcebispo na cidade, em 13 de março de 1758, fez com que o arquiteto Mateus Vicente de Oliveira já elaborasse “as obras que se deveriam fazer no palácio arquiépiscopal de Braga para receber o Prelado” e sua corte Duarte (2000, p. 47).

Em 28 de outubro de 1759, entra em Braga seu novo Senhor, D. Gaspar, com sua árvore genealógica que tinha tanto valor, quanto honra e poder. Nas palavras do memorialista Peixoto (1992, p. 40), “a deste Senhor excedeo quanto eu posso explicar”. O Senhor é considerado um dos três mecenas, sendo os demais D. Rodrigo de Mouta Teles e D. José de Bragança, seus antecessores Duarte (2000, p. 51).

O legado de D. Gaspar para a cidade de Braga fora do contexto religioso, está nos monumentos grandiosos e de luxo; tais como a renovação da Catedral da Sé; a escadaria e a nova igreja no Bom Jesus; a construção do templo no Hospital de S. João Marcos e a finalização da fachada do edifício; a fundação da Igreja de Santa Teresa (1763-1767); fez também a de Nossa Senhora da Lapa(1761-1767), fatos estes que corroboram para que seu nome seja perpetuado na história de Braga (Duarte, 2000).

Braga possui uma pluralidade de estilos, sendo predominantemente barroca, o que demonstra o apogeu da época imperial. Muito o que se vislumbra em pleno séc. XXI deste estilo, conta um pouco da história de suas colônias e dos grandes comerciantes bracarenses que fizeram fortuna com as colônias e que estão registrados nas ruas, casas e mapa (Vasconcelos, 1988).

O reflexo da sociedade bracarense em possuir gostos muito sofisticados, com poder de compra e de decisões, é o espelho do comércio além mar, e um exemplo dessa relação é a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Dessa relação e dos frutos colhidos, temos o palácio do Raio, que recebeu este nome em homenagem a um dos seus proprietários, Miguel José Raio, em 1853² e que tinha na referida companhia pombalina sua fonte de riqueza (Oliveira, 2011).

Na questão da economia, não fica restrita apenas às receitas geradas além mar, mas a diferentes segmentos como comércio, para abastecimento do consumo religioso-litúrgico de tecidos (panos) de qualidade extra, panos para andores, altares, reposteiros e etc (Capela, 1991).

Estas atividades comerciais têm um número expressivo na cidade, vindo da França, Espanha, Mediterrâneo, Países Baixos e Norte da Europa, vinculados às fazendas de lã portuguesas vindas dos centros manufactureiros do Sul e da Serra, couro, peles vindas das colônias portuguesas, metais, ferro, ferragens e variados apetrechos para os diferentes segmentos das indústrias, inclusive têxteis (Capela, 1991).

As importações eram abastecidas pela cidade do Porto, por imposição do Marquês de Pombal. Esta estratégia foi adotada como meio de frear as importações e exportações vindas pela Galiza, ou seja, todas as entradas e saídas aconteciam pela cidade do Porto. Há uma dependência de Braga em relação à cidade do Porto, e indícios de destacamento da cidade do Porto em relação a outras cidades do norte de Portugal. Mas, isso não foi o único entrave que Braga enfrentou, mais particularidades devem ser consideradas; como a maioria dos comissionados bracarenses serem representantes de

² Consulta Misericórdia de Braga. Atualmente o prédio é a sede da Casa da Misericórdia de Braga. [Misericórdia de Braga - Cultura \(scmbraga.pt\)](http://Misericórdia de Braga - Cultura (scmbraga.pt)). Acessado em 25/11/2020.

empresas portuenses, o que implicava uma relação mais direta com os fornecedores internacionais (ingleses, colônias e estrangeiros), tudo isso contribuiu para o aumento da dependência (Capela, 1991).

Capela (1991) aborda que para atender a esta demanda de administração civil, militar, com elevada representação do Clero que compunha a cidade de Braga e as referências de alto luxo, as mercearias e lojas de relevância possuíam variados produtos, inclusive vindos do Brasil. Essa demanda resulta em um comércio alimentar de alto padrão que oferecia desde vinhos verdes vindos da região de Basto, Lima e Barcelos, passando pelos do Douro, até o tão famoso bacalhau (Capela, 1991).

O destacamento comercial bracarense não ficou restrito apenas ao mercado de artigos religiosos, mas também à indústria com variados tipos de artesãos, sendo um maior volume no setor chapeleiro, e tendo sua matéria prima, a lã, vinda em especial de Trás-os-Montes e Alentejo (Oliveira, 1988/89). Esses produtos abasteciam o norte de Portugal, mas também as Províncias e especialmente o Brasil, não deixando de mencionar que outros países também faziam parte dessa lista de clientes (Capela, 1991).

O fato é que toda essa percepção industrial (considerando que as indústrias eram compostas de pequenos artesãos) possibilita mais visibilidade à cidade de Braga que, além de ser conhecida como a cidade arcebispa, atraía uma diversidade de agenciadores e comissários de diversos países, tais como; alemães, russos, dinamarqueses, britânicos, espanhóis, franceses e norte americanos, o que resultava em uma sucessão de conflitos e interesses (Capela, 1991).

Desses conflitos, gera-se um excesso de produção, dificuldade de escoamento, contrabando e conluíus, tudo isso produziu miséria e fome para as oficinas (Oliveira, 1988/89).

E dessa evidência em torno do comércio e indústria, merecem destaque dois grandes comerciantes do século XVIII, pela representatividade local e na região. O primeiro, foi o senhor Domingos José Pereira, com a casa de comércio bracarense. Seus movimentos foram através de importação, exportação e vendas ao mercado regional. Ele destaca-se, principalmente, como agente comissário de mercadores e industriais ingleses. Tem registrado um movimento alto de negócios. Em determinado momento, estreita laços com os ingleses e a partir daí escolhe mercadorias de excelente qualidade e variedades para seu estabelecimento comercial (Macedo e Pacheco, 1986/87).

No Brasil, deixa os panos ingleses que eram feitos com algodão brasileiro, os chapéus bracarenses, e recebe o café, o arroz e o couro, resultando em quase nenhum dinheiro deixado na

referida colônia. Para fora de Braga, região Entre Douro e Minho, inclui junto aos panos ingleses, os chapéus bracarenses que chegam além da Galiza (Macedo e Pacheco, 1986/87).

Com os conflitos gerados entre ingleses, espanhóis e franceses, são interrompidas as passagens de mercadorias portuguesas para o domínio castelhano, mas isso não resultou em diminuição de suas receitas, devido a sua clientela ser sobretudo a aristocracia provinciana, e isso contribuiu para que os preços não tivessem nenhum impacto frente à qualidade dos produtos ingleses e à imposição da moda (Macedo e Pacheco, 1989/90).

O segundo destacado comerciante é Custódio José Braga que começa suas atividades na produção têxtil com teares de lã, mas devido a diversas dificuldades, passa a trabalhar com algodão e linho, isso em 1795 (Oliveira, 1988/89).

Nos movimentos envolvendo as questões política do país e as ideias de domínio de território na Europa e em Portugal, os conflitos ficam inevitáveis e culminam com uma guerra entre Espanha e Portugal no ano de 1762 (Peixoto, 1992). A invasão do território português ocorre pelas fronteiras, através das cidades de Chaves e Almeida; inclusive com alguns enfrentamentos no Alentejo (Peixoto, 1992).

Em um outro momento, um fato importante que irá afetar o panorama cultural de Braga, diz respeito às mudanças que irão ocorrer na Universidade de Coimbra em 1772. Esta Universidade, primeira universidade do país e orgulho de Portugal, sofre uma reforma no Estatuto influenciada pelo Marquês de Pombal. São também criadas as Faculdades de Matemática e Filosofia Natural, institui-se uma reformulação nos estudos de Medicina. Estes fatos são determinantes para os jovens que iriam administrar um reino com base não mais em religião ou jurisdição eclesiástica, mas nas luzes das leis, da ciência e da razão (Peixoto, 1992).

A Universidade de Coimbra terá um papel mais que singular neste século, porque com os letrados (bacharéis e licenciados) que entraram no mercado conscientes e contestadores, abertos ao novo, há a abordagem de projetos inovadores de promoção social e dos interesses do povo. Gerando na classe da aristocracia, desconforto em muitas das suas posições (Capela, 1991).

Sobre a aristocracia, Capela (1991, p. 53) faz a seguinte menção; “o município é claramente uma fortaleza fidalga e aristocrática e assim continuará.”

No ano de 1773, em 21 de julho, o Papa Clemente XIV, determina como extinta a Companhia de Jesus em todo reino Católico. Braga, como sendo uma cidade arcebispal, sentiu a expulsão dos

jesuitas, em virtude de possuir o Collegio São Paulo. Sobre este acontecimento, o memorialista Peixoto (1992, p. 95) diz; “com estes estudos florescia a cidade e concorrião aqui de todo o arcebispado e fora dle e era hua quasi Universidade. A desgraça dos jesuitas acabou este Collegio”.

Das ações que iriam remodelar a sociedade europeia a partir dos anos de 1790, nada se compararia às ideias iluministas. Nas palavras do memorialista Peixoto (1992, p. 103), para grandes “guerras e estragos”, não haveria comparação. Para o memorialista, já se falava na Revolução Francesa na cidade: “Braga 1792 já havia franceses, que fugiam por serem católicos”, o que era mal visto pela Revolução, como também a nobreza, monarquia e a Igreja.

Os reflexos dos acontecimentos envolvendo os franceses tornaram-se cada vez mais próximos de Portugal, e em 27 de outubro de 1807, França e Espanha assinam um acordo chamado de Tratado de Fontainebleau, cuja cidade leva o mesmo nome. Este tratado dividiria Portugal em várias partes e a Espanha iria ajudar a conquista de tal feito, (Ferreira, 1935).

A forma que o Príncipe Regente acredita ser a mais segura para ele e sua família é mudar o comando de Portugal, e das províncias para o Brasil. Tal decisão é de comum acordo com os seus aliados, os ingleses. Com isso, em 27 de novembro de 1807 a família real embarca para o Brasil, deixando Portugal sob a direção de uma Regência para governar o reino. Essa é a alternativa de sobrevivência diante do cenário político que a Europa enfrentava com a França, sob o comando de Napoleão Bonaparte (Ferreira, 1934).

Três dias depois, em 30 de novembro de 1807, entra em Lisboa o General Jean- Andoche Junot com a sua expedição francesa, esta foi a primeira invasão Ferreira (1934). O memorialista Peixoto (1992, p. 279) acrescenta: “seguio-se entrada de hespanhois no Minho, chegarão do Porto. Não houve resistencia algua, nem opposição. O que disserão as gasetas foi falso.”

Finalizamos esta parte, considerando que a temática do contexto político perpassa e entrelaça-se com a religião. Com o fim da abolição dos donatários, observa-se a tomada de decisão por parte do Arcebispo de Braga durante a invasão francesa, razão pela qual, procuramos sintetizar a contextualização na subseção a seguir.

4.2 A influência e o poder da religiosidade no Séc. XIX

No tocante à questão da religião e sua influência, serão destacados os seguintes pontos que caminham lado a lado com a família Jácome de Vasconcelos, em especial com João Luís Jácome: sua relação com as instituições religiosas e seus integrantes. Neste último caso, o Arcebispo de Braga.

Destacamos ainda o arcebispado de D. Frei Caetano de Brandão e por último D. José Costa Torres até sua morte, quando este último, nos anos de 1807 a 1809, sofre várias investidas francesas, coincidindo com os relatos do próprio João Luís Jácome em seus manuscritos (Macedo e Jácome, 2013).

Falar de uma família de histórico tão tradicional e nobre requer cautela, tendo em vista que envolve várias intuições, não apenas de cunho social e hierárquico, mas evidencia a demonstração de um único objetivo: conservar as regras e exigências de honra da sua família (Macedo, 1992), como também sua origem e privilégio (Bandeira, 2000, p. 71).

Partindo deste princípio, fica evidente que a religião tem um papel muito além do que é considerado normal nos tempos atuais. Dos doze (12) filhos que João Luís Jácome teve, três dos filhos homens seguiram a carreira eclesiástica, e mais uma quarta filha falece no Convento de N^a Senhora da Conceição, D. Isabel (Macedo, 1992).

Da sua segunda geração, o fidalgo João Luís Jácome cita com louvor a entrada no Seminário de S. Pedro no Campo da Vinha, de seu neto João Antonio Álvares Jácome de Souza, em 9 de abril de 1807, cujos pais são sua filha Maria Thomazia Jácome de Souza Pereira e Vasconcelos e seu marido Sebastião Alvares de Souza Moraes, (Macedo e Jácome, 2013).

Nesse universo marcado pela influência da religião, que começa pela dimensão de riqueza das igrejas de Braga, seja pequena, como é o caso da Igreja de São Victor com sua capela- mor de luxo, ou grandiosa, como a Igreja da Sé, tudo converge para o fortalecimento dos princípios morais e de renovação da fé pelo fidalgo João Luís Jácome, legitimado através do cumprimento das obras e comportamentos de teor religiosos (Macedo e Jácome, 2013).

Há uma cultura de aceitação da vontade divina, legitimada pela subserviência e lealdade aos laços que foram construídos pela família Jácome de Vasconcelos ao longo dos séculos, iniciados na cidade, graças à ação do Arcebispo D. Diogo de Sousa, no ato de graça na permuta da Casa do Avelar aos seus antepassados (Macedo, 1992).

A história retrata muito bem essa singularidade religiosa bracarense, onde estão presentes os azulejos barrocos, passando pelo trabalho marcante de um dos maiores escultores em madeira da Europa, do Séc. XVIII, o frei beneditino José Santo António Ferreira Vilaça, natural de Braga e que viveu no Monsteiro de São Martinho de Tibães a partir de 1758 (Smith, 1972).

A exteriorização da grandiosidade das obras feitas pelo Frei José António Vilaça, revela o apogeu colonial das igrejas, através de ouro, joias e madeiras nobres que foram talhadas e são encontradas na Ordem de São Bento de Entre Douro e Minho – Santo Tirso, Pombeiros, Refóios de Basto, Pendorada, Paço de Sousa e sobretudo, em São Martinho de Tibães, na cidade de Braga. Este último, sendo a representação de casa central, cujos abades-gerais administravam as províncias de Portugal e do Brasil, de 1569 até 1834. Essa conjuntura cerca a cultura do povo português na atualidade, não sendo características específicas de Braga, mas remontando à época de outrora (Smith, 1972).

O destaque das instituições religiosas remonta ao grau de apego e ligação às principais famílias de Braga na época do fidalgo João Luís Jácome, em especial ao Cabido da Sé de Braga. Essa corporação de sacerdotes foi criada em 1071 pelo Bispo D. Pedro. O Cabido da Sé exerce dentro do âmbito da Arquidocese de Braga, um serviço de natureza jurídica e órgão consultivo. Suas atribuições têm a função litúrgica na Catedral, com o fim de zelar pela conservação do patrimônio, como também promover a evangelização da cultura e pela cultura, de acordo com arts. 1º e 3º, § 1 do Estatuto do Cabido³. A respeito do Cabido da Sé, Macedo, (1992, p. 145) faz a seguinte referência:

Para além dos bens que lhe cabia por legado dos fiéis defuntos, desejosos de salvaguardar a sua alma, competia a esta corporação coadjuvar os Arcebispos no governo da diocese, além de competências próprias do corpo ou dos seus membros no domínio eclesiástico e no temporal.

Essa dualidade de práticas mostra o grau de poder, principalmente no período de vacância que corresponde a 13 anos e que antecedeu a liderança do Arcebispo D. José de Bragança, 1741 – 1756. Para Macedo (1992), cabia ao donatário (o Arcebispo Primaz, termo adotado deste o século XV) e em especial neste período mencionado, a delegação dos cargos de vereadores, procurador e tesoureiro. Tudo isso contribuiu para perpetuar a permanência, por muito tempo, da família Jácome de Vasconcelos nos altos cargos da cidade.

O memorialista Inácio José Peixoto faz a seguinte descrição: “o Cabido regia tudo com ambas as jurisdições, eclesiásticas e secular, mas neste mesmo corpo havia parcialidades...” (Peixoto, 1992, p. 5).

Em variados momentos, o fidalgo João Luís Jácome evidencia em seu diário de memórias, o notório e estreito laço entre sua família e a Igreja Católica, como destacado em:

³ Consulta Sé de Braga. [Estatutos cabido.pdf \(se-braga.pt\)](#). Acedido em 08/12/2020.

Ex.mo Sr. Arcebispo veio a esta minha Caza no dia 30 de julho de 1807 vezitar minha mulher e nora, e aqui lhe pedirão que fizece o favor de dar as ditas ordens, e com pronta vontade disse que sim, e foi merce grande que nos fes; Deos promita dar lhe muitos annos de vida e saude... (Macedo e Jácome, 2013, p. 199)

Uma outra referência religiosa e não menos prestigiosa é pertencer a Misericórdia de Braga, cuja eleição dos letrados não clérigos representava mais uma contribuição para manter-se dentro do pateão de nobreza e poder na cidade, com destaque para o Compromisso da Misericórdia de Braga feito no ano de 628:

(...) os irmãos eleitos “ além de serem homens de boa consciência e fama, tementes a Deus, modestos, caritativos e hunildes” teriam ainda que obedecer a uma série de condições entres as quais ser ..., “abastado de fazenda de maneira que possa acudir ao serviço da irmandade sem cair em necessidade”. (Macedo, 1992, p. 147)

Tais colocações pontuam que os Jácome de Vasconcelos anteriormente já estivessem dentro dos requisitos impostos pela Irmandade da Misericórdia, tendo em vista que a Casa da Ramada, primeira residência dos Jácome de Vasconcelos, na pessoa de Duarte Jácome, foi destinada para ser a Capela de Jesus de Misericórdia, ou Misericórdia Velha, mesmo que por um breve espaço de tempo (Macedo, 1992).

A fundação da Capela provalvemente é de 1513, conforme consta no catálogo dos provedores e permancendo neste local até 1561. Assim, por Provisão de D. Frei Bartolomeu dos Mártires em 22 de março do mesmo ano, a Casa da Misericórdia é autorizada a mudar para a nova sede⁴.

A igreja é datada de 1562, porém o seu Livro 1º de Termos ou Actas das sessões inicia em 22 de janeiro de 1558, desta forma, vinculando o Catálogo regular dos Provedores da Misericórdia com documentos colhidos do Cartório da predita Misericórdia e outros Cartórios da cidade de Braga⁵.

O primeiro provedor da Confraria da Misericórdia foi Duarte Jácome. No período de 1521 a 1522, alguns anos depois a família Jácome de Vasconcelos resgata novamente, através de Filipe Jácome de Sousa, no período de 1663 a 1664. Já no século XVIII, chega a vez de João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, de 1779 a 1780, todos membros da Casa do Avelar (Pelames)⁶.

⁴ Consulta [Misericórdia de Braga - Provedores \(scmbraga.pt\)](http://scmbraga.pt). Acedido em 08/12/2020

⁵ Consulta [Misericórdia de Braga - Provedores \(scmbraga.pt\)](http://scmbraga.pt). Acedido em 08/12/2020.

⁶ Consulta [Misericórdia de Braga - Provedores \(scmbraga.pt\)](http://scmbraga.pt). Acedido em 08/12/2020.

Ter livre acesso à Confraria da Misericórdia, além de ser um privilégio das “elites locais” e de ser tratada pelos “Senhores da cidade” como a representação de um presente (Capela e Araújo, 2013, p. 13), possibilitou à família Jácome de Vasconcelos contrair vários empréstimos, um exemplo é o contrato feito por Fernando Jácome e sua esposa D. Isabel Feijó. O valor do empréstimo foi de 3.200 reis, a juro, em 23 de janeiro de 1825⁷, feito com a Santa Casa da Misericórdia e Hospital de São Marcos. Estes empréstimos colocavam em risco a perda do patrimônio com a hipoteca da Quinta do Avelar por cinco anos. Comportamento este que se estende por gerações seguintes e não sendo exclusiva da Confraria da Misericórdia, mas outras irmandades também exerciam o crédito para a dita família, tais como Irmandade de S. Vicente, o Convento de N^a Senhora dos Remédios, o Arcebispo e a Irmandade de S. Crispim e S. Cipriano da Sé Primaz⁸, este último sendo um contrato de empréstimo e recibo de 1758, feito por Francisco Jácome de Sousa e sua esposa D. Maria Isabel Feijó.

Do poder da Misericórdia, Araújo (2016, p. 38) explica que na metade do século XVIII não havia uma “comunicação eficaz entre poder central e local” no âmbito da saúde dos portugueses, sendo este vácuo preenchido por esta quando era cabido ao Estado. Assim, a Misericórdia fazia o papel de lar dos enfermos, como também preenchia no tocante ao nível administrativo e financeiro.

Para João Luís Jácome, estar ligado às instituições religiosas da Igreja Católica representava o vínculo base entre o sagrado e a morte, seguida do julgamento divino sendo expressado de forma minuciosa em seus manuscritos e, principalmente, sendo necessário o cumprimento de todo um ritual para ser aceito neste reino. Assim, verifica-se a influência da religião em sua vida e esses momentos são revelados em muitas anotações de seu cotidiano, como também o quanto isso afeta as suas emoções e os laços que foram criados com os principais personagens que cercam estas instituições. Em um momento como memorialista, o fidalgo retrata o cortejo funebre de D. Gaspar, Arcebispo e senhor da cidade de Braga:

“...desde o dia 20 do presente até hoje, se dicerão, pella sua alma, hindo todas as comunidades fazerlhe o seu noturno, e hoje 22 do dito lho foi fazer o seu Cabbido cantando a missa o Deão D. Luis da Costa Pereira Coutinho e Vilhena, e no mesmo dia à noite foi levado para a Sé e sepultado na Capella maior della...” (Macedo e Jácome, 2013, pág. 115)

Os acontecimentos envolvendo a religiosidade por parte do fidalgo João Luís Jácome não são manifestados apenas para as pessoas públicas, mas ele fez prática do seu engajamento também para

⁷ “ Contrato de empréstimo da quantia de 3.200 reis”. ACA/ 322-1, ADB.

⁸“ Escritura de remoção da dívida na importância de 155.000 reis(...), datada de 8 de setembro de 1744.” ACA/ 338, ADB.

as pessoas de sua família. Tal atitude é para que tivessem suas almas e lugares garantidos no reino divino. E isso acontece para D. Maria Máxima quando o fidalgo manda celebrar o rito da missa⁹.

Por questão de melhor entendimento da dimensão e representatividade da Diocese de Braga, a referida cidade tem seu estatuto de sede metropolitana e sua abrangência está em nos seguintes bispados: Coimbra, Colegiada de Guimarães, Porto, Viseu e o de Miranda¹⁰.

Ser senhor de Braga abrange jurisdição eclesiástica e civil. Na questão civil, o Arcebispo tem autoridade suprema sobre todos os coutos, Braga sendo a exceção a ser considerada, tendo em vista que os crimes cometidos por cidadãos da Cidade e seus termos, cabe ao Arcebispo apenas analisar em primeira instância e enviar o recurso para a Relação do Porto, ou para Relação de Lisboa¹¹.

O senhorio da Arquidiocese Bracarense angaria seus fundos oriundos de Doações, Contratos, Alvarás, servindo Braga de “cabeça de ouvidoria” e composta de treze coutos: Apúlia, Arentim, Cervães, Cabaços, Capareiros (atualmente Cabreiros), Dornelas, Ervededo, Feitosa, Goivães, Moure, Pedralva, Provezende e Riba Tua.¹² Desta forma, perfazendo do Arcebispado de Braga, na visão da Coroa, uma escolha minuciosa, tendo em vista que a Cidade possuía o “ maior Senhorio do País” e o “maior Donatário” (Abreu, 1997, p. 59).

Braga, assim como o fidalgo João Luís Jácome, irão ter uma mudança em seu panorama social a partir da nomeação do novo arcebispo para a cidade. Assim, em 20 de novembro de 1789 é nomeado pela Rainha D. Maria I, o bispo do Grão Pará, capital Belém, Norte do Brasil, D. Frei Caetano Brandão. Seu legado no Brasil é destacado por propagação de escolas, regulou a vida do Seminário do Pará nos quesitos: admissão dos candidatos, exercícios espirituais, descrição das horas de estudos, normas de educação e criação do Hospital do Senhor Bom Jesus dos Pobres (Abreu, 1997).

Em 19 de julho de 1790, a rainha D. Maria I, divulga a Carta Lei de abolição dos donatários, detalhada pelo memorialista Peixoto (1992, p. 107), como a “extinção da jurisdição secular”, para as famílias nobres do país, incluindo os Jácome de Vasconcelos, e sendo a representação do romper de um padrão.

Para Capela (1991, p. 188): “toda a Europa a Revolução de 1789 ia abolindo o regime senhorial e limitando drasticamente os poderes e jurisdições eclesiásticas”. E era normal que tal tendência

⁹ Consulta “Certificados de missas por alma de D. Maria Máxima...”. ACA/607 – ADB.

¹⁰ Consulta aos “Manuscritos do Diário Bracarense”, p.615, Vol. II, Manuel José da S. Thadim. ADB.

¹¹ Consulta aos “Manuscritos Diário Bracarense, p. 615v, Vol. II”, sobre a história do senhorio de Braga.

¹² Consulta aos “Manuscritos Diário Bracarense, p. 616v, Vol. II”, sobre a história do senhorio de Braga.

Portugal seguisse. Ainda acrescenta que é urgente as reformas dos setores sociais, largamente pontuadas pela reforma iluminista.

Segundo Milheiro (2003), o Arcebispo tinha honras semelhantes à Corte e governava a sua cidade com todo a ornamentação a que tinha direito, destacando a nomeação, posse e entrada na cidade, como também, por onde passava, recebia todos as honras do Senado, Nobreza, Clero Regular e Secular, até chegar ao seu destino final.

Nesse panorama, em 17 de setembro de 1790, chega a Famalicão e em seguida vem para cidade de Braga o novo Arcebispo, o ilustre D. Frei Caetano Brandão, considerado o “Reformador”, cujo destaque está registrado na história bracarense. Já em sua chegada ousou em “ter substituído os cavalos e os urcos por uma marcha pedestre” (Abreu, 1997, p. 143).

D. Frei Caetano está destacado por suas peculiaridades; o gosto pelos estudos e academia derivam da forte influência da Ordem Terceira Regular da Penitência, ordem franciscana, e tendo como baluarte as novas ideias de D. Frei Manuel do Cenáculo. Tem como característica marcante, um olhar voltado para os mais fragilizados seja pela doença, ou pela pobreza. Essas características marcam a pessoa de D. Frei Caetano, seja pelos testemunhos do povo pobre do Pará, como também dos bracarenses, e para estes últimos, considerado um homem radical em muitas situações, o que gerou em alguns agrado e em outros, descontentamento (Abreu, 1997).

Com D. Frei Caetano ocorre a mudança, principalmente por ter uma vida de menos honras e luxo, ao contrário dos arcebispos antecessores de origens reais, D. José (1741- 1756) e D. Gaspar (1758- 1789). D. Frei Caetano deixa marcada sua fidelidade a doutrina franciscana, talvez devido a sua origem pobre, de criança moradora de orfanato, fato esse que marcou toda a sua vida, deixando-o muito à vontade para enxergar o pobre e fazer suas esmolas. Em seu novo lar, providenciou mostrar uma nova leitura de seu Arcebispado, particularidade que a cidade desconhecia, ou seja, não se preocupou em ser O Senhor de Braga, ou Primaz, ambos os termos adotados por seus antecessores e confirmado em seus atos diários (Abreu, 1997).

Na relação com a Coroa, mostrou-se a permanência do casamento trono - altar, o que foi visto em reinados anteriores, não sendo exclusividade de D. Maria I, mas adotado por D. João V e D. José. Manteve distância da coroa, porém deposita no Estado a esperança de renovação da Igreja (Abreu, 1997).

Em Braga, criou o Colégio dos Órfãos de S. Caetano, fez da referida cidade e arredores um nincho de cirurgiões, onde os alunos praticavam as aulas de Cirurgia Ministrantes e Anatomia no Hospital de S. Marcos. Seu destaque também está na Botica, criada para custear as despesas do Colégio e servindo de ocupação para alguns alunos adaptáveis aos horários de estudos. Controlou as escolhas dos capelães, sacristães e pessoal de serviço; estabeleceu regras para admissão de novos noviços(as); discutiu a respeito do regresso dos ex-claustrados aos Conventos; solicitou intervenções reformadoras da Coroa e dos Núncios Pacca e Caleppi, que fosse revista de forma severa a concessão das licenças por motivo de saúde (na sua grande maioria dos casos, inverossímil), (Abreu, 1997). Lutou também contra a ociosidade por parte do Clero (Abreu, 1997).

D. Frei Caetano foi um exemplo dentro da conjuntura em que a Igreja vivia no Séc. XVIII, pois foi “humano.” “Inevitavelmente falível”, nas palavras de Abreu (1997, p. 338), tinha em seu cotidiano bracarense sempre um pobre a fazer as refeições ao seu lado, fez uso de seu enxoval até exaurir. Vendeu ouro, prata, mobílias valiosas, quadros, tapeçarias do Clero e tudo isso foi considerado pelo povo bracarense um “atentado contra o patrimônio cultural bracarense” (Abreu, 1997, p. 333).

A respeito das características do Arcebispo D. Frei Caetano Brandão, Ferreira (1934, p. 8) faz uma menção da difícil tarefa de quem viesse a ser o novo Arcebispo de Braga, tendo em vista que o anterior possuía qualidades incompáveis, tornando o sucessor “sempre muito áquem d’elle; mesmo os homens da sua estatura moral e intellectual não são vulgares...”. Tal consideração é vista como o reconhecimento que está à altura do legado produzido pelo Arcebispo a frente da Diocese de Braga.

Sobre a referência do engajamento e participação da vida social do D. Frei Caetano, o memorialista Peixoto, (1992, p. 140) faz a seguinte descrição:

No 1º dia do anno vestio o Arcebispo cento e vinte meninos e meninas, deu-lhe de jantar e de tarde os fes conduzir a capella e depois a salla grande, ante a livraria, e ahi perguntou doutrina a muitos e os premiou com esmollas de 8 e 16 tostoens a cada hum.

Para os que usufruíram e tiveram sua história mudada, D. Frei Caetano não representa a “caridade por promoção”, mas a diretriz para os que não tinham um legado pertencente às famílias nobres que dominavam o celeiro de Braga e região do Minho (Abreu, 1997, p. 338).

Em 15 de dezembro de 1805, D. Frei Caetano Brandão falece em Braga. Em seu Testamento, datado de 26 de julho de 1795, entregue na ocasião de sua morte ao Cabido, expressa que entrou na Diocese pobre e pobre quer morrer (Abreu, 1997).

Fugindo a seu pedido, em vida prezou por uma vida humilde, depois de sua morte, foi honrado como Príncipe Real, de acordo com Manuel José da Silva Thadim, em *Diário Bracarense*¹³. O referido Arcebispo foi sepultado na Capela- Mor da Sé que fora construída com objetivo de ser o mausoléu dos “familiares” do fundador da Santa Casa de Braga e de “outras dignidades da igreja bracarense” (Capela e Araújo, 2013, p. 19).

Com a morte de D. Frei Caetano Brandão, há um pequeno período de vacância do Arcebispado em Braga. Como alternativa, é nomeado provisoriamente como Vigário Capitular do Arcebispado, Dr. Francisco José da Costa Lima, ex-secretário de D. Frei Caetano, e por ele nomeado vigário geral. Sob sua responsabilidade ficou a administração das rendas da Mitra, enquanto o novo Arcebispo de Braga, o Bispo de Elvas, D. José da Costa Torres tomasse posse. Este último foi nomeado em janeiro de 1806, mas só entrou na cidade em junho de 1807 (Ferreira, 1934).

O novo Arcebispo, D. José da Costa Torres, marca sua trajetória à frente do bispado de Braga com uma passagem curta, devido a ter mais de sessenta anos quando assume a diocese e iniciado em um ano marcada por um volume considerável de invasões francesas que acarretaram pobreza, perturbações gravíssimas a ordem pública, prejuízos e “ruínas” (Ferreira, 1935, p. 7).

Como Arcebispo de Braga, D. José da Costa Torres entra em Braga em 1 de junho de 1807, e toma posse na Porta Nova para receber das mãos do mais velho vereador da Câmara da cidade, Manuel Gomes da Silva, a chave da cidade e os corações dos bracarenses. Seu cortejo foi semelhante à entrada de D. Gaspar de Bragança, conforme descrito por Ferreira (1935).

No ano seguinte, em 1 de fevereiro de 1808, é emitido um decreto onde Junot declara extinta a Casa de Bragança e abolida a Regência nomeada por D. João VI. Tal gesto significava mandar riscar os escudos das Armas reais por Decreto de 1 de março de 1808. Porém, a atitude do Arcebispo de Braga, D. José Costa, é de apenas cobrir os escudos, sendo sua manifestação a representação do silêncio diante da situação instalada no país (Ferreira, 1934).

Em 27 de fevereiro é celebrada a Missa de Coleta de Napoleão, onde por imposição do “Imperador Napoleão o Grande”, haveria uma cobrança dos portugueses de “40milhoens”, incluindo “a prata”, mas excluindo-se os “vasos sagrados”. A justificativa seria para resgatar as propriedades (Ferreira, 1934; Peixoto, 1992, p. 280).

¹³ Consulta ao “*Diário Bracarense*”. Vol II, p. 564. Manuel José da Silva Thadim. ADB.

E em maio de 1808 ocorre um levante da revolução em Hespânia contra o controle francês se propagando por todo Portugal em junho (Ferreira, 1934).

Em 8 de junho do mesmo ano, por ordem do Arcebispo de Braga, D. José Costa, é determinada uma ordem para descobrir as armas reais que encontravam-se no Paço, como também são realizadas missas e a Collecta em favor da Casa de Bragança (Ferreira, 1935). Deste levante, resultarão os seguintes frutos; 11 de junho revolta em Bragança; 15 Vila Real; Porto e Guimarães em 18; 19 em Viana, Barcelos em 20 e sua propagação toma todo o país.

Em 20 de junho, D. José Costa recebe do General Governador da província residente de Viana, duas cartas, sendo uma do General, onde cita que o Arcebispo deveria fazer a aclamação de D. João VI e a segunda, da Câmara também de Viana, compartilhando o restabelecimento do governo do Príncipe Regente feito em 19 do corrente mês. Tais argumentos são para que Braga seja a segunda cidade do país a fazer esse manifesto e entusiasmar o resto da nação para a libertação das forças francesas (Ferreira, 1934).

Segundo Ferreira (1935), o Arcebispo de Braga enviou à Câmara de Braga as duas cartas: a do General e da Câmara de Viana, alegando que as medidas deveriam ser tomadas com relação ao ocorrido, tendo em vista que o Porto e Viana já haviam tomado tal decisão. Houve um clamor por parte do juiz de fora Dr. Antonio Vieira de Tovar para reunir os vereadores nos Paços do Concelho, os ministros da terra, do crime e o corregedor, como também o clero, a nobreza, a tropa de guarnição e o povo. Estes dois últimos saíram pelas ruas aclamando D. João VI.

Em 23 de junho foi reconhecida a Junta criada pelo Deão D. Luiz Antonio Carlos Furtado de Mendonça, que tinha os seguintes membros: presidente o Arcebispo de Braga, D. José Costa Torres, em nome do clero, o Deão Furtado de Mendonça e o abade de Maximinos Manuel José Leite; pela nobreza, D. Antonio Francisco Braga e Manuel José Ribeiro e por último, representando o povo, Pantaleão Francisco Braga e Manuel José Ribeiro (Ferreira, 1935).

Em 17 de setembro de 1808, o Arcebispo de Braga, D. José Costa Torres em comemoração à expulsão dos franceses, faz a cantada de forma solene na Catedral, do Te-Deum (Ferreira, 1934).

Em 01 de outubro do mesmo ano, acontece na Capella do Paço, pela manhã um Te-Deum e a tarde um sermão em ação de graças pelo restabelecimento do reino de Portugal. Nesta ocasião é oferecido ao Arcebispo de Braga a “oração gratulatória do Deão” (Ferreira, 1935, p. 20).

No ano seguinte, em março de 1809, ocorre uma segunda invasão francesa, sob o comando de Soutt. A entrada ocorre pela província de Traz-os Montes e em Chaves, onde a rendição acontece em 12 de março de 1809, levando a tropa a seguir em direção a Braga (Ferreira, 1934).

Os franceses entram em Braga em 20 de março de 1809, onde houve saques e roubos. As perdas foram materiais, foram três dias de descontrole governamental, onde os bracarenses haviam, incluindo o Arcebispo, o Bispo Coadjutor, as freiras dos Conventos dos Remédios, Conceição, Ursulinas e Salvador saídos todos da cidade e ido para o Porto onde ficarem reclusos Ferreira (1935).

A chegada dos franceses na cidade do Porto acontece em 29 de março, sendo sua estada de quarenta e cinco dias, porque em 12 de maio o exército anglo-luso liderados por Wellesley chegou pelo rio Douro na altura do Seminário e destrói o movimento. No rio Douro morreram mais de cinco mil pessoas afogadas entre as passagens da Ponte das Barcas e Vila Nova. Os franceses foram pegos de surpresa e na retirada por Vallongo e Amarante, abandonaram “feridos e prisioneiros á generosidade britannica” (Ferreira, 1934, p. 34).

De seu arcebispado, ficou registrado na história de Braga o exército organizado por D. José Costa Torres, onde se auto proclamou general, nomeou oficiais e etc, para o chamado Regimento Eclesiástico de Braga. Tal atitude teve o foco de manutenção patrimonial, servindo de ridicularização posteriormente (Ferreira, 1935).

Encerrando sua trajetória em 26 de agosto de 1813, falece D. José Costa Torres, vítima de cachexia no Paço Arquiepiscopal de Braga. Teve todas as honras cabidas à representação do Arcebispado, sendo sepultado na Capella- mor da Sé de Braga, como também encerrando um período bastante difícil diante do momento vivido na “história moderna” da Europa (Ferreira, 1934, p. 7).

4.3 Resumo

Neste capítulo foi apresentada a conjuntura da cidade de Braga, como também de Portugal no séc. XVIII e XIX, como forma de clarear o melhor entendimento do contexto político, social e religioso, coincidindo com o período de nossa investigação, que corresponde ao período de 1787 a 1810.

No período abordado, verificou-se a influência da Igreja Católica em diversas entidades, mas em especial a força do Senhor de Braga, neste caso, o Arcebispo Primaz da Diocese. Este tinha o poder de jurisdição eclesiástica e civil, porém a partir de julho de 1790 sofre uma ruptura com as questões civis, conforme o decreto de abolição dos donatários instituída pela rainha D. Maria I. Na questão civil, os detentores de poder da Cidade, tais como a família Jácome de Vasconcelos, que ao longo da história

bracarense esteve por mais de 500 anos participando ativamente dos acontecimentos político, social e religioso, se mostraram insatisfeitos com a imposição do decreto real, tendo em vista que tinham seus interesses pessoais e tradicionais enfraquecidos. Com a reformulação imposta pelo decreto a partir de 1790, verifica-se um novo comportamento por parte do novo Arcebispo de Braga, D. Frei Caetano de Brandão em relação à cidade e à comunidade de uma forma geral. Paralelamente aos acontecimentos de cunho religioso, há o destacamento das indústrias artesanais e do comércio de alto luxo da cidade que abastecia a região do Minho e circunvizinhança.

Para o sucessor de D. Frei Caetano, D. José Costa Torres, temos um Arcebispo que enfrentará as invasões francesas com seus ideais iluministas como um de seus maiores obstáculos à frente da Diocese de Braga, além de sua idade avançada.

Para o próximo capítulo, temos o exame sobre a biografia do fidalgo João Luís Jácome. Será exposto nosso personagem central com as particularidades da vida pública, privada e cristã, costurando com a importância do Prazo da Casa do Avelar.

5. QUEM FOI JOÃO LUÍS JACOME DE VASCONCELOS

5.1 Personagem João Luís Jácome

Tido como a peça fundamental do grande quebra cabeça que é a Casa do Avelar, o fidalgo João Luís Jácome tem no Livro de Lembranças e outros Registos de sua autoria, a fonte principal para o entendimento de muitos acontecimentos envolvendo os variados personagens da família Jácome de Vasconcelos, considerando que seus antepassados também produziram e preservaram muitos desses registos. Mas, é nos registos produzidos pelo fidalgo João Luís Jácome que há uma maior riqueza de detalhes envolvendo não apenas a família, mas a sociedade bracarense e contribuindo de forma significativa para a memória da cidade de Braga (Macedo e Jácome, 2013).

Este documento contém 41 páginas, “numeradas e rubricadas”, que encontrava-se “fechado, cosido e lacrado”, até sua morte (Macedo, 1992, p. 84). Assim, a abertura do Testamento do Senhor da Casa do Avelar para a família representava as disputas patrimoniais, o sistema de herança, a manutenção da continuidade familiar e acima de tudo, a honra. Para a sociedade de um modo geral, o que foi revelado foram questões de disputas entre as famílias nobres de Braga, por cargos políticos, e religiosos da região, revelando um estreito relacionamento com o Arcebispo por parte da família Jácome de Vasconcelos, como também, o seu poder de influência (Macedo, 1992).

João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vanconcelos nasceu em 23 de dezembro de 1735, em Barcelos. Filho primogênito de Francisco Jácome de Sousa e Dn^a Inácia Teresa de Vilas, seu batistmo aconteceu em 2 de janeiro de 1736, na Igreja de Santiago da Cividade.

Em 29 de dezembro de 1755, casa-se com Dn^a M^a Ribeiro da Silva Lopes, ele com 20 anos e ela apenas com 15 anos. Ela, filha do comerciante de panos de linho, Tomé Marques Guimarães e de Dn^a Catarina Ribeiro da Silva.

Do casamento com Dn^a M^a Ribeiro da Silva Lopes, foram agregados ao patrimônio do casal os seguintes bens: os vínculos “Juro Real e de Gondizalves”, herança recebida por parte do tio- materno, Francisco Ribeiro e deixado em testamento¹⁴ para sua irmã Dn^a Catarina Ribeiro, mãe de Dn^a M^a Ribeiro da Silva Lopes, Macedo e Jácome (2013, p. 18).

¹⁴ “Certidão e traslado do testamento do Sargento- mor Francisco Ribeiro da Silva”, ACA/ 055. ADB e “Publica- forma de carta padrão de juro real (...) e seu reconhecimento única e legitima herdeira Catarina Ribeiro da Silva (...)”, ACA/220-2. ADB.

O caso especial do Juro Real¹⁵ é retratado pelo fidalgo João Luís Jácome como uma das fontes de receita para a família, sendo usado como meio de adiantamento descontados os juros para pagar as despesas de manutenção do filho primogênito na ocasião de sua prisão em Lisboa¹⁶. Em variados momentos, o fidalgo utiliza-se de amigos para poder receber os rendimentos na Casa da Moeda, situada em Lisboa, através de procuração, e esses momentos estão registados em seu diário¹⁷, ver abaixo:

Hoje 7 de junho de 1798 annos recebi mais do dito Sr. Antonio Joze da Silva Pereira, duas procuraçõins para elle remeter ao dito Sr. Joze Antonio de Souza Lima da cidade de Lisboa, para a cobrança do dito nosso juro real, dos annos de 1795 e 1796, cujas duas procuraçõins fis e asignei com minha mulher,Macedo e Jácome, (2013, p. 172)

Do casamento de João Luís Jácome e Dn^a M^a Ribeiro, nasceram doze filhos, sendo o seu primogênito, Francisco Jácome fonte de sua maior preocupação, conforme detalhado em seus manuscritos: “com ele fiz grande despeza e gastos e não posso perdoar-lhe tudo porque tenho mais filhos” (Macedo e Jácome, 2013, p. 20). Nas anotações sobre o filho, João Luís Jácome não tem mais como corrigir, a não ser aplicando o senso de justiça nas questões do testamento e destinando ao filho e sua família, apenas os meios de sobrevivência (Macedo e Jácome, 2013).

De sua convivência com a elite política e social em que estava inserida a família Jácome de Vasconcelos, João Luís Jácome, Senhor da Casa do Avelar, exerceu o cargo de vereador por seis vezes (ver figura 1), foi capitão de ordenança¹⁸, em 1762; além de almotaçaria, nos anos de 1803 e 1804; e principalmente, o de Provedor da Misericórdia, este último sendo “o mais importante e prestigioso dentro da instituição”, no período de 1790 a 1780, Macedo (1992, p. 80).

Figura 1: Histórico de quatro gerações dos Jácome de Vasconcelos na Câmara de Braga

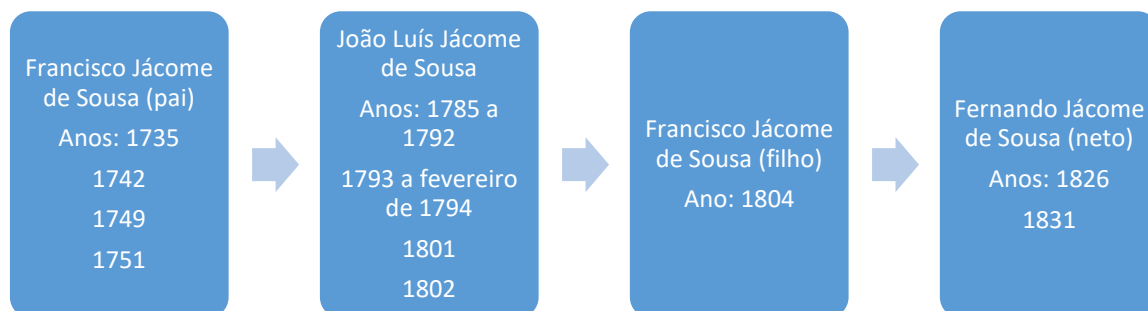
Fonte elaborado pela autora, com base em Macedo e Jácome (2013).

¹⁵ “Procuração de João Luís Jácome e sua mulher D. Maria Ribeiro da Silva Lopes (...), ACA/ 100-3. ADB.

¹⁶ “Recibo de despesas com livramento de Francisco Jácome de Sousa Pereira”, ACA/ 118-3. ADB.

¹⁷ Consulta “Diário de João Luís Jácome”, ACA/ 088 - ADB.

¹⁸ Segundo Macedo (1992, p. 80) benefício concedido pelo Arcebispo e sob sua jurisdição, sobre um corpo militar.



A representação acima é um intervalo de quase cem anos na história da Câmara de Braga que abrange a passagem tradicional dos Jácome de Vasconcelos pela referida instituição. Este intervalo vai do pai de João Luís Jácome, Senhor Francisco Jácome, até seu neto Fernando Jácome, filho de Francisco Jácome, Macedo e Jácome (2013). Segundo Capela (1991, p. 35) a Câmara de Braga cabia a “aristocracia fidalga”, onde havia critérios a serem considerados para se pertecerem a esta instituição. Obedecendo “as vezes elementos muito desclassificados”, porque serve de “palco” aos “interesses dos grupos seculares que fazem destes postos, aliás, um dos principais pilares da sua afirmação na cidade e conselho” Capela (1991, p. 35).

Assim, também cabia aos menos providos de honra e poder, serem considerados aptos, gerando uma falsa demonstração de regime de igualdade, conseqüentemente, faziam se sentirem honrados em poder estar junto aos demais da aristocracia fidalga bracarense.

A respeito da fidalguia, Capela (1991, p. 53) diz: “o município é claramente uma fortaleza fidalga e aristocrática e assim continuará”. E o fator determinante para causar tamanha insatisfação junto à nobreza foi a abolição dos donatários, fazendo com que a igreja não pudesse mais manter a proteção de poder da alta classe beneficiada outrora. A nova releitura da jurisdição civil e eclesiástica é inaugurada pelo Arcebispo D. Frei Caetano Brandão, em 1790 (Peixoto, 1992; Abreu, 1997; Macedo, 1992; Macedo e Jácome, 2013).

Uma referência ao dissabor causado pelo fim dos donatários, os vereadores da Câmara de Braga redigem uma carta à rainha D. Maria I, em 25 de maio de 1793¹⁹, onde manifestam sua insatisfação (Macedo, 1992). O fidalgo João Luís Jácome, juntamente com mais 38 vereadores, assinam a referida

¹⁹ “Informação dos vereadores da Câmara de Braga”, ACA/ 186. ADB

carta e adotam o seguinte argumento: “continuar no exercício de Vereadores, para mantermos o Governo Económico da Cidade, sem o qual se não pode conservar,...”, ver Macedo, (1992, p. 337).

Da função do cargo de vereador, João Luís Jácome pontua em suas anotações domésticas a descrição de quais tarefas foram realizadas, os valores recebidos, se atendeu à nobreza, ou ao povo, conforme observa-se abaixo:

Hoje 27 de Abril de 1792 recebi por mão de Paulo da Costa guarda mor, do Senado da Camara desta cidade de Braga, oito mil reis, de oito proçoiãos; e doze mil e quinhentos reis, do primeiro quartel do ordenado que tenho de verificador do dito Senado, neste dito anno.
(Macedo e Jácome, 2013, p. 156)

Sobre as anotações dos serviços prestados, o fidalgo João Luís Jácome só faz menção a partir da folha N° 57, onde verifica-se que há uma certa assiduidade considerando que há intervalos diferentes envolvendo mês e ano. Antes não há relatos quanto às tarefas realizadas, nem dos valores que recebia no exercício do cargo, porém há apenas os relatos como memorialista não apenas de suas particularidades, mas também da sociedade em geral Macedo e Jácome (2013).

No tocante à diversidade de pessoas que frequentava a Casa do Avelar e serviu como abrigo, o fidalgo João Luís Jácome demonstra acesso estreito e vínculos com diversos segmentos da sociedade portuguesa, como observado abaixo:

Hoje 3 de Outubro de 1801 chegou a esta cidade de Braga o regimento de Infantaria da vila de Vianna, e na mesma caza do Abellar de Sima se acartelarão alguns cem soldados, por ordem do Sr. Doutor Juiz de fora desta mesma, ... Macedo e Jácome (2013, p. 175)

As anotações feitas por João Luís Jácome têm diversos particulares, quer da sociedade, quer do seu núcleo familiar, mas à medida que sua idade avança, diminuem seus registros Macedo e Jácome (2013). Assim, quando ocorre o fechamento de seu testamento, em 25 de julho de 1809, João Luís encontrava-se na Casa do Paço da Torre da Lagariça, pertencente ao seu genro Custódio José de Sousa Pinto Pimentel Leitão Cochofel, senhor desta e casado desde 1801 com D. Josefa Maria do Carmo, sua filha mais nova Macedo e Jácome (2013).

Sobre sua filha D. Josefa Maria do Carmo, João Luís Jácome faz uma ressalva em seu testamento para que seu filho abade de Beiriz, João António Jácome, no caso de impedimento total de seu neto Fernando Jácome, não possuir condições de assumir o Prazo da Casa do Avelar, assumiria em seu lugar José Maria, filho varão desta com Custódio José. Tal requisito é a representação da

“preocupação de continuidade familiar e patrimonial” onde os vínculos com a nobreza se perpetuariam Macedo (1992, p. 88).

O encerramento da vida do fidalgo João Luís Jácome acontece na Casa e Quinta do Avelar em 27 de dezembro de 1810, sendo sepultado na Igreja da Misericórdia em Braga. Deixando viúva D. Maria Ribeiro Sousa Lopes, Macedo e Jácome (2013).

5.2 A Casa do Avelar e sua representação

A simbologia do título da Casa e Quinta do Avelar²⁰ teve seu início em 1396 ou 1398, quando o primeiro Jácome de Vasconcelos chega a Braga vindo de Tomar. Seu nome é Diogo Jácome, chega acompanhado de D. Martinho Afonso e estabelece-se na casa da Honra da Ramada²¹, Prazo da Mitra Primaz.

Por questão de entendimento, os Prazos das casas ou foro é uma designação jurídica antiga que se manifestava ao longo da história, sua origem é do direito romano. Trata-se de um compromisso estabelecido entre o senhorio e um enfiteuta regulamentado por um sistema de obrigações e direitos compreensíveis à luz dos parâmetros actuais Bandeira (2000).

Essa prática era adotada pelos grandes proprietários de terras em diversos países para assegurar território. Tal atitude abre a possibilidade de geração de renda, através dos emprazamentos, em particular para a Igreja Católica que enxergou uma forma de evitar que suas propriedades ficassem abandonadas. Assim, contribuiu para a conservação do patrimônio e valorização do mesmo Bandeira (2000).

A transferência dos Prazos aconteciam por hereditariedade, ou passados em vida e eram perpétuos Bandeira (2000). A transferência dos prazos de D. Maria Máxima acontece para João Luís Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos²², ainda em vida e no séc. XVIII.

Apenas em 10 de abril de 1509, seu bisneto, Duarte Jácome de Araújo, recebe do Arcebispo D. Diogo de Sousa, por merecimento,²³ o prazo da Quinta do Avelar²⁴, pelo qual pagaria 150 reis anualmente. Desta forma, oficialmente Duarte Jácome foi o primeiro senhor do prazo do Avelar.

²⁰ “Translado de uma atestação de nobreza da família do Avelar, registada no Livro de Notas(...), da cidade de Braga”, ACA/045 e 048. ADB.

²¹ Esta casa foi o primeiro solar da família Jácome, situada onde está erguida a “Capela de Jesus da Misericórdia”, na galeria da Sé, a mando de D. Diogo de Sousa, por volta de 1399 ou 1400 (Macedo, 1992, p. 60).

²² “Prazo enfiteutico das casas e propriedades sitas na Rua dos Pelames (...), ACA 180/1. ADB.

A Casa do Avelar possui dezenove linhas geracionais até a data da doação do arquivo. Fato este, que acontece em 01 de outubro de 2008, entre a Universidade do Minho e o Senhor Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos²⁵. Para a história do distrito de Braga e norte de Portugal, a Casa do Avelar tem mais de seiscentos anos de tradição, numa das famílias mais antigas e de nobreza, abrangendo documentos que foram produzidos do século XIV até o século XX, mantendo-se este material conservado e indivisível até a data da doação, conforme Macedo (1992).

Assim, a referência desta memória familiar para o referido distrito, possui um teor bastante rico e de alcance público. Essa referência também é a representação de um pequeno grupo que numa demonstração de poder e “afirmação política e social na cidade”, transita muito bem entre os cargos da Câmara de Braga e da Casa da Misericórdia, confira Macedo (1992, p. 79).

Rege a tradição familiar, que a sucessão da casa e dos prazos acontece através da varonia²⁶. Mas, a história familiar comprova que em alguns momentos a tradição deixa de existir, passando a acontecer através da gestão feminina em vários momentos. Detemo-nos a examinar esse fato a partir do período em que o “fenómeno peculiar toma lugar na vida da família” Macedo (1992, p. 63), quando D. Maria Máxima Jácome de Sousa, décima primeira senhora da Casa do Avelar, por não possuir descendentes diretos e ter um marido que a destrava, fazendo-a conviver inclusive com a concubina deste, transfere, através de procuração,²⁷ a totalidade de seus bens ao primo²⁸ paterno João Luís Jácome de Sousa, Macedo e Jácome (2013). Este o foco central de nossa investigação.

A posse total da herança de D. Maria Máxima acontece com sua morte, em 06 de outubro de 1789²⁹, depois de 20 anos reclusa no Convento de Nossa Senhora dos Remédios de Braga³⁰. A referida

²³ “Certidão do teor da escritura de troca e permuta (...), ACA 225/1. ADB

²⁴ A Casa do Avelar e jardins, encontra-se situada a Rua dos Pelames, freguesia de Maximinos – Conselho de Braga, ver Proc. N° DRP/ CLS – 2633, 16/01/2018. Por questões de registros atuais no Patrimônio Cultural de Portugal, não foi considerado o endereço Rua de São Geraldo – Maximinos, Braga, como consta na maioria dos documentos da referida casa.

²⁵ Consulta ao “Auto de doação” a Universidade do Minho, data de 1 de outubro de 2008, Reitoria da UM.

²⁶ “Memória genealógica sobre a vanonia dos Jácomes (...)”, ACA/ 106. ADB.

²⁷ “Certidão da procuração que fez D. Maria Máxima Jácome ..., aos 8 de Março de 1777 ...”, ACA/ 424. ADB.

²⁸ “Atestação do parentesco entre D. Maria Máxima Jácome de Sousa e João Luís Jácome ...”, ACA/ 087. ADB.

²⁹ “Certidão de atestação com que faleceu D. Maria Maxima Jácome ..”, ACA/ 050-1. ADB.

³⁰ “Certidão de atestação com que faleceu D. Maria Maxima Jácome”. ACA/ 615. ADB.

reclusão ocorre por ocasião do divórcio e foi requisito para que a mesma tivesse obtido a provisão³¹ real da rainha D. Maria I.

O fidalgo João Luís Jácome de Sousa foi o décimo segundo senhor da Casa e Quinta do Avelar. Da herança recebida por parte de D. Maria Máxima³², recebeu, além da Casa e Quinta do Avelar de Cima e Avelar de Baixo, a Casa e Quinta de Proence, situada na freguesia de Sandiães, concelho de Penela, comarca de Ponte de Lima, Prazo do Assento de Santa Maria de Lamas e Quinta de Mouquim, esta última tendo tomado posse em 11 de julho de 1787, como também herdado todos os bens de D. Maria Máxima.

Muito antes da morte de D. Maria Máxima e de assumir a totalidade dos bens desta, o fidalgo João Luís Jácome travou uma disputa judicial com seu ex-marido, Luís Alberto de Sá Lançóis³³, argumentando que muitas transações envolvendo as propriedades desta, haviam acontecido sob coação Macedo e Jácome (2013).

A herança de D. Maria Máxima é de ramo colateral. De seu pai, o fidalgo João Luís Jácome herdou os seguintes bens: o Morgado ou vínculo de São Vicente de Ferreira apenas em 1863, depois de recorrer através da Lei Pombalina de 3 de agosto de 1770, e que encontrava-se na posse da irmã, D. Mariana Luísa e de Gregório Carlos de Magalhães e Meneses; os prazos de Pelames, Cidade e Urjães³⁴. Sendo todo esse patrimônio³⁵ a contribuição para um convívio no circuito reduzido da alta sociedade de Braga e para a criação de laços com personalidades de diversos segmentos, além de servir como um contributo para o seu vínculo irrestrito com a igreja católica.

A transferência da sucessão dos Prazos da Casa do Avelar do fidalgo João Luís Jácome acontece para o seu sétimo filho, o abade de Beiriz, João António Jácome³⁶, por ocasião de sua morte³⁷. Tal atitude demonstra o grau de descontentamento diante de seu filho primogênito, Francisco Jácome, pela “conduta deste não lhe merecer a confiança necessária ao que considera ser fundamental: a boa continuidade familiar” e conseqüentemente, perde o direito a sucessão (Macedo e Jácome, 2013, p. 20).

³¹ “Certidão de Provisão Real de 18 de outubro de 1779 ...”, ACA/ 595. ADB.

³² “Inventário que requereu João Luís Jácome ... falecimento de sua prima D. Maria Máxima ...”, ACA/ 567. ADB

³³ “Processo litigioso entre Luís Alberto ACA/ 462. ADB

³⁴ “Translado de instrumento de testamento com que faleceu Francisco Jácome de Sousa”, ACA/ 052 -1.

³⁵ “Mapa de todos os bens e seus rendimentos que possui João Luís Jácome ...”, ACA/ 103-1

³⁶ “Parecer sobre a questão da herança de João Luís Jácome ...”, ACA/116-5. ADB

³⁷ “Testamento de António Xavier..., herdeiro universal o sobrinho Fernando Jácome..., ACA/068, ADB.

Em seu testamento, João Luís Jácome confia e deixa claro que António Jácome transferirá a sucessão dos Prazos para o seu neto, Fernando Jácome de Sousa, filho de seu primogênito, Francisco Jácome.

Desta forma, Fernando Jácome de Sousa retomaria a geração de primogenitura, manteria a continuidade familiar e patrimonial, passando a ser o décimo quarto senhor da Casa do Avelar, como também representaria a décima quarta geração. Porém, a condição para que o prazo retornasse ao neto, é o casamento com D. Maria Leonor Jácome Pereira do Lago, sua prima, por quem o fidalgo e avô João Luís Jácome demonstrou apreço. Vale ressaltar que seria um casamento vantajoso, mas não acontecendo por parte dos questionamentos do futuro sogro e pai da noiva que exigia justificativas ao abade de Beiriz que lhe entregasse os prazos³⁸, Macedo e Jácome (2013).

Na ocasião da morte do fidalgo João Luís Jácome, seu filho Francisco Jácome inicia, naturalmente, uma “exposição contra o testamento do pai”, alega que a produção foi feita sob “delírio” e que não houve respeito ao “direito de geração”. Tais exposições³⁹ em nada adiantam, mas contribuem para que seu neto, Fernando Jácome reunisse argumentos contra o tio, o abade João António Jácome, e abrisse um processo na justiça, tendo em vista que seu casamento só poderia acontecer possuindo ele condições financeiras para o fazer (Macedo e Jácome, 2013, p. 21).

Sobre Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, este nasceu em 22 de outubro de 1796⁴⁰, na freguesia de Cidade. Formou-se em direito pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1819. Foi Juiz de Fora em Ponte de Lima, Corregedor da Comarca de Valença em 1833, e Contador da Real Fazenda de Valença do Minho. Apenas em 29 de agosto de 1824⁴¹, Fernando Jácome assume a Casa do Avelar, de forma amigável e de comum acordo⁴² com o então senhor desta, o abade de Beiriz, João António Jácome.

Exerceu o cargo de vereador nos anos de 1826 e 1831, conforme citação anterior. Exerceu o cargo de Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora de Vila Viçosa, foi Almotacé em 1817 e 1821. Foi Corregedor de Valença do Minho em 1833⁴³. Foi Juiz de Fora de Ponte de Lima em 1832⁴⁴. Casa-se em 07 de janeiro de 1827, com D. Maria Isabel de Abreu e Lima Correia Feijó, com quem teve doze (12)

³⁸ “Carta de ordem geral citatória expedida a requerimento de Fernando Jácome ...”, ACA/ 147-2, ADB.

³⁹ “Minuta da exposição de Francisco Jácome de Sousa (...)”, ACA/ 599, ADB.

⁴⁰ “Certidão de batismo de Fernando Jácome (...)”, ACA/489. ADB.

⁴¹ “Fotocópia de escritura de transacção e amigável composição ...”, ACA/295. ADB.

⁴² “Certidão de escritura de transacção amigável (...)”, ACA/147-3, ADB.

⁴³ “Cópia do decreto real e carta que o acompanha, da nomeação de Fernando Jácome (...)”, ACA/421-2, ADB.

⁴⁴ “Cartas do Juiz de Fora de Ponte de Lima, Fernando Jácome (...)”, ACA/092. ADB.

filhos. Destes, três (3) emigraram para o Brasil descontentes com a conjuntura política portuguesa, onde permaneceram até a morte, entre os anos de 1853 e 1856. Sua sétima filha, D. Maria da Conceição, morre aos 40 anos, vítima de febre amarela no ano de 1877.

A geração dos descendentes de Fernando Jácome são a representação de uma tragédia familiar marcada por doenças da época e também pelas transformações que aconteciam no mundo pós revolução francesa. Essas transformações foram inspiradas nas ideias iluministas da referida revolução e do qual o patriarca da família Jácome de Vasconcelos se manifestava⁴⁵ um grande opositor.

De seu pai, Francisco Jácome, Fernando Jácome herda várias dívidas, conforme certificado redigido contendo as referidas dívidas, assinado pelo tesoureiro da Câmara de Barcelos, da cidade de Barcelos, António José dos Santos Figueiredo, em 1844 a 1845⁴⁶.

Em 22 de abril de 1856, morre Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos⁴⁷, na Casa e Quinta do Avelar, vítima de febre tifóide e icterícia. Seu terceiro filho, primeiro varão, Francisco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, que nasceu em 09 de agosto de 1830, torna-se senhor da Casa do Avelar, passando a ser a décima quinta geração e seu senhor da referida. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, casa-se em 19 de agosto de 1859 com D. Sofia Adelaide Pinto Machado Torre, na cidade do Porto. Ele falece jovem, aos 49 anos, em 06 de março de 1879, viúvo⁴⁸ e sem filhos.

Com a morte de Francisco Jácome de Sousa, em 1879, assume o prazo da Casa do Avelar, sua irmã D. Ana José Carlina Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos⁴⁹, casada com Bento Luís Ferreira do Carmo⁵⁰. Ela não possuía descendentes diretos. Foi a décima sexta senhora e representou a décima quinta geração. Depois, abdica em favor de seu décimo irmão, Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos⁵¹, através de escritura pública lavrada em 19 de agosto de 1886, no cartório do tabelião António José Gonçalves, na cidade de Braga.

À frente da Casa do Avelar, Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos passa a ser o décimo sétimo senhor do prazo familiar e representou a décima quinta geração. Este nasceu⁵² na Casa do

⁴⁵ "Atestação dos vereadores da Câmara, ..., sobre a notória oposição de Fernando Jácome ...", ACA/ 436-2, ADB.

⁴⁶ "Certificado de dívidas de Francisco Jácome de Sousa Pereria de Vasconcelos," ACA/ 624. ADB.

⁴⁷ "Cartas de pêsames recebidas por Francisco Jácome de Sousa, ...", ACA/ 303-2. ADB.

⁴⁸ "Carta de pêsames ... pela morte da sua esposa, D. Sofia Adelaide, ACA/455. ADB.

⁴⁹ "Processo de conciliação requerido por D. Ana José Carlinda ..., ACA/442. ADB.

⁵⁰ "Carta da Direção Geral ... mercê do título de Visconde de Ruães para sua vida", ACA/ 499. ADB.

⁵¹ "Requerimento da Viscondessa de Ruães, D. Ana José Carlinda ..., ACA/529. ADB.

⁵² "Certidão de assento de baptismo de Vasco Jácome de Sousa ...", ACA/041.ADB.

Avelar em 15 de agosto de 1840. Casa-se com D. Rosa Emília de Sousa Faria Girão, em 1886, com quem tem sete filhos. O mesmo vem a falecer em 20 de dezembro de 1918.

O novo herdeiro da Casa do Avelar é Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vanconcelos, segundo filho, primeiro varão de Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos. Torna-se o décimo oitavo senhor. Nasceu em 14 de outubro de 1888. Formou-se em engenharia eletrotécnica. Casou em 1921 com D. Maria Luísa da Costa Cabral⁵³, com quem tem dois filhos: Vasco Francisco e Francisco d'Assis. Enquanto senhor desta, mandou esculpi a pedra de armas da família em Jácome de Vasconcelos em 1942⁵⁴ (Macedo, 1992). Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vanconcelos faleceu em 06 de setembro de 1987.

Na sucessão do décimo nono senhor da Casa do Avelar, temos Vasco Francisco Jácome de Sousa Vasconcelos, filho mais velho de Fernando Jácome de Sousa Pereira de Vanconcelos. Nasceu em 21 de maio de 1922. Casou-se com Ana Luísa de Jesus Cardoso de Macedo e Meneses em 1946 e tiveram nove filhos⁵⁵, entre os quais está a Dr^a Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, antiga diretora do Arquivo Distrital de Braga, falecida em 09 de setembro de 2006.

A Casa do Avelar possui ao longo dos séculos um vasto conjunto de registos que esteve preservado, servindo como ponto de partida para entendimento da história do norte de Portugal. Porém, os laços da família Jácome de Vasconcelos com a história do país se entrelaçam, no que poderia manter fechado o histórico de poder e seus interesses. Segundo Macedo e Jácome (2013) abordam que era da vontade de Dr^a Maria da Assunção Jácome em fazer e tornar público o conjunto documental da Casa do Avelar, porém sua morte impossibilitou. Outras tentativas já haviam acontecido, mas não tendo continuidade. O Sr. Vasco Francisco Jácome, se dispôs a realizar a doação do acervo documental para a Universidade do Minho e tornar público todas as conquistas de seus antepassados as quais, dentre os vários objetivos, contam:

- homenagear a filha morta precocemente e que ainda exercia as atividades sob a direção do Arquivo Distrital de Braga⁵⁶;
- garantir aos descendentes a livre consulta e reprodução dos documentos doados⁵⁷;

⁵³ “Carta do decreto da Rainha de Espanha ... Ordem de Damas Nobres de Maria Luísa”, ACA/ 136-2. ADB.

⁵⁴ Colocado sobre o portão de entrada da fachada, bem como placa de granito sob a janela, ambos depois de uma obra de restauro feita em 1942 Macedo, (1992).

⁵⁵ Consulta “PT/ADB/FAM/ACA/12.1”.

⁵⁶ Consulta ao “Arquivo da Casa do Avelar; Estudo Orgânico e Catálogo”, ADB.

⁵⁷ Consulta ao “Auto de doação” feito a UM.

- responsabilizar a Universidade do Minho, que deverá garantir a perfeita conservação, acondicionamento e não divisão do acervo documental;
- deverá ser entregue a cada um dos filhos, ou representantes, ou sucessores do doador uma cópia do catálogo em papel pelo ADB;
- garantir o comprometimento da Universidade do Minho em elaborar um estudo orgânico-funcional e acesso de nível digital, neste caso, catálogo on-line, em um prazo de um ano desde a data da doação. Este estudo orgânico-funcional foi realizado pela técnica do ADB, Dr^a Ana Sandra de Castro Menezes e concluído no final de 2009⁵⁸.

Na ocasião da doação, o catálogo incluía mais de 385 unidades, porém depois revisto todo o conjunto documental e sendo inventariado mais do que fora inicialmente feito pela família Jácome de Vasconcelos. O catálogo on-line foi concluído em fevereiro de 2010 e está disponível no endereço do ADB (www.adb.uminho.pt)⁵⁹.

O teor do fundo arquivístico encontra-se acondicionado na sala da direção do ADB, sob a designação **SALA DO ARQUIVO DA CASA DO AVELAR**, cujo nome é **DR^a MARIA DA ASSUNÇÃO JÁCOME DE VASCONCELOS**, conforme proposta feita pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho⁶⁰.

No tocante aos bens herdados por João Luís Jácome, atualmente permanecem apenas em poder dos seus descendentes, a Casa do Avelar (ver Figura 2) e a Quinta de Proence (Macedo, 1992). A Casa do Avelar procura se manter fiel a história tradicional da família e da cidade de Braga, Macedo (1992).

Para a próxima subseção, será apresentado a análise e interpretação da atuação do fidalgo João Luís Jácome em paralelo a validação dos códigos sociais.

⁵⁸ Consulta "Arquivo da Casa do Avelar: Estudo Orgânico e Catálogo", ADB.

⁵⁹ Consulta "Arquivo da Casa do Avelar: Estudo Orgânico e Catálogo", ADB.

⁶⁰ Consulta Arquivo da Casa do Avelar: Estudo Orgânico e Catálogo", ADB. Esta sala e placa se encontram na antiga sede do Arquivo Distrital de Braga, atual sede da Biblioteca Pública de Braga.

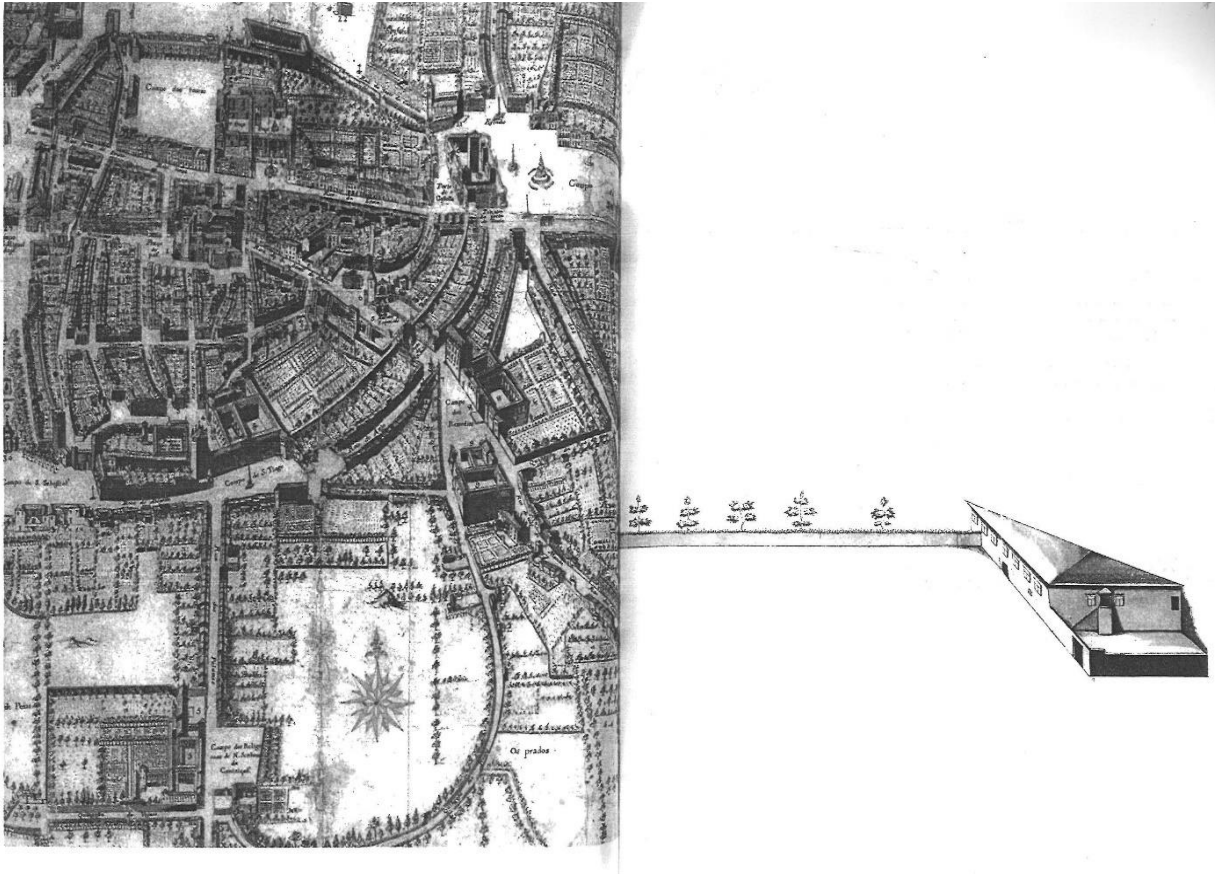


Figura 2: Mapa da Cidade de Braga

Fonte: adaptada do Mapa da Cidade de Braga Primas, representação da Casa e Quinta do Avelar (Vasconcelos, 1988; Macedo, 1992)

5.3 Análise e interpretação da atuação do fidalgo João Luís Jácome

Com a auxílio dos documentos produzidos ao longo de sua vida pública, em especial dos manuscritos ricamente detalhados pelo próprio fidalgo João Luís Jácome, averigua-se a ação do mesmo no meio social, econômico e político da história bracarense. Esse conjunto documental foi conservado ao longo dos séculos por seus sucessores, como também produzidos mais registos e que resultou posteriormente no acervo da Casa do Avelar.

No caso do fidalgo João Luís Jácome, os documentos primários e secundários revelam um ambiente de cultura masculina, de uma sociedade conservadora, onde, ser Senhor, detentor de um Prazo, conferia-lhe acesso irrestrito a transitar pelos mais variados salões da alta sociedade, da igreja e da política bracarense. Assim, no tocante à revisão da literatura sobre a história da contabilidade, ego-documentos, legitimidade e *accountability*, representada anteriormente, por Carnegie e Napier (1996), acentua-se a importância dos documentos primários, vistos sob uma ótica desprovida de rótulos, mas aberta ao que os referidos documentos possam expressar. Dar importância à expansão de outras fontes e interpretações, tão abordadas por (Carnegie et al., 2000; Carnegie e Williams, 2001;

Fleischman e Radcliffe; 2005) que destacam a relevância de fugir do óbvio, como e.g. apego à origem, ao primeiro, mas elencando-se contribuições variadas, inclusive de um personagem que não teve tamanha projeção social dentro da contabilidade, ou considerando a contabilidade doméstica como e.g. o livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense”. Isso é ressignificar a história da contabilidade para a atualidade com seu devido valor, como propõem Gomes et al. (2011).

Desse modo, deve-se considerar como relevantes as contribuições de um personagem como o fidalgo João Luís Jácome que esteve sempre envolvido com a Igreja Católica, gerando uma união que abriria de forma ímpar as portas em várias direções como atuar na Câmara de Braga com indicação do Arcebispo de Braga, exercendo o cargo de vereador por seis vezes, ou na Misericórdia de Braga, através do cargo de Provedor da Misericórdia, e todas essas funções lhe proporcionaram frequentar a nata da sociedade bracarense. Assim, o fidalgo gerou uma construção de alianças e perpetuação dos códigos sociais na vida adulta, em um contexto social de privilégios, pautando como relevante a honra, o poder e a tradição familiar, e assim contribuiu, através da gestão de contabilidade doméstica, exercendo a auto avaliação de suas decisões, como prática de *accountability self* e dentro da própria *accountability* como prestação de contas.

Merece o destaque da prática da *accountability self* empregada por João Luís Jácome, quando o mesmo faz a seguinte anotação:

Hoje 23 de Dezembro de 1801 foi eu com todos os meus companheiro e prezidente, e ofeciais a duas vesturias, huma de Pedro Luis do Valle da fabrica de seda, de humas devezas na freguesia de Esporains, e outra de humas terras e campos na freguesia de Nogueira do Salgado espinguardeiro do Campo de Santa Anna, e me derão de ambas 2000 reis. (Macedo e Jácome, 2013, p. 162)

Na descrição acima feita por João Luís Jácome, verifica-se a necessidade de transparência dos serviços prestados à sociedade enquanto exercia a atividade de vereador da Câmara de Braga. Essas anotações sobre o exercício do cargo, acontecem a partir da folha 57 e de forma assídua.

Anteriormente a esta folha, não há relatos quanto às tarefas realizadas e os valores recebidos no exercício do cargo, mas apenas as referências são de dotes de jovens diversas com os valores que a família entregava, ou pactuava nos acordos pré nupciais; ao histórico das famílias tradicionais do país não apenas de Braga; suas heranças econômicas; aos procedimentos que eram feitos para se manter

as tradições familiares; a venda de casas dentro e fora do Prazo da Casa do Avelar, além de receitas oriundas de aluguéis.

Na investigação de Clavier (2020), há uma abordagem de um fidalgo do séc. XVII muito semelhante ao fidalgo bracarense João Luís Jácome, que tem todo o seu gerenciamento financeiro exercido pela prática de contabilidade doméstica e feito por um servo que exerce o papel de governante. O autor acima, destaca que sua riqueza de detalhes é singular, suas contas estão elencadas por grupo, há a predominância da *accountability self* através da caridade, rigor no uso de códigos sociais e obediência à religião.

No caso do fidalgo João Luís Jácome, observa-se que há a prática da contabilidade doméstica ao fazer um detalhamento e gerenciamento dos empréstimos obtidos junto há dos diversos credores conforme relato abaixo:

Hoje 23 de Fevereiro de 1791 me fes merce de emprestar, meu bom amigo o senhor Francisco Ventura Maciel Aranha a quantia de doze mil e oito centos reis, por tempo de quinze dias; os quais lhe devo – Vai a vaixo esta conta, e de eu lhe pagar, e elle a mim (Macedo e Jácome, 2013, p. 141)

Ao longo de seu diário, João Luís Jácome contrai vários empréstimos, sendo mais frequente a Francisco Ventura Maciel Aranha. A referida movimentação é percebida a partir da folha 41, por ocasião da prisão de Francisco Jácome em 26 de abril de 1789, tendo em vista que o filho primogênito é transferido para ficar recluso em Limoeiro, na cidade de Lisboa. Com a prisão gera-se os seus maiores gastos, tendo em vista que os valores correspondem a alimentação, ao deslocamento do filho até Lisboa, suas vestimentas, criadagem e manutenção de seu genro Sebastião Alvares Calvão de Souza Moraes com o objetivo de dar suporte ao preso, conforme descrição abaixo:

Aos 5 de Maio de 1789 partio o dito eu genro, que he Capitão mor de Arvededo, para a cidade de Lisboa com o seu criado e lhe aluguei dois machos e mosso athe Coimbra por sete mil e duzentos reis, e dei ao dito meu genro para o caminho oito moedas de ouro e mil e duzentos e sincoenta reis são 39650... (Macedo e Jácome, 2013, p. 125)

Exclusivamente na folha 41 o fidalgo João Luís Jácome em um curto espaço de tempo, de 29 de abril de 1789 até 9 de maio de 1789, chega a custear em torno de 222.840 reis, considerando os valores anotados para manutenção de toda a logística envolvendo a reclusão do filho primogênito.

Para contribuir com o processo de soltura de Francisco Jácome, o fidalgo João Luís Jácome recorre a prática de código sociais e neste caso faz uso da *accountability*. Faz uso de declarações de idoneidade de diversas personalidades de Braga, tais como o Abbade de São João de Souto, Manuel Falcão Cota e do Vigário Geral da Sé, representando o Conego Miguel Luís Teixeira da Cunha, com destaque abaixo:

Aos 5 de 1789 partio o dito meu genro e compadre Sebastião Alvares Calvão de Souza Moraes Capitam mor de Arvededo, para a cidade de Lisboa, tratar o livramento de meu filho Francisco Jácome, e levou consigo os papeis seguintes, huma carta do Conego Miguel Luis Teixeira da Cunha em que lhe dava seis centos mil reis, com mais duas declaraçoins, mais hum atestação do dito Conego, ...". (Macedo e Jácome, 2013, p. 130)

Sobre a prisão, ao longo do diário o fidalgo detalha a discordância do casamento entre o filho primogênito e o pai da noiva, neste caso o fidalgo da Casa de Infias, Senhor Pedro Borges Pacheco Pereira, pai de Ana José Pereira de Sottomayor. Mesmo assim, Francisco Jácome conseguiu autorização para realização do casamento. A disputa entre as famílias torna-se pública e os Jácomes de Vasconcelos saem vitoriosos tanto na visão do próprio fidalgo, como também na ótica do memorialista Peixoto (1992).

Fugindo a regra, na folha nº 42, que corresponde ao período de 4 de junho de 1789 até 26 de janeiro de 1890, João Luís Jácome faz uma pequena menção aos gastos com alimentação da prima D. Maria Máxima, como também cita mais uma vez a solicitação ao amigo Francisco Ventura Maciel, de um empréstimo em dinheiro para poder custear o período que o filho ficará detido e se estendendo até seu casamento, conforme abaixo:

Hoje 2 de julho de 1789 remeti seguro no correio desta cidade, em nome do senhor Francisco Ventura Maciel Aranha meu bom amigo ao Senhor Padre manuel Jeronimo de Faria Salgado da cidade de Lisboa, a quantia de trinta e oito mil e quatro centos reis, para entregar ao dito meu genro Sebastiao Alvares de que paguei de seguro 380 reis, cujo dinheiro me deo o meu bom amigo asima, de que faço lembrança no papel que tenho na gaveta como neste já apontei. (Macedo e Jácome, 2013, p. 127)

Na mesma folha 42, João Luís Jácome cita em poucos registos ao longo do diário o nome da prima D. Maria Máxima, e isso ocorre apenas nas questões relacionadas as pensões que a mesma fez em vida para as senhoras do Convento dos Remédios: por ocasião de doença de Maria Máxima,

inclusive usa de seu próprio dinheiro para arcar com os custos e no caso particular envolvendo a retomada dos bens da mesma e ação judicial contra o seu ex-marido, Luis Alberto Soares de Sá Lançóis. Este último acontecimento ocorre simultaneamente com a estadia de Francisco Jácome enquanto preso, conforme citação:

Hoje 30 de junho de 1789 remeti aos mesmo asima, quatro certidoins dos Libros Findos, ... e mais huma certidão de avizo que veio do provedor de Guimarães, para por os alimentos na dita minha prima no Convento dos Remédios, o que tudo custou 960 reis. (Macedo e Jácome, 2013, p. 127)

No decorrer da prisão, o fidalgo João Luís Jácome adota uma postura para inocentar o filho e que contraria de certa forma sua conduta anterior, pois se desprende da auto avaliação antes adotada na sucessão ao Prazo da Casa do Avelar e faz o seguinte registo: “aos 4 de maio de 1789 na mesma nota do tabalião António Joze Ribeiro, fes eu e minha mulher huma escritura de declaração, sobre o ser nos obidiente nosso filho Francisco ”, Macedo e Jácome (2013, p. 129).

Nesta menção, não há adoção do sistema de punição e recompensa anteriormente abordado para um filho que ao longo de seus manuscritos é constantemente fonte de preocupação e descontentamento. Segundo Frink e Klimoski (2004) os sistemas sociais orientam o comportamento, isto é intrínseco ao sistema e que o próprio agente se auto avalia diante do contexto social em que está inserido, o chamado *accountability self*.

A postura de auto avaliação é verificada em variados momentos da vida do fidalgo, que são e.g. nas questões relacionadas a divisão do patrimônio com os filhos e à família; da transferência dos Prazos da Casa e Quinta do Avelar; do resgate da árvore genealógica da família Jácome de Vasconcelos e a forte influência da religiosidade sobre suas decisões, tudo isso reforça as colocações de Sinclair, (1995) sobre as várias facetas da *accountability*.

A prática da *accountability* para Mark (2010) é uma qualidade positiva de um modo geral, emite um discurso de transparência, confiabilidade, justiça ou mecanismos social e adoção deste procedimento pelo fidalgo é verificado continuamente ao longo de seus manuscritos.

Mesmo após o anúncio da liberdade de Francisco Jácome, isso é verificado na folha de nº 44, data de 17 de janeiro de 1790, há uma dependência de mais um empréstimo feito pelo fidalgo ao Senhor João Marcos Torres, para custear a permanência do filho em Lisboa, ver Macedo e Jácome, (2013, p. 132):

Hoje 21 de janeiro de 1790 pedi ao dito senhor asima mandace dar ao dito meu filho 9600 reis, pello senhor Padre Manuel Jeronimo de Faria Salgado, e lhe remeti huma certidão.

No decorrer de sua estadia em Lisboa enquanto aguardo o casamento, permanece Francisco Jácome sendo financiado por João Luís Jácome, através de mesadas emprestadas por Francisco Ventura e o fidalgo faz sua anotação, conforme quadro abaixo Macedo e Jácome (2013, p. 140):

Mês/ Ano	Valor
Outubro/ 1789	6400
Novembro/ 1789	9600
Dezembro/ 1789	9600
Janeiro/ 1790	9600
Fevereiro/ 1790	9600
Março/ 1790	9600
Abril/ 1790	9600
Maió/ 1790	9600
Junho/ 1790	9600
Julho/ 1790	9600
Agosto/ 1790	9600
Total	102.400 reis

Quadro 1:

Fonte: adaptado de Macedo e Jácome(2013).

Com relação aos pagamentos dos empréstimos acima e outros tomados posteriormente, estão referenciados na folha 49, em 5 de novembro de 1791, quando o fidalgo menciona estar “pagos” com credor Macedo e Jácome (2013, p. 141).

A adoção de empréstimos por parte do fidalgo João Luís Jácome, acontece também por meio de outros credores, como o amigo Joze de Magalhães, inclusive o mesmo cita a brevidade para lhe pagar. O referido empréstimo foi utilizado para pagar as custas de entrada em Braga do filho primogênito depois de retornar da prisão como abordado a seguir:

Devo ao senhor Joze de Magalhães Feio de Azevedo, a quantia de dezanove mil e duzentos reis, que lhe mandei pedir por meu filho João António Jacome, para ajuda dos gastos de emtrada de meu filho Francisco no dia de hoje; a qual me obrigo a pagarlha, com toda a brevidade. Braga 23 de junho de 1791. Macedo e Jácome (2013, p. 145)

Em suas prestações de contas observa-se que há uma dependência de empréstimos por parte do fidalgo João Luís Jácome e esses acontecimentos não foram uma prática adotada apenas com a prisão de Francisco Jácome, mas devido aos atrasos no pagamento do juro real pelo Erário Régio. Os pagamentos eram feitos em Lisboa, através de procuração, o que acarretava sempre essa dependência

econômica dos amigos. O sistema de pagamento do Estado mostra-se ser moroso, acarretando acumulos a receber, como também despesas com juros, perdas com adoção de moedas de metal, entre outros, conforme destaque a seguir:

(...) que são os de 1794, e 1795, e 1796 annos, que são os que constam das provuraçoins neste asento, e noutro antecedente, e me aviza que o pagamento sera em dinheiro de papel, e que para o trocar em dinheiro de ouro e prata, se perde quatro centos reis, em cada des mil reis, e ontem me dicerão que também davão nos ditos pagamentos, algum dinheiro: Bendido seja o meu Devino Senhor defronte, e Nossa Mai Maria Santissima, que tantos beneficios e esmollas me faz,..." (Macedo e Jácome, 2013, p. 173)

Em um momento com pouca frequência, João Luís Jácome faz um detalhamento sobre as custas do valor pago ao Estado, neste caso a décima, a comissão da pessoa encarregada da cobrança e todos os pormenores do juro real recebido, ver abaixo:

Hoje 24 de Março de 1800 recebi mais do dito Sr. Antonio Joze da Silva Pereira que me emtegou em sua caza, vinte e nove mil e sem reis, e me apresentou um rol do dito Sr. Antonio Joze de Souza Lima, em que nelle constava receber os ditos dois annos do meu juro real, que são de 1797 e o de 1798, e delles avatido a decima, e 8000 reis de comição da sua cobrança, e os despachos, e 29200 reis ..." (Macedo e Jácome, 2013, p. 179):

Sobre os impostos da época, segundo Conde (2002/2003), a adoção da décima se acentuará na segunda metade do Sec. XVIII, coincidindo com o período correspondente aos relatos do fidalgo e abrengue dez por cento sobre as comendas, aos bens eclesiásticos e o Erário Régio faria o lançamento sobre os juro e tenças. Portanto, a décima é o imposto que o Estado arrecadava para suprir as necessidades da máquina pública.

Sobre a prestação de contas de despesas diversas, há registos feitos por João Luís Jácome e que refletem o cotidiano da família, como se mostra a seguir:

Hoje 10 de Fevereiro do dito dei dinheiro ao mestre alfaate Antonio Joze Dias, para hir comprar hum covado de vaetão fino para huma Fardeta, custou 111 reis, e mais trouxe o dito de caza do mercador João da Silva Vieira da porta do Souto 4 covados de vaetão vermelho para hum saote, que ainda não sei o seu custo. (Macedo e Jácome, 2013, p. 193)

No tocante à pesquisa biográfica ou dos ego-documentos, observam-se várias contribuições significativas para a história, revelando fatos relevantes, tais como se vê em (Vargas, 1995; Previts e

Robinson, 1996; Carnegie et al. 2000; Richardson, 2000; Lee, 2002; Frank, 2002; Cooper, 2008; Sargiacomo et al. 2012; Antonelli e Sargiacomo, 2015; Baldarelli et al. 2019; Cobbin e Burrows, 2020). Na questão referente à contabilidade doméstica, destacamos os autores (Walker, 2006; Almeida, 2008; Sampaio et al. 2017 e Clavier, 2020) que tem uma abordagem semelhante a adotada pelo fidalgo João Luís Jácome. Neste caso, controle de gastos e receitas, não exercendo a contabilidade tecnicista, mas fazendo de seus manuscritos um diário razão, uma prática de contabilidade contábil; ou como ferramenta de reconhecimento da luta pela igualdade de gêneros e tendo um papel relevante na sociedade dentro de sua época.

Neste sentido, ao analisar a vida do fidalgo João Luís Jácome, nos séculos XVIII e XIX, percebe-se, que diante de seu envolvimento participativo com a política, a religião, alta sociedade e por último se fazendo memorialista diante de um período de transição da Europa, entre o antigo regime (monarquia) e as ideias iluministas causadas pela revolução francesa e que Portugal sentiu ativamente com as invasões francesas. Todos esses fatos, garantem seu lugar na história de Braga, muito além de ser mais um membro da família Jácome de Vasconcelos, ou Senhor da Casa e Quinta do Avelar.

5.4 Resumo

Possuidor de uma personalidade de submissão imposta pela cultura da religião, João Luís Jácome reflete em diversos momentos o cumprimento dos códigos sociais impostos e, contrário às mudanças causadas pela revolução francesa.

Gestor e patriarca de uma família conservadora, tinha em sua razão a continuidade familiar, a manutenção dos laços da aristocracia e o poder. Na questão dos seus descendentes, preocupou-se em construir laços que resultassem em grandes conquistas para a família Jácome de Vasconcelos, seja matrimoniais, ou dentro da Igreja Católica. Neste último caso, o resultado desta aliança lhe proporcionou alguns privilégios, entre eles, exercer o cargo de vereador por seis mandatos, na casa que tinha a maior representação do poder da elite aristocrata da cidade, que foi a Câmara de Braga. Tal contexto contribuiu para o aumento das estatísticas da família nas instâncias do poder.

A história de João Luís Jácome, em muitas ocasiões, é vista como um processo de continuidade de gerações anteriores e, depois de sua morte, das gerações seguintes. Viveu sob a proteção da aristocracia, o que possibilitou privilégios e poder. Foi um homem hábil, articulador, demonstrou em vários momentos que tinha poder e aliados. O fidalgo João Luís Jácome está marcado na história de

Braga, desde seu simples ato de anotações de gestão pessoal, como também no papel de memoralista da sociedade da época.

6. CONCLUSÃO

Pesquisando sobre a história da contabilidade, enxergamos muitos personagens que contribuíram para o que ela se tornou na contemporaneidade, considerando que todas as contribuições são válidas dentro de cada contexto e época.

Como contribuição individual do fidalgo João Luís Jácome, tem-se, como bastante relevante, seu diário íntimo, onde são evidentes as contribuições para a sociedade e a atividade de memorialista, em especial da história de Braga. Evidencia-se a contribuição à política, à manutenção dos códigos sociais com os quais esteve envolvido e aos quais a família Jácome de Vasconcelos esteve sempre apegada, e pelos quais lutou até o fim de sua vida.

Este último capítulo está dividido em quatro subseções. Onde a primeira subseção origina a apresentação das considerações finais, embasadas nas palavras chaves desta investigação. Na subseção seguinte, são discutidas as contribuições dos ego-documentos, ou pesquisas biográfica para a história, em especial história da contabilidade. Na terceira subseção, são discutidas as limitações no tocante a investigação na perspectiva da contabilidade doméstica. E por último, na subseção quarta, serão sugeridas as possibilidades de futuras investigações.

6.1 Considerações finais

O principal objetivo de nossa investigação era analisar e compreender a representação do fidalgo João Luís Jácome a frente da Casa do Avelar, como isso tinha impacto diante de uma tradição familiar que obedecia aos códigos sociais e como sua prestação de contas influenciou esses fatos. O período analisado foi de 1787 a 1810. O início da investigação foi a transferência do Prazo da Casa e Quinta do Avelar e encerra-se em 1810, ano do falecimento do fidalgo João Luís Jácome. Originalmente pretendeu-se responder as seguintes questões:

- compreender como é que o fidalgo, em vários momentos das anotações no livro diário, faz o gerenciamento patrimonial dos bens no ambiente da organização familiar;
- analisar a prática do referido fidalgo, em relação à tomada de decisão face a influência dos códigos sociais, neste caso *accountability* hierárquica e self, tendo em vista que o mesmo exerce o cargo de vereador, como também de Provedor da Misericórdia de Braga na cidade à época;

- correlacionar as antoções contábeis realizadas pelo fidalgo e verificar sua contribuição para a História da Contabilidade

Com base nos documentos analisados de diversas intuições da cidade de Braga, foi certificado quem foi o fidalgo João Luís Jácome de Sousa Pereira Vasconcelos, seja do ponto de vista religioso, como membro da Misericórdia de Braga onde constam registros com informações suas como Provedor desta, ou político, neste último caso exercendo o cargo de vereador por seis mandatos em períodos diversificados da Câmara de Braga. Estes fatos comprovam a construção dos laços com diferentes segmentos os quais o fidalgo esteve inserido. Este contexto reforçaram os valores de honra, nobreza e poder tinham um impacto muito forte sobre suas as decisões pessoais envolvendo sua família.

No tocante a primeira pergunta, com base nos manuscritos produzidos pelo fidalgo João Luís Jácome, há a confirmação da prática de gerenciamento pessoal dos gastos e receitas domésticos, através das receitas provenientes da Câmara de Braga, no exercício do cargo de vereador, inclusive ele faz menção dos valores recebidos pela prestação do serviço. Possuía também receitas pelos aluguéis de casas e terras dentro do prazo da Casa do Avelar e fora dele também, além da receita do Juro Real que foi herança recebida pela esposa, Dn^a Maria Ribeiro, mas administrada pelo fidalgo.

Observa-se que toda a gerência administrativa da Casa do Avelar era competência do fidalgo, não há vestígios de alguma gerência administrativa feita por Dn^a Maria Ribeiro até a morte do patriarca. A gerência por parte de Dn^a Maria Ribeiro acontece em conjunto com o sucessor do fidalgo, o Abade de Beiriz. Esse legado é a representação do homem conservador que João Luís Jácome foi.

A mesma prática de gerenciamento doméstico pessoal adotada por João Luís Jácome é utilizada para gerenciar os gastos com os suprimentos da prima D. Maria Máxima no Convento dos Remédios. Essa atitude se perpetua na morte desta, quando João Luís tem que cumprir com as doações feitas por Maria Máxima, em testamento, para algumas moradoras de tal Convento. As anotações correspondem a cada item entregue, com data, a quem que foi entregue, ou qual o nome do portador encarregado de efetuar a respectiva entrega da encomenda. Tal gesto fortalece seus laços com a transparência em suas transações econômicas.

Em relação a segunda pergunta, verifica-se a necessidade de expor minuciosamente suas vontades, principalmente pelo avanço da idade e de deixar tudo organizado respeitando sua ordem e patente. Essa atitude de transparência nada mais é do que a prática da *accountability* hierárquica em sua época. Essas particularidades fazem parte das características visíveis da personalidade de João

Luís Jácome ao longo de seus manuscritos, onde o mesmo deixa sempre transparente aos seus, o objetivo de manter seus atos através da palavra, da honra, de se manter fiel aos códigos sociais da sociedade. Por isso que em muitos momentos o mesmo relata discordar contra alguns hábitos do filho primogênito, entre eles a jogatina.

Um outro detalhe significativo está ligado aos empréstimos, o fidalgo faz questão de mencionar em alguns casos, a brevidade em querer quitá-los, como também, de manter seu nome honrado junto aos seus diversos credores, sendo este último, a comprovação da *accountability self*. Este movimento observa-se inclusive na ausência dos credores, mas mantendo seu compromisso junto aos herdeiros.

O senso de responsabilidade sobre as anotações das dívidas é relatada junto ao empenho de cobrar ao Erário Régio, o recebimento da receita oriunda do Juro Real, fonte que o fidalgo utiliza para quitar boa parte das dívidas e que em alguns casos chegaram a acumular três anos em aberto. Um outro detalhe que comprova a prática de *accountability self* é que no ato de recebimento da receita, o fidalgo retorna a folha onde constam os empréstimos e faz a confirmação do pagamento do valor com data, mês, ano e local físico em que o fez. Cita que passou recibo e por último faz uma espécie de assinatura, sendo este o sobrenome Jácome. Tais procedimentos não são adotados de forma padrão para todas as suas anotações e sim, com menos riqueza de detalhes em outras folhas.

O gerenciamento de sua contabilidade doméstica lhe possibilita a ter a noção de sua conduta em relação a postura quanto ao filho primogênito, conforme mencionado anteriormente na partilha dos bens e ao seu senso de justiça para com os demais herdeiros. João Luís Jácome regista em seus manuscritos que é fundamental ser leal aos demais descendentes, tendo em vista que já gastou além do que era cabido com o filho Francisco Jácome e por este motivo não poderia beneficiar mais ao primogênito e agir com desonestidade para com os demais.

A adoção da prática de *accountability* é confirmada também, quando faz a incorporação ao seu patrimônio de heranças diversas que recebe: ele ou sua esposa, Dn^a Maria Ribeiro. Esta descrição é feita e.g. no caso da prima legítima da esposa, Dn^a Maria Apolônia quando esta morre e contempla como herdeira e testamentária Dn^a Maria Ribeiro. Ao mesmo tempo em que há a descrição dos detalhes relacionadas a morte, ao local em que aconteceu, hora, data, o fidalgo João Luís Jácome menciona que arcou com as despesas do funeral, porém não menciona valores. A predominância da transparência da prática da *accountatality* ora hierárquica, ora *self*, é evidente porque automaticamente o fidalgo corrige uma falta, e acrescenta em outra folha que a esposa foi contemplada com a herança por ocasião da abertura do testamento.

A riqueza de detalhes nos manuscritos do fidalgo João Luís Jácome, manifesta-se quando o mesmo tem a preocupação em citar valores, data, local onde aconteceram os pagamentos, a quem fez, ou lhe cedeu o numerário, como também não menciona prazo certo, mas utiliza-se do termo “brevidade” para pagar. Essa movimentação é verificada sempre que se relaciona aos empréstimos adquiridos e este sendo a fonte maior de suas preocupações e anotações.

Com a relação a terceira pergunta, a adoção feita por João Luís Jácome foi uma prática contábil doméstica, utilizada por ele e outros administradores patrimoniais que necessariamente não precisaram estar ligados a alguma entidade jurídica para ter legitimidade e eficácia, mas comprovaram que houve controle sobre seus bens, ganhos, gastos e evolução patrimonial, tais como abordado por (Almeida, 2008; Sampaio et al. 2017; Clavier, 2020). Esta perspectiva é aceita pela nova história da contabilidade, sendo considerado o contexto em que está inserido e seu tempo.

6.2. Contribuições

Esta investigação bibliográfica pretende contribuir para a contabilidade, ao evidenciar como revelante a obediência aos códigos sociais, em especial a *Accountability*, sob o ponto de vista da prestação de contas, ou *accountability self*.

Desta forma, nosso estudo evidencia o quão importante é a pesquisa biográfica para a contabilidade e seus contributos individuais para a sociedade, destacando os diversos tipos de práticas contábeis adotadas, seja do ponto de vista individual ou coletivo. Documentos que necessitam vir à luz para se encaixarem na própria história.

6.3. Limitações

Quando decidi fazer a pesquisa em história da contabilidade, não tinha ideia dos contratempos que iriam surgir. Nesse tipo de investigação há três componentes que possuem igual relevância; tempo, dinheiro e paciência.

No tocante às limitações de nossa investigação, muitas e variadas foram as razões, desde os documentos primários estarem fisicamente desgastadas, implicando a difícil compreensão do texto, até a inexistência do documento devido à ação do homem ou do tempo. Nossa pesquisa em história da contabilidade em investigação biográfica usou como foco a contabilidade doméstica. A história do fidalgo João Luís Jácome se entrelaça com a da cidade de Braga. João Luís tem sua participação de contribuir para o país como memorialista, como destacado por Macedo e Jácome (2013) e sua importância para história da contabilidade se dar porque o mesmo adotou a prática do gerenciamento

doméstico de seu patrimônio em forma de diário, perpetuando em sua ação fatos bastante relevantes para a família Jácome de Vasconcelos e para história da contabilidade.

Sua contribuição na produção dos manuscritos, somou ao legado produzido por seus sucessores e resultaria, ao longo dos séculos, no acervo da Casa do Avelar. Atualmente esse acervo pertence ao ADB, o que facilitou o acesso ao que não constava no livro “Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787 - 1810)”. Ser Senhor da Casa e Quinta do Avelar tinha uma influência bastante significativa no contexto da cidade de Braga e isso é comprovado no conjunto documental do acervo, bem como na Misericórdia de Braga.

Destacamos como o principal obstáculo enfrentado foi o cumprimento do prazo, ou seja, a melhor racionalização do tempo, para que fosse feito o trabalho, diante da dimensão dos documentos primários que estão em posse do ADB, mas também a complementação das referidas fontes na BPB, BLC, SCMB e ANTT. Sua análise, por estarem muito desgastadas pela temporalidade, resultou em uma maior dedicação. Procuramos fazer um elo entre a contabilidade, a história, accountability, a pesquisa biográfica, culminando nos objetivos da investigação.

6.4. Sugestão de investigação futura

É interessante fazer uma investigação considerando o período de transferência do Prazo da Casa do Avelar de D. Maria Máxima, até a morte do fidalgo João Luís Jácome. Observamos que tais dados são ainda pouco explorados. Isso demonstra a riqueza arquivística a ser explorado no âmbito da contabilidade financeira, tendo como fonte o inventário patrimonial e outros bens que foram incorporados ao patrimônio da família através de heranças diversas. Esses dados propiciam também uma vasta exploração acerca do próprio acervo histórico da Casa do Avelar e de seus senhores, em diversificados períodos da história de Braga e suas oscilações, afinal são mais de 600 anos de história registadas em diversificados manuscritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, J. P. L. (1997). *D. Frei Caetano Brandão: O Reformador Contestado* (L.-A. G. Barbosa & Xavier (Ed.); 1ª Edição).
- Arquivo Distrital de Braga. Fundo Arquivístico Casa do Avelar. 2013.
- Almeida, J. C. F. De. (2008). *Entre engenhos e canaviais : Senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)*
Entre engenhos e canaviais : Senhoras do açúcar em Itu.
- Anes, R. D. (1994). the Double-Entry Bookkeeping Method Applied in Spain To Account for Transactions Related To the Minting Process of Gold and Silver in the Sixteenth Century. *Accounting Historians Journal*, 21(1), 97–116. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.21.1.97>
- Anne Frank House*. (2019). <https://www.annefrank.org/en/>
- Antonelli, V., & Sargiacomo, M. (2015). Alberto Ceccherelli (1885–1958): pioneer in the history of accounting practice and leader in international dissemination. *Accounting History Review*, 25(2), 121–144. <https://doi.org/10.1080/21552851.2015.1046890>
- Antónia Fialho Conde. (n.d.). O Mosteiro de S. Bento de Cástris e a décima eclesiástica. In *Separata da Revista Portuguesa de História - Tomo XXXVI(2002-2003) , Vol. I: Vol. Vol. I*. Iniversidade de Coimbra.
<http://bmrp.com.pt/docbweb/plinkres.asp?Base=BMRP&Form=ISBD&StartRec=0&RecPag=5&NewSearch=1&SearchTxt=%22TCO Celorico de Basto %3A Entre o Passado e o Futuro%22 %2B %22TCO Celorico de Basto %3A Entre o Passado e o Futuro%24%22>
- Araújo de, A. P. de A. D. (2016). *Saúde, doença e assistência às populações rurais em Portugal no século XVIII. O quadro minhoto: realidades e representações.*
- Artières, P. (1998). *Escrita de si-arquivar a própria vida*. 9–34.
- Baldarelli, M. G., Del Baldo, M., & Vignini, S. (2019). The first women accounting masters in Italy: between tradition and innovation. *Accounting History Review*, 29(1), 39–78.
<https://doi.org/10.1080/21552851.2019.1610467>
- Bandeira, M. S. de M. (2000). *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII* (E. Afrontamento (Ed.); 1ª Edição).
- Bracci, E. (2009). Autonomy, responsibility and accountability in the Italian school system. *Critical*

- Perspectives on Accounting*, 20(3), 293–312. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.09.001>
- Capela, José Viriato; Araújo, M. M. L. de. (2013). *A Santa Casa da Misericórdia de Braga 1513-2013* (Santa Casa).
- Capela, J. V. (1991). *O Município de Braga de 1750 a 1834. O Governo e a Administração Económica e Financeira* (E. da C. M. de Braga (Ed.)).
- Carmona, S. (2004). Accounting history research and its diffusion in.pdf. *Accounting History*, 9, N 3, 7–23.
- Carmona, S. (2017). Contabilidade Pesquisa do Histórico : Âmbito , Tópicos e Agenda. *Accounting History Research: Scope, Topics and Agenda*, 321–325.
- Carmona, S., Donoso, R., & Walker, S. P. (2010). Edinburgh Research Explorer Accounting and international relations. *Accounting, Organizations and Society*, 35(2), 252–273.
- Carmona, S., & Ezzamel, M. (2007). Accounting and accountability in ancient civilizations: Mesopotamia and ancient Egypt. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 20(2), 177–209. <https://doi.org/10.1108/09513570710740993>
- Carmona, S., Ezzamel, M., & Gutiérrez, F. (1997). Control and cost accounting practices in the Spanish Royal Tobacco Factory. *Accounting, Organizations and Society*, 22(5), 411–446. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(96\)00016-5](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(96)00016-5)
- Carmona, S., Ezzamel, M., & Gutiérrez, F. (2004). Accounting History Research: Traditional and New Accounting History Perspectives. *De Computis - Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 1(1), 24. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.239>
- Carmona, S., Ezzamel, M., & Gutiérrez, F. (2006). Accounting History Research: Traditional and New Accounting History Perspectives. *De Computis - Revista Española de Historia de La Contabilidad*, 1(1), 24. <https://doi.org/10.26784/issn.1886-1881.v1i1.239>
- Carnegie, G. D., & Napier, C. J. (2010). Traditional accountants and business professionals: Portraying the accounting profession after Enron. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 360–376. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.09.002>
- Carnegie, Garry D. (2016). Robert William Gibson, an all-round accounting contribution. *Accounting History*, 21(4), 419–444. <https://doi.org/10.1177/1032373216647979>

- Carnegie, Garry D., McBride, K. M., Napier, C. J., & Parker, L. D. (2020). Accounting history and theorising about organisations. *British Accounting Review*, *xxxx*, 100932.
<https://doi.org/10.1016/j.bar.2020.100932>
- Carnegie, Garry D., & Napier, C. J. (1996). Critical and interpretive histories: Insights into accounting's present and future through its past. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, *9*(3), 7–39.
<https://doi.org/10.1108/09513579610121956>
- Carnegie, Garry D., & Napier, C. J. (2013). POPULAR ACCOUNTING HISTORY : EVIDENCE FROM POST-ENRON. *Accounting Historians Journal*, *40*(2), 1–20.
- Carnegie, Garry D., Parker, R. H., & Wigg, R. (2000). The life and career of John Spence Ogilvy (1805–71), the first chartered accountant to emigrate to Australia. *Accounting, Business & Financial History*, *10*(3), 371–383. <https://doi.org/10.1080/095852000750019432>
- Carnegie, Garry D., & Walker, S. P. (2007). Household accounting in Australia: Prescription and practice from the 1820s to the 1960s. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, *20*(1), 41–73. <https://doi.org/10.1108/09513570710731209>
- Carnegie, Garry D., & Williams, B. G. (2001). The first professors of accounting in Australia. *Accounting History*, *6*(1), 103–115. <https://doi.org/10.1177/103237320100600107>
- Chua, W. F. (1986). Radical Developments in Accounting Thought. *Accounting, the Social and the Political*, *61*(4), 55–66. <https://doi.org/10.1016/b978-008044725-4/50009-6>
- Clarke, P. (2005). The story of Bernard F. Shields: The first professor of accountancy in the UK. *Accounting History*, *10*(2), 103–123. <https://doi.org/10.1177/103237320501000205>
- Cobbin, P. E., & Burrows, G. H. (2020). A progressive traditionalist: Sir Edwin Van-Der-Vord Nixon CMG, Accountant, (1876–1955). *Accounting History*, *25*(1), 134–159.
<https://doi.org/10.1177/1032373219830430>
- Coliath, G. C. (2014). A Contabilidade como Ciência Social e sua contribuição para o Capitalismo. *Revista Eniac Pesquisa*, *3*(2), 152. <https://doi.org/10.22567/rep.v3i2.157>
- Cooper, K. (2008). Mary Addison Hamilton, Australia's first lady of numbers. *Accounting History*, *13*(2), 135–161. <https://doi.org/10.1177/1032373207088176>
- Coronella, S., Neri, L., Risaliti, G., & Russo, A. (2019). The accounting history research in the 'Rivista

- Italiana di Ragioneria' (Italian Accounting Review), 1901–2015. *Accounting History*, 24(1), 83–114. <https://doi.org/10.1177/1032373218807543>
- Craveiro, L. (2006). *Universidade do minho conselho cultural*.
- da Silva Menezes, C. (2009). *The accountability of public museums in Portugal: An exploration of issues* (Issue 7).
- Dekker, R. (2002). *Jacques Presser 's Heritage : Egodocuments in the Study of History*. 13–37.
- Dose, J. J., & Klimoski, R. J. (1995). Doing the right thing in the workplace: Responsibility in the face of accountability. *Employee Responsibilities and Rights Journal*, 8(1), 35–56. <https://doi.org/10.1007/BF02621254>
- Duarte, E. A. (2000). *Carlos Amarante(1748-1815) e o Final do Classicismo Um Arquitecto de Braga e do Porto* (G. Maiadouro (Ed.); 1ª Edição).
- Ferreira, J. A. (1935). *Fasto Episcopaes da Igreja Primacial de Braga - Séc. III a Séc. XX Tomo IV* (Edição da).
- Ferreira, M. C. J. A. (1934). *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga(Sec. III - Sec. XX) Tomo IV* (Edição da).
- Fiume, R. (2007). Lorenzo de Minico's thought in the development of accounting theory in Italy: An understated contribution. *Accounting, Business and Financial History*, 17(1), 33–52. <https://doi.org/10.1080/09585200601127608>
- Fleischman, R. K., & Radcliffe, V. S. (2005). The roaring nineties: Accounting history comes of age. *Accounting Historians Journal*, 32(1), 61–110. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.32.1.61>
- Flick, U. (2004). *Uma introdução à Pesquisa Qualitativa* (Bookman (Ed.); 2 Edição).
- Foucault, M. (2003). *Microfísica do Poder. Org. e Trad. Roberto Machado*. (Br: Edições Graal (Ed.); 18ª Edição).
- Frank, A. (2002). *Diário de Anne Frank* (Almeidina (Ed.); Al). Lisboa.
- Frink, D. D., & Klimoski, R. J. (2004). Advancing accountability theory and practice: Introduction to the human resource management review special edition. *Human Resource Management Review*, 14(1), 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.hrmmr.2004.02.001>

- Funnell, W. (1998). Accounting in the service of the Holocaust. *Critical Perspectives on Accounting*, 9(4), 435–464. <https://doi.org/10.1006/cpac.1997.0164>
- Gendron, Y., & Spira, L. F. (2010). Identity narratives under threat: A study of former members of Arthur Andersen. *Accounting, Organizations and Society*, 35(3), 275–300. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.09.001>
- Getúlio Vargas. (1995). *Getúlio Vargas: diário* (Siciliano (Ed.); 1ª).
- Gomes, D. (2008). The interplay of conceptions of accounting and schools of thought in accounting history. *Accounting History*, 13(4), 479–509. <https://doi.org/10.1177/1032373208095480>
- Gomes, D., Carnegie, G. D., Napier, C. J., Parker, L. D., & West, B. (2011). Does accounting history matter? *Accounting History*, 16(4), 389–402. <https://doi.org/10.1177/1032373211417993>
- Gomes, D., Giovannoni, E., Gutiérrez-Hidalgo, F., & Zimnovitch, H. (2015). Moving from regional to international publishing in accounting history: Pressures, issues, strategies and implications. *Accounting History*, 20(2), 183–205. <https://doi.org/10.1177/1032373215582855>
- Hopwood, A. G. (1990). Accounting and Organisation Change. *Accounting and Public Policy*, 7–17.
- Iudicibus, S., Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). CONTABILIDADE: ASPECTOS RELEVANTES DA EPOPEIA DE SUA EVOLUÇÃO. *Revista de Contab. Fin. - USP*, 7–13.
- Johnson, C., Dowd, T. J., & Ridgeway, C. L. (2006). Legitimacy as a social process. *Annual Review of Sociology*, 32(November 2014), 53–78. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.32.061604.123101>
- Lawrence, T. B., & Suddaby, R. O. Y. (1984). *1. 6 Institutions and Institutional Work*.
- Lawrence, T., Suddaby, R., & Leca, B. (2011). Institutional work: Refocusing institutional studies of organization. *Journal of Management Inquiry*, 20(1), 52–58. <https://doi.org/10.1177/1056492610387222>
- Lee, T. (2002). HENRY RAND HATFIELD AND ACCOUNTING BIOGRAPHY. *The Accounting Historians*, 29(2), 123–130.
- Lehman, G. (2011). The Management of Sustainability: The Art of Interpretation. *Journal of Applied Management Accounting Research*, 9(1), 75–88. <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=64447666&site=ehost-live>

- Macedo, Ana Maria da Costa. Pacheco, J. A. B. (n.d.). *Bracara Augusta - Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. Vol. XL N.ºs 89/90(102/103)*.
- Macedo, A., & Jácome, J. L. (2013). *Memórias e diário íntimo de um fidalgo bracarense (1787-1810)*. (Editora Arquivo Distrital de Braga (Ed.); 1ª).
- Macedo, A. M. da C. (1992). *Família, Sociedade e Estratégias de Poder (1750-1830)*.
- MacLean, M. (2013). Cracks in the (Self-Constructed?) ghetto walls? comments on paul ward's last man picked. In *International Journal of the History of Sport* (Vol. 30, Issue 1).
<https://doi.org/10.1080/09523367.2012.743996>
- Mark, B. (2010). Two concepts of accountability: Accountability as a virtue and as a Mechanism. *West European Politics*, 33(5), 946–967. <https://doi.org/10.1080/01402382.2010.486119>
- Martins, M., & Carvalho, H. (2017). A fundação de Bracara Augusta no contexto da politica de Augusto. Urbanismo e povoamento rural. *Gerión. Revista de Historia Antigua*, 35(Esp.), 723–743.
<https://doi.org/10.5209/geri.56170>
- Milheiro, M. M. de C. (2003). *Braga. A Cidade e a Festa no Séc. XVIII* (N. de E. de P. e S. do I. de C. S. da U. do Minho (Ed.)).
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Invetigação* (I. S. de C. S. e Políticas (Ed.)).
- Mulgan, R. (2000). Comparing accountability in the public and private sectors. *Australian Journal of Public Administration*, 59(1), 87–97. <https://doi.org/10.1111/1467-8500.00142>
- Napier, C. J. (1989). Research directions in accounting history. *The British Accounting Review*, 21(3), 237–254. [https://doi.org/10.1016/0890-8389\(89\)90095-4](https://doi.org/10.1016/0890-8389(89)90095-4)
- Napier, C. J. (1996). Accounting and the absence of a business economics tradition in the United Kingdom. *The European Accounting Review*, 5(3), 449–481.
- Napier, C. J. (2006). Accounts of change: 30 years of historical accounting research. *Accounting, Organizations and Society*, 31(4–5), 445–507. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2005.12.004>
- Oliveira., A. de. (n.d.). *Bracara Augusta - Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga. Vol. XLI N.ºs 91/92(104/ 105)*.
- Oliveira, E. P. de. (2011). *Tese De Doutoramento Em História*.

- Pardal, Luís; Lopes, E. S. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social* (S. A. Areal Editores (Ed.); 1ª Edição).
- Parker, L. D. (1999). Historiography for the new millennium: Adventures in accounting and management. *Accounting History*, 4(2), 11–42.
<https://doi.org/10.1177/103237329900400204>
- Parker, L., & Gould, G. (1999). Changing public sector accountability: critiquing new directions. *Accounting Forum*, 23(2), 109–135. <https://doi.org/10.1111/1467-6303.00007>
- Peixoto, I. J. (1992). *Memórias Particulares de Inácio José Peixoto - Braga e Portugal na Europa do Século XVIII* (A. D. de B. U. do Minho (Ed.); 1ª Edição).
- Pereira, J. M. M. (2014). *A Influência do Marketing de Redes Sociais no Relacionamento*.
- Pinker, S. (2004). *Tábula Rasa - a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. (C. das Letras. (Ed.); 1ª edição).
- Pinto, O., & West, B. (2017). Accounting and the history of the everyday life of captains, sailors and common seamen in eighteenth-century Portuguese slave trading. *Accounting History*, 22(3), 320–347. <https://doi.org/10.1177/1032373217703756>
- Previts, G. J., Parker, L. D., & Coffman, E. N. (1990). An Accounting Historiography: Subject Matter and Methodology. *Abacus*, 26(2), 136–158. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1990.tb00250.x>
- Previts, G. J., & Robinson, T. R. (1996). Samuel J. Broad's contributions to the accounting profession. *Accounting Historians Journal*, 23(2), 69–85. <https://doi.org/10.2308/0148-4184.23.2.69>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (Gradiva (Ed.); 2ª).
- Raymundo, L. O. (2005). O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina : A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios. *Almanack-Braziliens*, 3, 1–11.
- Richardson, A. J. (2000). Building the Canadian chartered accountancy profession: A biography of George Edwards, FCA, CBE, LL.D., 1861-1947. *Accounting Historians Journal*, 27(2), 87–116.
<https://doi.org/10.2308/0148-4184.27.2.87>
- Roberts, J. (2009). No one is perfect: The limits of transparency and an ethic for “intelligent”

- accountability. *Accounting, Organizations and Society*, 34(8), 957–970.
<https://doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.005>
- Rodrigues, L. L., Craig, R. J., Schmidt, P., & Santos, J. L. (2015). Documenting, monetising and taxing Brazilian slaves in the eighteenth and nineteenth centuries. *Accounting History Review*, 25(1), 43–67. <https://doi.org/10.1080/21552851.2014.946935>
- Sampaio, E., Gomes, D., & Porte, M. (2017). História Da Contabilidade E O Gênero Feminino: O Caso Anna Jansen, a Rainha Do Maranhão (Sec. Xix). *Accounting History and the Feminine Gender: The Caseanna Jansen, Queen of Maranhão (19Th Century).*, 14(26), 59–89.
<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=bth&AN=124916137&site=ehost-live>
- Sargiacomo, M., Servalli, S., & Andrei, P. (2012). Fabio Besta: Accounting thinker and accounting history pioneer. *Accounting History Review*, 22(3), 249–267.
<https://doi.org/10.1080/21552851.2012.728904>
- Shelton, W., & Jacobs, K. (2015). Allan Douglas Barton: A scholar who spanned theory and practice. *Accounting History*, 20(1), 20–42. <https://doi.org/10.1177/1032373214564368>
- Sinclair, A. (1995). The chameleon of accountability: Forms and discourses. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2–3), 219–237. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(93\)E0003-Y](https://doi.org/10.1016/0361-3682(93)E0003-Y)
- Smith, R. C. (1972). *Frei José de Santo António Ferreira Vilaça - Escultor Beneditino do Séc. XVIII. Vol. I* (1ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Suchman, M. C. (1995). Approaches and Strategic Managing Legitimacy. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMR.1995.9508080331>
- Vasconcelos, M. da A. (1988). *O mapa das ruas de Braga de 1750* (1ª Edição). Arquivo Distrital de Braga.
- Vieira, R., & Major, M. J. (2017). *Contabilidade e Controlo de Gestão* (Escolar Editora (Ed.); 2ª).
- Walker, S. (2004). *The search for clues in accounting history, em: The Real Life Guide to Accounting Research* (L. Amsterdam: Elsevier (Ed.); 1ª).
- Walker, S. P. (2006). Philanthropic women and accounting. Octavia Hill and the exercise of “quiet power and sympathy.” *Accounting, Business and Financial History*, 16(2), 163–194.
<https://doi.org/10.1080/09585200600756217>

Walter W. Powell ; Paul J. Dimaggio. (1999). *El Nuevo Institucionalismos En El Análisis Organizacional* (Primeira edición (Ed.); Fondo de C).

Ward Clavier, S. (2020). Accounting for lives: autobiography and biography in the accounts of Sir Thomas Myddelton, 1642–1666. *Seventeenth Century*, 35(4), 453–472.
<https://doi.org/10.1080/0268117X.2019.1626761>

Willmott, H., & Wray-Bliss, E. (1996). *Process Reengineering, Information Technology and the Transformation of Accountability: The Remaindering of the Human Resource?* 62–88.
https://doi.org/10.1007/978-0-387-34872-8_6

Yin, R. K. (2010). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (Bookman (Ed.); 4ª Ed.). São Paulo.

Zanella, L. C. H. (2012). *Método de Estudo e Pesquisa em Administração* (D. de C. em Administração (Ed.); 2ª Edição).

PUBLICAÇÕES OFICIAIS